

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - MESTRADO**

**Bernardo Alves Corrêa**

## **REVITALIZAÇÃO SINDICAL**

**Resgate da experiência do Sindicato dos Municipários  
de Porto Alegre 1988-2013**

**PORTO ALEGRE  
2014**

**BERNARDO ALVES CORRÊA**

## **REVITALIZAÇÃO SINDICAL**

**Resgate da experiência do Sindicato dos Municipários  
de Porto Alegre 1988-2013**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Trabalho e Sociedade, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia

**Orientador: Prof. Dr. Antonio David Cattani**

**PORTO ALEGRE**

**2014**

## CIP - Catalogação na Publicação

Corrêa, Bernardo

Revitalização Sindical: Resgate da experiência do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre 1988-2013 / Bernardo Corrêa. -- 2014.

160 f.

Orientador: Antonio David Cattani.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Sindicalismo. 2. revitalização sindical. 3. movimento social. 4. terceirizações. 5. municípios.  
I. Cattani, Antonio David, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**BERNARDO ALVES CORRÊA**

**REVITALIZAÇÃO SINDICAL**

**Resgate da experiência do Sindicato dos Municípios  
de Porto Alegre 1988-2013**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Trabalho e Sociedade, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia

Aprovada em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Antonio David Cattani  
Orientador

---

Prof. Dr. Hugo Rodrigues Dias – Universidade de Coimbra

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lorena Holzmann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Maurício Rombaldi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todas as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que raramente freqüentam as salas e laboratórios das Universidades Públicas, mas através dos impostos que pagam nos dão as condições de estudar, pesquisar e tentar contribuir cientificamente para mudar esta sociedade tão injusta que se reproduz por meio da exploração do seu trabalho.

Ao professor Antonio David Cattani, meu orientador, por sua disponibilidade nos bons e maus momentos que a vida nos proporciona. Agradeço as discussões sempre muito profícuas e os ensinamentos de um intelectual comprometido com a justiça social.

Aos companheiros municipais, trabalhadores e sindicalistas e ex-sindicalistas do SIMPA que assumiram a produção deste trabalho como sua, proporcionando as condições para esta pesquisa. Seja pela importância de suas lutas e o exemplo que nos dão, como pela alegria com que acolheram o projeto de resgatar uma história de combates.

À Fernanda, minha paixão camarada, pela paciência de ouvir os lamentos provenientes das “dores do parto” deste trabalho. O que ora parecia um samba de uma nota só, meio desafinado, com certa insensatez, com sua ajuda e carinhoso rigor metodológico, finalmente se concretizou. Seu exemplo é sempre um incentivo. Só tinha que ser com você.

Ao professor Hugo Dias, da Universidade de Coimbra que, mesmo à distância, esteve presente no conjunto da pesquisa por meio da leitura inspiradora de sua tese de doutoramento. Agradeço imensamente as indicações bibliográficas e contribuições que, *on line*, pôde me compartilhar.

Finalmente, agradeço à juventude que saiu às ruas em junho de 2013, em especial aos companheiros do “movimento JUNTOS!”, pois ser parte daquele momento revigorou minhas esperanças na retomada das lutas sociais, balançou as estruturas ossificadas das burocracias sindicais e partidárias e ensinou história a quem se dispôs a aprender. Contudo, aqueles dias de luta criaram condições mais favoráveis à defesa da hipótese central deste trabalho e espero que também tenham plantado a semente das profundas mudanças que precisamos.

## RESUMO

Este projeto insere-se no campo da sociologia do trabalho, procurando contribuir com a discussão acerca do presente e do futuro do sindicalismo, conectado aos estudos de revitalização sindical. O sindicalismo no setor público, particularmente após o final da década de 1980, desenvolve-se através da assunção de caráter sindical das associações de servidores públicos, da influência do novo sindicalismo sobre as classes médias e do ambiente político das lutas pela democratização do Brasil pós-ditadura. Assim formou-se Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), objeto empírico do presente trabalho, o primeiro sindicato de municípios legalizado no Brasil. As temáticas em torno das reformas e da persistência da estrutura sindical, em um contexto de terceirizações na administração pública, assim como a consideração por boa parte da literatura de que o movimento sindical passa por uma crise instiga à investigação das ações sindicais confrontadas à discussão da suposta crise ou declínio. Através de um estudo de caso estendido, analisamos a emergência de novas práticas sindicais, buscando, no resgate das experiências do SIMPA, conexões com o que alguns autores têm chamado de “sindicalismo de movimento social”, no que tange à relação do sindicalismo clássico com os novos protestos e movimentos que tem surgido nos nossos tempos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sindicalismo, revitalização sindical, movimento social, sindicalismo de movimento social, terceirizações, municípios

## ABSTRACT

This project, developed in the field of Sociology of Work, aims to cooperate with the discussion about the current and future unionism, connected to the Labour Revitalization Studies. Syndicalism in public sector, especially in the end of 1980's, was developed with the assumption of the union character of the civil servants trade unions, also with the influence of the new unionism over middle classes and the policy environment of the struggles for democratization in Brazil after dictatorship. That's how it was formed SIMPA, a union trade of civil servants of Porto Alegre City, Rio Grande do Sul State, Brazil. SIMPA was the first union trade of municipal workers legalized in the country, and it is the empirical object of this research. Themes such as reforms and the persistence of the union structure, in a context of outsourcing in public administration, as well as the assumption for a large part of literature that union movement was passing through a crisis, are some elements that instigate the investigation of union actions face to the discussion of a supposed crisis or decline. With an Extended Case Method, we analyze the emergence of new unionism practices. Rescuing the experiences of SIMPA, we search for connections to with some authors have called "Social Movement Unionism", about the relations between classical unionism and new demonstrations and movements that have been arising in our times.

**Keywords:** Unionism, Union Revitalization, Social Movement, Social Movement Unionism, Outsourcing, Municipal Workers

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Dimensões de análise da revitalização sindical.....   | 33  |
| Figura 2 – Linha do tempo.....   | 87  |
| Figura 3 – Greves e reivindicações no RS .....   | 88  |
| Figura 4 – Greves no Serviço Público RS .....  | 89  |
| Figura 5 – Primeira página do “Relatório da Diretoria Provisória”<br>da AMPA.....  | 91  |
| Figura 6 – Manifestação organizada pela AMPA .....   | 92  |
| Figura 7 – Manifesto aos Municípios - 27/04/1987.....  | 92  |
| Figura 8 – Manifestação organizada pela AMPA.....  | 93  |
| Figura 9- Notícia do Jornal Correio do Povo do dia 04 de outubro<br>de 1988 sobre o primeiro dia da “greve do lixo”.....   | 94  |
| Figura 10 – Notícia da assembleia que decidiu fazer a “greve do lixo” .....  | 94  |
| Figura 11 – Quase duas mil toneladas de lixo nas ruas da capital.....  | 95  |
| Figura 12 - Calamidade pública em Porto Alegre.....  | 96  |
| Figura 13 - Charge publicada no jornal Correio do Povo de 10<br>de outubro de 1988.....  | 97  |
| Figura 14 – “Tarifa não sobe com greve” .....  | 97  |
| Figura 15 – Acordo DMLU.....   | 98  |
| Figura 16 – “Jornalzinho do DMLU” matéria sobre as cooperativas.....   | 103 |
| Figura 17 – Primeiro Boletim da gestão “Pra Mudar” 1991-93.....  | 107 |
| Figura 18 – Panfleto associa Impeachment à política salarial e convoca<br>assembleia para “debate e decisão da participação (ou não) dos<br>municípios na greve..... | 108 |
| Figura 19 – Panfleto de balanço da primeira Administração Popular - 1992.  | 109 |
| Figura 20 – Carta do SIMPA a LULA, presidente do PT/1993.....  | 110 |
| Figura 21 – Panfleto denuncia a bancada do PT pelo voto<br>contra o reajuste mensal.....   | 111 |
| Figura 22 – Boletim do SIMPA de novembro de 1994.....  | 111 |
| Figura 23 – Panfleto convida para plenária dos celetistas em 14<br>de outubro de 1994.....   | 112 |
| Figura 24 – SIMPALERTA, dezembro de 1994.....  | 112 |



|   |     |
|---|-----|
| Figura 25 – Panfleto PMPA , 1995.....   | 113 |
| Figura 26 - Panfleto da oposição acusa militantes do PT de “Xiitas” .....   | 116 |
| Figura 27 – Panfleto da UMPA anuncia que a chapa tinha vencido<br>o primeiro turno das eleições para o SIMPA, outubro de 1995 ..... | 116 |
| Figura 28 – Primeira página da Ata da Assembleia de 07 de fevereiro<br>de 1997.....   | 117 |
| Figura 29 – Notícia de ZH em 25/04/1997: “Municipários criticam<br>seu sindicato” .....   | 118 |
| Figura 30 – Notícia do CP em 30/04/1997: “Municipários não<br>se entendem” .....  | 119 |
| Figura 31 – Boletim Luta Municipária nº 1, Junho de 2006.....   | 125 |
| Figura 32 – Boletim Luta Municipária nº 5, março de 2007 .....  | 127 |
| Figura 33 – Assembleia Geral 2007.....  | 127 |
| Figura 34 – Boletim Luta Municipária nº 7, junho de 2007.....   | 128 |
| Figura 35 – Boletim Luta Municipária nº 19, setembro de 2009.....   | 129 |
| Figura 36 – Boletim Luta Municipária nº 24, agosto de 2010.....   | 131 |
| Figura 37 – Ato público, 2009 .....   | 131 |
| Figura 38 – Assembleia Geral, 2010 .....  | 132 |
| Figura 39 – Boletim Luta Municipária nº 27, junho de 2011.....  | 132 |
| Figura 40 – Ato Público Noturno, 2011.....  | 133 |
| Figura 41 – Assembleia Geral, 2011.....   | 133 |
| Figura 42 – Ato Público, 2011.....  | 134 |
| Figura 43 – Ato na Câmara Municipal de Porto Alegre, 2011.....  | 134 |
| Figura 44 – Ato Público, 2011.....  | 135 |
| Figura 45 – Sindicatos apoiam a luta da juventude, 16/04/2013 .....   | 142 |
| Figura 46 – Chamado para grande ato dos municipais.....   | 143 |
| Figura 47 – Manifestação SIMPA 2013.....  | 144 |
| Figura 48 – Boletim Luta Municipária nº 35, agosto de 2013 .....  | 144 |
| Figura 49 – Boletim Luta Municipária nº 35, agosto de 2013 .....  | 145 |
| Figura 50 – “Lutar não é crime” 02/10/2013 .....  | 145 |
| Gráfico 1 – Total Anual de Greves. Brasil – 1983 a 2012.....  | 63  |
| Gráfico 2 – Despesas por natureza dos gastos PMPA – 2012.....   | 78  |
| Gráfico 3 – Gastos com outros serviços de terceiros – PMPA  | 78  |

|  |    |
|--|----|
| 2004 a 2012.....   |    |
| Gráfico 4 – Comparativo entre (as rubricas) gastos com pessoal e serviços<br>terceirizados PMPA 2008-2012.....                                 | 79 |
| Gráfico 5 - Composição das despesas correntes DMLU-2013.....   | 84 |
| Quadro 1 – Atividades terceirizadas distribuídas por Secretaria Municipal<br>ou Autarquias da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2009)..... | 73 |
| Quadro 2 – Serviços terceirizados do DMLU .....  | 83 |
| Quadro 3 – Evolução das despesas com serviços terceirizados<br>DMLU – 2008-2013.....   | 85 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMPA - Associação dos Municípios de Porto Alegre  
ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais  
AP - Administração Popular  
ASERGHG - Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição  
ASTEC - Associação dos Técnicos da Prefeitura de Porto Alegre  
ATEMPA - Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre  
CAT - Central Autônoma dos Trabalhadores  
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores  
CMPA - Câmara Municipal de Porto Alegre  
CONCLAT - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras  
CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas  
CONTRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro  
COOTRAVIPA - Cooperativa de Trabalho, Produção e Comercialização dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre  
CORES - Conselhos de Representantes Sindicais  
CP – Jornal Correio do Povo  
CRAS - Centros Regionais de Assistência Social  
CTB - Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação  
DEP - Departamento de Esgotos Pluviais  
DIEESE – Departamento Intersidical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DMAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos  
DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre  
ENTOES - Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical  
FAG - Federação Anarquista Gaúcha  
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FS – Força Sindical  
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IMESF - Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família  
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo  
ITC Instituto Cultural do Trabalho  
MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado  
MCE - método do estudo de caso estendido  
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
PI - Precários Inflexíveis  
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
PREVIMPA - Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre  
PROCEMPA - Empresa de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre  
SDS - Social Democracia Sindical  
SIMPA - Sindicato dos Municípios de Porto Alegre  
SINDIPPD/RS - Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul  
SINDISPREV/RS - Sindicato dos Previdenciários do Rio Grande do Sul  
SINTRAJUFE - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal  
SMA - Secretaria Municipal de Administração  
SMC – Secretaria Municipal da Cultura  
SMED - Secretaria Municipal de Educação  
SMOV - Secretaria Municipal de Obras e Viação  
SMS - Secretaria Municipal de Saúde  
SMU - Social Movement Unionism  
TCE-RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul  
TJRS - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul  
UBS - Unidades Básicas de Saúde  
UGT - União Geral dos Trabalhadores  
UMPA - União dos Municípios de Porto Alegre  
URVs - Unidades Reais de Valor  
ZH – Jornal Zero Hora  
COMTU - Conselho Municipal de Transportes Urbanos

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 13  |
| <b>2 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E SUA DUPLA DIMENSÃO</b> .....   | 15  |
| 2.1 Sindicalismo no <i>Welfare State</i> e a emergência da acumulação flexível ....  | 18  |
| 2.2 Crise(s) do sindicalismo? .....  | 24  |
| 2.3 Quatro dimensões da revitalização sindical .....   | 31  |
| 2.4 Sindicalismo de Movimento Social: um modelo teórico<br>para a revitalização .....  | 34  |
| 2.5 “Cooperação complexa do capital” e potenciais elos associativos .....  | 39  |
| 2.6 Definição e contextualização dos processos de terceirização .....  | 43  |
| <b>3 CIÊNCIA REFLEXIVA E MÉTODO DO ESTUDO DE CASO ESTENDIDO</b> ....   | 47  |
| 3.1 Operacionalização da pesquisa .....  | 51  |
| <b>4 TRAJETÓRIA SINDICAL NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO:<br/>do Novo Sindicalismo à Espada de Dâmocles da Terceirização</b> ..... | 53  |
| 4.1 Terceirização na Administração Pública no Brasil .....   | 68  |
| <b>5 UMA DIFICULDADE E UM DESAFIO:<br/>Terceirização na PMPA e ação sindical</b> .....   | 73  |
| 5.1 A “greve do lixo” em 1988 e a fundação do SIMPA .....  | 88  |
| 5.2 Impulso à terceirização: das cooperativas às empresas (1989-91) .....  | 101 |
| 5.3 A questão da independência político-sindical (1991-95) .....   | 107 |
| 5.4 Burocratização e práticas antissindicais (1996-2006) .....   | 115 |
| 5.5 A “refundação” do SIMPA em 2006 .....  | 123 |
| 5.6 Experiências de revitalização sindical (2007-2011) .....   | 127 |
| 5.7 Novas terceirizações e conflitos pós-2010 .....  | 135 |
| 5.8 As Jornadas de Junho de 2013 e a participação do SIMPA .....   | 140 |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:<br/>Os futuros possíveis se inscrevem no presente</b> .....   | 147 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 152 |

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se no campo da sociologia do trabalho, procurando contribuir com a discussão acerca do presente e do futuro do sindicalismo, conectado aos estudos de revitalização sindical<sup>1</sup>. O sindicalismo, como forma associativa clássica do movimento dos trabalhadores, tem importância como fenômeno social e segue sendo objeto de muitos debates. Sua constituição e desenvolvimento tiveram e ainda têm um papel decisivo nos rumos políticos do Brasil. A partir da mobilização sindical ocorrida no final da década de 1970, setores dos trabalhadores das classes médias passaram a se movimentar por meio de ações tipicamente sindicais.

Em tal contexto, ganhou importância o sindicalismo no setor público, tornado legal no final da década de 1980. As associações de servidores públicos – outrora operando apenas na dimensão assistencial ou impedidas de assumir seu papel sindical pela repressão do regime militar – assumem crescente influência, mobilizando as classes médias e impulsionando as lutas pela democratização do Brasil pós-ditadura.

Este é o caso do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), objeto empírico do presente trabalho, o primeiro sindicato de municipais legalizado no Brasil. Sua fundação, cinco dias após a promulgação da Constituição de 1988, é parte do contexto supracitado.

As discussões a respeito das reformas e da persistência da estrutura sindical, assim como a existência de estudos recentes sustentando que o movimento sindical passa por uma crise instigam ao aprofundamento da análise. Estamos passando por um momento de crise ou declínio do movimento sindical? Há, de fato, uma perda da função histórica do sindicalismo na regulação das relações de trabalho, ou uma revitalização e ativismo na luta pelos direitos coletivos dos trabalhadores?

Sociólogos insistem na perda de seu caráter classista ou de confronto (ALVES, 2005; ANTUNES, 2002; CARDOSO, 2003, BRAGA, 2012). Outros questionam o caráter ontológico do trabalho como elemento fundante da

---

1 Os Estudos de Revitalização Sindical (*Labour Revitalization Studies*) constituem um campo multidisciplinar que tem procurado analisar as estratégias de renovação adotadas pelo sindicalismo. Ver TURNER, Lowell e HURD, Richard: *Building Social Movement Unionism: the transformation of American Labor Movement*, in: **Rekindling the Movement: labor's quest for relevance in the twenty-first century**, Cornell University, New York, 2001.

socialização (TOURAINÉ, 1994,; GORZ, 1982; OFFE, 1989; HABERMAS, 2012). Mas para confirmar ou negar esses posicionamentos é necessário conectar uma análise teórica com o novo momento do mundo do trabalho com seus novos desafios e as novas formas de mobilização.

Para tanto, parece-nos pertinente o conceito de “fragilização sindical” como sugerido por Franco e Silva (2007), pois ele considera o processo objetivo de terceirização do trabalho que produz uma fragmentação da classe trabalhadora e uma individualização ou, pelo menos, uma compartimentalização de sua percepção coletiva.

Neste estudo de caso estendido, procuraremos analisar o impacto das terceirizações sobre o movimento da categoria municipal de Porto Alegre, assim como a emergência de novas práticas sindicais, buscando, no resgate das práticas do SIMPA, conexões com o que alguns autores têm chamado de “sindicalismo de movimento social” (WATERMAN, 1991, 2004; TURNER; HURD, 2001; DIAS, 2011), que, a partir da articulação com setores “externos” ao sindicalismo, como outros movimentos sociais nacionais e internacionais, confrontam tendências gerais de fragilidade do movimento dos trabalhadores e podem produzir a revitalização da ação sindical.

## 2 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E SUA DUPLA DIMENSÃO

Com a emergência de relações de assalariamento, fizeram-se necessários mecanismos de regulação do preço da força de trabalho, de forma que os trabalhadores não ficassem totalmente à mercê das imposições capitalistas. O desenvolvimento das organizações operárias e das relações industriais formalizou, no século XIX, o sindicato que cumpre um papel decisivo nessa regulação. Segundo Antônio Carlos Dias (s.d), “os sindicatos nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital. Esta é a primeira função dos sindicatos: impedir que o operário se veja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para o seu sustento e o de sua família”.

Ao tratar-se de uma regulação diretamente ligada às condições de vida da maioria dos produtores – aquela que vive do seu trabalho – o sindicalismo como movimento, também protagonizou, historicamente, a luta pelo acesso a direitos sociais e, nesse caso, cumprindo um papel sociopolítico.

Em sua trajetória histórica, o movimento sindical constituiu identidades distintas que almejavam, em sua luta, resultados distintos.

As experiências históricas indicam haver duas identidades sindicais básicas. A primeira é aquela institucionalizada pelo capital ou pelo Estado (...). Sua legitimidade não vem da utilidade à classe operária, mas de sua compatibilidade com exigências do capital. A segunda é identidade autoproduzida, aquela que extrapola a função de negociação dos salários, assumindo um caráter não só de resistência, mas também de contestação do poder do capital. (CATTANI; ARAÚJO, 2006, p.256).

A identidade “institucionalizada pelo capital ou pelo Estado” pode assegurar ganhos econômicos imediatos, produzindo compromissos entre capital e trabalho, e efeitos políticos, expressos no pragmatismo reformista. Conjunturas de crescimento econômico podem conferir menos atritos entre capital e trabalho. Assim como períodos de estabilidade da sociedade capitalista podem estar ligados a compromissos entre capital e trabalho favorecendo-a por sua capacidade de amenizar conflitos mais profundos.

A “identidade autoproduzida” também é sociopolítica e transcende o ambiente laboral, configurando tensões sociais mais amplas a partir da luta dos trabalhadores. Uma greve, por exemplo, pode influenciar muito mais do que índices de reajuste



salarial. Não são poucos os casos nos quais o estopim da luta de categorias se converte em ação de amplas parcelas da sociedade, inclusive configurando projetos políticos de transformação social.

Conceituar sindicalismo significa apreender essas duas dimensões, levando em conta que o desenvolvimento do movimento sindical em seu processo de institucionalização traz matizes de atuação, métodos e resultados. Dentro dos campos da “identidade autoproduzida” ou “institucionalizada pelo capital ou pelo Estado”, encontraremos vertentes ora identificadas com a negociação, ora com o confronto entre as classes sociais. Essas posições não são dadas *a priori*, mas acontecem como fenômeno histórico na luta entre a ganância do capital e a defesa dos interesses dos trabalhadores. No desenvolvimento de sua luta e enfrentando conjunturas distintas, o sindicalismo tornou-se também um palco de disputas políticas em torno dos resultados almejados e dos métodos para alcançá-los, dando origem a correntes de pensamento ou tradições.

Essas tradições podem ser classificadas em três categorias: a) o sindicalismo de reivindicação e oposição, nascido na Inglaterra e na França, protagonizado principalmente pelas *Trade Unions*, que contesta tanto as táticas empresariais quanto a racionalidade do poder constituído e levou à formação de partidos políticos identificados com os trabalhadores; b) o sindicalismo de reivindicação e participação, marcado pelo pragmatismo reformista, predominante na Alemanha Ocidental pós-Segunda Guerra Mundial; c) o sindicalismo de negócios, marcado pela pragmática empresarial de negociação dos ganhos de produtividade, empregos, etc., muito forte nos EUA após a década de 1920 (CATTANI; ARAÚJO, 2006).

Como acontece com toda classificação, encontraremos na realidade combinações das práticas que compõem cada uma das três categorias. Também encontraremos trajetórias marcadas pela oscilação dos momentos predominantes de cada uma delas. No entanto, nos parece importante compreendê-los como uma simbiose entre a prática institucional mais ou menos conflitiva da regulação do salário e o projeto político de sociedade que almejam os agentes envolvidos. Em suma, sua vocação reguladora ou transformadora, no interior de determinadas condições.

Como indica Silver (2005), o movimento dos trabalhadores e a mobilidade do capital mantêm uma relação dialética. Seu estudo sobre a indústria automobilística

mundial<sup>2</sup>, demonstra que a “solução espacial” dada pelos capitalistas adia conflitos ao invés de resolvê-los. A autora relata ainda que “toda vez que surgia um movimento trabalhista forte, os capitalistas deslocavam a produção para locais de mão-de-obra mais barata supostamente mais dócil, enfraquecendo os movimentos de trabalhadores nos locais de desinvestimento, mas fortalecendo o trabalho nos novos locais de expansão”. Esta dinâmica é produzida por uma sistemática “remercadorização do emprego” e “criação de forças do trabalho”.

A partir de tal consideração, a autora combate a ideia de que a realocação dos investimentos do capital para utilização de mão-de-obra mais barata ou mais precária signifique “uma corrida ao fundo poço” do capital e, menos ainda, uma crise terminal do sindicalismo. Associa os movimentos dos trabalhadores a três variáveis objetivas, a mobilidade do capital, os ciclos do produto e a política mundial e uma variável de caráter subjetivo que é o “poder de barganha” dos trabalhadores. As variáveis objetivas delimitam o campo dos conflitos e a variável subjetiva a intensidade ou a escala de grandeza das “agitações trabalhistas”. No movimento constante de “mercadorização e desmercadorização” espacial e das formas do emprego, estabelece uma geografia das movimentações dos trabalhadores, tendo como critério as agitações e conflitos.

Isso significa que toda investida do capital no sentido de “mercadorizar” a força de trabalho desperta a resistência dos trabalhadores, sendo uma tendência endógena de sua reprodução ampliada. A mercadoria força de trabalho, evidentemente, não é uma mercadoria qualquer. Nela estão corporificados seres humanos com os quais a tentativa do capital de tratar como uma mercadoria qualquer implica em insatisfação e ação no sentido contrário. A relação estabelecida do capital para com o trabalho está marcada por esta indiferença ao trabalho e sua dependência da capacidade de trabalho. Na abordagem de Marx (Volume I de O Capital), no mercado de trabalho reinam “liberdade, igualdade, propriedade e Bentham” (MARX, 1983), ou seja, “no âmbito oculto da produção” a força de trabalho é trocada “livremente” pelo salário que representa nada mais do que seu custo de reprodução, gerando como consequência no interior do capitalismo histórico, uma luta cumulativa contra a exploração do trabalho.

---

<sup>2</sup> A pesquisa é baseada em dados do World Labor Group (WLG) e apresenta o retrato dos padrões espaciais e temporais das manifestações de trabalhadores na indústria automobilística mundial de 1930 até 2005.

De outra maneira, a partir da abordagem de Polany (1944), podemos considerar que a resistência é pendular, sendo a força de trabalho uma “mercadoria fictícia”, à medida que não significa a venda do trabalho, mas essencialmente da capacidade de trabalho e que, ao ser incluída no mecanismo de mercado, significa a subordinação da substância da própria sociedade às suas leis, gerando um contramovimento para a proteção da sociedade.

Parece-nos importante tanto para compreender a fragilidade do sindicalismo, quanto suas possibilidades de revitalização considerar ambas as formas de resistência. De acordo com Silver (2005):

Agitações do tipo polanyano são contra-ataques à expansão do mercado global auto-regulado, especialmente da parte das classes trabalhadoras que estão sendo desfeitas e dos trabalhadores que se beneficiavam de pactos sociais que são abandonados pelos de cima. Agitações do tipo marxiano significam lutas das novas classes trabalhadoras implementadas e fortalecidas sucessivamente como consequência não-intencional do desenvolvimento do capitalismo histórico. (SILVER, 2005, p. 35).

A combinação entre ambas, em nossa análise, busca as intersecções entre a defesa dos direitos coletivos do trabalho e a própria regulação do preço da força de trabalho, articulando as dimensões sociopolíticas e regulatórias da ação sindical, seus aspectos exógenos e endógenos com vistas à sua revitalização.

Para melhor compreendermos como se deu historicamente este movimento e os novos desafios colocados à organização sindical, é preciso resgatar mudanças ocorridas na passagem do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível, entendido como momento predominante do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 1992).

## **2.1 Sindicalismo no *Welfare State* e a emergência da acumulação flexível**

O regime de acumulação que caracterizou o fordismo, ao longo do século XX, compreendeu basicamente dois aspectos: a) a busca de maior controle sobre a força de trabalho, para além da coação, por meio da racionalização almejada pela “gerência científica” de Frederick Taylor e aprimorada por Henry Ford que permitia a acumulação intensiva; b) o compromisso fordista, baseado na política de conciliação de interesses sindicais e empresariais, que graças à negociação dos ganhos de

produtividade e ao fomento ao consumo de massas, configurou uma relação para além do chão-de-fábrica, dando as bases para os Estados de Bem-Estar nos países capitalistas desenvolvidos.

Estes dois aspectos, entretanto, não acontecem simultaneamente. Segundo Bihl (2010), os operários de ofício no início do século XX resistiram muito à implantação dos princípios tayloristas da gerência científica do trabalho e a intensificação da exploração do trabalho decorrente de seu sucesso. A separação entre a concepção e a execução das tarefas, a parcelização das operações e a redução do “tempo morto” no trabalho só foram possíveis após situações de exceção engendradas pela Primeira Guerra Mundial, generalizando-se durante a década de 1920, em meio a muitas lutas dos trabalhadores.

O regime de acumulação intensiva do capital, no entanto, esbarraria em um obstáculo que é seu próprio resultado: a busca incessante de novos ganhos de produtividade gerou um crescimento incontrolável da demanda por meios de produção, inchaço do Departamento I da economia (correspondente à produção dos meios de produção, como é o caso da maquinaria) e aumento da composição orgânica do capital. Também gerou uma limitação da demanda por meios de consumo (demanda insolvente), o que levou a um *boom* especulativo a partir de 1926 e, finalmente à crise de 1929. Somente após a Primeira Guerra Mundial, os capitalistas – entre os quais Henry Ford – compreenderam que os ganhos de produtividade assentados em altas taxas de exploração esbarravam na necessidade do aumento proporcional dos salários reais. Ford foi um dos primeiros a enxergar que a introdução da esteira e da produção em cadeia asseguravam ganhos efetivos de produtividade, mas necessitando uma divisão “equitativa” destes ganhos entre lucros e salários, de forma a ampliar a demanda.

Ainda segundo Bihl (2010), foi necessária uma série de fatores para pressionar a classe dominante a adotar um “dispositivo institucional suscetível de garantir a divisão dos ganhos de produtividade entre salários e lucros”, quais sejam: a) a sombra da “grande depressão” e suas consequências terríveis; b) a nova onda de lutas dos trabalhadores permitindo a introdução de mecanismos de negociação coletiva, salário mínimo e de salário indireto; c) a vitória de forças políticas sustentadas eleitoralmente pelos trabalhadores, como a Social-democracia na Europa setentrional, a Frente Popular na França e Roosevelt nos EUA; d) as

conquistas democráticas provenientes da vitória sobre o fascismo na Segunda Guerra e o fortalecimento do Bloco Soviético neste íterim, pressionando os governos dos países capitalistas avançados à ampliação de direitos sob o “espectro do comunismo”. Entre os imperativos econômicos e sociais da reconstrução da hegemonia capitalista pós-Segunda Guerra, para manter o padrão de acumulação intensiva, foi necessária uma profunda transformação na relação salarial.

A correlação de fatores e forças asseguraram uma espécie de acomodamento do movimento operário, este manteve-se independente do poder capitalista, ao mesmo tempo em que se submetia às regras do jogo. As lutas sindicais e políticas estiveram marcadas por uma estratégia de adaptação à dominação do capital na qual as organizações constitutivas do movimento operário deveriam: a) impor a negociação coletiva como modo de resolução dos conflitos de classe; b) absorver em sua atividade a capacidade de mediadoras entre os interesses da classe capitalista e os trabalhadores tendo legitimidade perante o Estado para tal; c) tornarem-se co-gestoras do processo global de reprodução do capital.

O referido acomodamento, no entanto, não significou que os trabalhadores tenham parado de lutar por melhores condições de vida, redução da jornada de trabalho, etc., mas a possibilidade de que camadas “privilegiadas” do proletariado estendessem vantagens e experiências aos setores mais vilipendiados, através do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), desde que estes trabalhadores servissem de mola propulsora à acumulação intensiva. Como indica Groppo (2005):

(...) Por um lado, se preconizava a necessidade de bem-estar geral – o consenso reformista. Por outro, mesmo que de modo tácito, as classes trabalhadoras aceitavam a disciplina estrita no trabalho: a hierarquia, a vigilância, a perda total do controle do processo de trabalho etc. (...) O trabalho torna-se o momento da disciplina e da produtividade. O trabalhador “entrega-se” à rotina naquelas horas em que vende sua força de trabalho. No entanto, como compensação, na sua vida cotidiana, a felicidade é garantida pela sociedade (via Estado de Bem-Estar e altos salários). (GROPPO, 2005, p. 72).

A dimensão econômica estritamente regulatória da organização sindical encontrou seu ápice no *Welfare State*, assegurando o aumento do preço da força de trabalho em diversos países capitalistas economicamente desenvolvidos do norte ocidental, nos quais se estabeleceu. Ao mesmo tempo em que as organizações do movimento operário (sindicatos, partidos e associações) se tornaram co-gestoras da

reprodução ampliada do capital, também funcionaram como estruturas de renegociação permanente do compromisso fordista, o que favoreceu a adesão dos trabalhadores, sob o princípio institucional da negociação coletiva e o princípio político da colaboração de classes no interior do Estado. Entre as conseqüências, destaca-se a crescente separação entre base e direção. Sindicalistas e os políticos reformistas cada vez mais profissionalizados e especializados tecnicamente passaram a conduzir as negociações.

Nas esferas do Estado, dirigentes sindicais e políticos tinham posição privilegiada nos postos de mediação dos conflitos de classe, ficando assim cada vez mais desligados de suas bases sociais, passando à defesa de seus interesses próprios, raiz objetiva da degeneração burocrática das organizações que representavam. Como nos mostra a experiência histórica, a burocracia é terreno propício ao clientelismo e à corrupção, algo que também marcou a evolução ulterior das organizações sindicais do ocidente nos marcos do compromisso fordista.

No Brasil, apesar das tentativas de implantação do Estado de Bem-estar durante os anos 1930 até início dos anos 1950, jamais foram conquistados direitos análogos aos países centrais para os trabalhadores ou condições para o consumo massificado. O que houve, ao invés de um “compromisso”, foi uma tentativa de cooptação do movimento operário aos interesses de Estado e à primeira fase de industrialização do país, em geral coercitivamente, com a perseguição aos partidos comunistas e sindicatos independentes dos governos, em especial a partir de 1939 com a instituição da Comissão de Enquadramento Sindical e do Imposto Sindical.

A figura do “operário-massa”, característica do regime de acumulação fordista nos países capitalistas desenvolvidos, foi a raiz de sua própria crise. Entre suas principais características estão a concentração no espaço social, produto da concentração do capital social e urbanização típicas do fordismo, em oposição à dispersão do período anterior. A homogeneização cultural, proveniente tanto da condição desqualificante do trabalho parcelado e repetitivo, da posição de “sujeito negado” da força viva do trabalho (PAULANI 2001), quanto da massificação do consumo e a reificação das relações sociais que ele engendra. O operário-massa foi caracterizado pela rigidez, seja da profissão, do emprego, da relação com a maquinaria ou da norma social do consumo.

Já no final dos anos 1960, este perfil mostrou-se essencialmente contraditório,

pois ao passo que o trabalho atomizava, a cidade massificava. Ao mesmo tempo, o consumo de massas reificava e promovia o desejo individualista do consumismo. Como resultado da política de “seguridade social” do fordismo, muitos trabalhadores jovens passaram a ter acesso às universidades e à crítica social. Tanto no mundo ocidental capitalista quanto no bloco socialista a rigidez do “operário-massa” favorecia o despotismo tanto dos capitalistas quanto da burocracia estalinista, o que entrava em choque com a ideologia do indivíduo autônomo.

Esse conjunto de contradições foi o fermento da explosão de uma revolução cultural e política que percorreu o mundo no ano de 1968. Nenhum país desenvolvido passou incólume pelo maio de 68 conjugando-se lutas anticoloniais, contra a Guerra do Vietnã e por direitos civis e democráticos. Os ventos da Revolução Cubana, a defesa de um “socialismo de cara humana” na antiga Tchecoslováquia, o Maio de 1968 na França, a luta antirracismo nos EUA, entre outros, foram inspirações para uma situação revolucionária no mundo. Era o início do fim do compromisso fordista intimamente relacionado ao enfraquecimento das formas associativas clássicas, em especial, dos sindicatos e partidos operários burocratizados e desacreditados.

A diminuição dos ganhos de produtividade, a elevação da composição orgânica do capital, a saturação da norma social do consumo, a elevação do preço da força de trabalho, dos gastos públicos com salário indireto e o desenvolvimento do trabalho improdutivo geraram uma queda global da taxa de lucros (BIHR, 2010). A onda de mobilizações do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 provocou uma resposta dos capitalistas, uma nova justificação, materializada numa ampla reestruturação econômica e produtiva e abriu as portas para um novo regime de acumulação flexível. Tal reestruturação foi impulsionada no final dos anos de 1980 pela queda dos regimes estalinistas no leste europeu e a conseqüente incorporação de sua força de trabalho à reprodução ampliada do capital.

O caminho percorrido das formas de acumulação taylorista/fordista à atual forma de acumulação flexível modificou o conjunto das relações sociais trazendo novos desafios e uma situação de maior fragilidade da organização sindical e da própria crítica social.

A acumulação flexível como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos

de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p. 140).

Ainda, do ponto de vista do mercado mundial, segundo Harvey (1992):

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1992, p. 140).

Este "vasto movimento do emprego" é marcado por uma crescente precarização do trabalho, incidindo negativamente sobre as taxas de sindicalização. Boltanski e Chiapello (2007) indicam uma "recomposição do tecido produtivo" que favoreceu fenômenos como a dessindicalização, a baixa intensidade dos conflitos sociais e o funcionamento burocrático dos sindicatos, principalmente após os anos de 1980 nos países capitalistas desenvolvidos (nesse caso a França, mas poderíamos incluir EUA, Inglaterra, Japão, entre outros). Uma recomposição que foi motivada por "processos de terceirização, filialização, relocação e outras modalidades de fragmentação das forças do trabalho" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2007) colocando a crítica social e as formas clássicas de associação em uma defensiva político-ideológica. No Brasil este processo teve seu impulso durante a década de 1990 com a adoção gradativa dos princípios neoliberais.

O capitalismo compreendido como contradição em processo para sua expansão, busca a consolidação da hegemonia e da subordinação do conjunto das relações sociais às determinações da lei do valor e, dessa forma, cresce a diversificação e multiplicação das esferas produtivas e suas ramificações. Tanto os produtos somente são produzidos enquanto mercadorias como o trabalho absolutiza-se como trabalho assalariado (MARX, 1985).

Para nossa análise, caracterizar o momento pelo qual passa o sindicalismo no interior desta totalidade, se torna essencial para uma compreensão de sua revitalização, levando a cabo um estudo que combine a análise das determinações objetivas e o ativismo de seus membros. Se por um lado, objetivamente, a fragmentação da classe trabalhadora e suas modalidades, decorrentes do regime da acumulação flexível favorecem a fragilidade do sindicalismo, por outro, o



crescimento do ativismo em defesa dos direitos coletivos dos trabalhadores e a complexificação do trabalho combinado favorecem ao surgimento de novos elos associativos e, portanto, de sua revitalização como parte da defesa dos direitos dos trabalhadores e componente ativo da crítica social.

## 2.2 Crise(s) do Sindicalismo?

Os estudos acadêmicos e políticos contemporâneos são marcados pela pergunta se existe ou não uma crise do sindicalismo. Com diagnósticos distintos vários autores convergem na resposta afirmativa.

Para analisar criticamente algumas dessas posições é necessário categorizar os posicionamentos dos autores mais influentes. De um lado, aqueles que reafirmam a centralidade do trabalho na sociabilidade, a importância dos sindicatos como instituições que refletem, disputam e/ou regulam a relação entre capital e trabalho. Esses autores compreendem a crise do sindicalismo como fenômeno sociológico datado. De outro, existem aqueles que questionam a centralidade do trabalho como meio de análise e transformação da realidade social nas sociedades contemporâneas caracterizando a perda de sua importância no rumo das relações sociais, o que configura uma negação ontológica do trabalho.

Dentre os autores que levantam a hipótese do “fim do trabalho” estão André Gorz (1982), Jürgen Habermas (2012), Claus Offe (1989) e Dominique Méda (1995). Impactados pelo crescimento do desemprego e das inovações tecnológicas, em especial, nos países capitalistas desenvolvidos a partir da década de 1980, eles identificam em uma mudança do capitalismo contemporâneo – o crescimento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, ou a “lifoilização organizacional” (CASTILLO 1996 *apud* ANTUNES 2003) – a crise do próprio trabalho, ainda que não o façam de forma homogênea.

Gorz (1982) vaticinou o fim do proletariado como classe social, observando a emergência de uma “não-classe” de “não-trabalhadores” que seriam o sujeito social da transformação da sociedade capitalista, baseada na relação salarial, em uma sociedade na qual prevalecesse a produção autônoma fundada na cooperação voluntária, na troca de serviços ou na atividade pessoal. Esta “autoprodução” se daria na medida em que o valor de uso do tempo se revelasse superior ao seu valor

de troca. Ainda que o autor colocasse em dúvida a capacidade dessa “não-classe” assumir o controle do processo de abolição do trabalho e de constituição de uma “sociedade de tempo liberado”, afirmava que isto não se daria sem ela. Para o autor, não se trataria de uma opção ética ou ideológica, mas de uma realidade imposta pela “sociedade do desemprego”. A escolha ficaria entre a abolição do trabalho libertadora e controlada socialmente ou repressiva e anti-social operada pelo próprio capitalismo.

A abordagem de Habermas (2012) tem contornos mais complexos. Para o autor, no âmbito das sociedades modernas há uma preponderância da razão comunicativa sobre a razão instrumental, ou seja, a esfera da intersubjetividade passaria a ter prevalência sobre as relações de produção. Logo, a teoria do valor não daria mais conta da complexidade e da lógica societais. Em sua disjunção analítica, o “sistema” caracterizado pelas esferas da economia e da política não seria mais o terreno das possibilidades emancipatórias, estas teriam sido transferidas ao “mundo da vida” já que a comunicação operada entre os subsistemas da administração e da economia teriam se libertado de seus fundamentos prático-morais.

Para Habermas (2012), a evolução social se dá por meio da diferenciação crescente entre sistemas e subsistemas que garantem a coesão social. O desenvolvimento da esfera sistêmica (relações de poder e troca) é marcado pelo controle social, ao passo que a personalidade marca o estado de desenvolvimento de um mundo da vida estruturado simbolicamente. Como decorrência de tal evolução das sociedades modernas, o entendimento passa a orientar a racionalidade, a cultura perde as características formais que lhe permitiam a função ideológica e a mediatização do mundo da vida se transforma em colonização, subvertendo a determinação sistêmica da esfera do trabalho. A ação social, neste quadro, aconteceria com vistas ao entendimento e não à luta entre as classes.

Offe (1989) dialoga com a premissa proposta por Habermas, no que se refere à colonização do mundo da vida sobre o sistema. No entanto, o que há de específico em sua análise é que reconheceu a ampliação da sociedade dos serviços e acrescentou que sua lógica não se pautava pela mesma racionalidade do capital industrial e não operava segundo um cálculo econômico. Offe (1989) concluiu que o trabalho não só objetivamente foi deslocado de seu status de “fato da vida”, mas

privado também de seu papel subjetivo central na atividade dos trabalhadores. Logo, também liberou uma nova forma de racionalidade, novos campos de ação e novos atores, levando os conflitos para o terreno dos direitos civis, humanos e democráticos, ou seja, para fora do conflito entre capital e trabalho.

A pesquisa de Méda (1995) busca aportar ao debate público uma série de reflexões filosóficas acerca do trabalho e, a partir de uma abordagem crítica do conceito, questionar “o lugar, o sentido e o futuro do trabalho”. Para realizar tal percurso, a autora analisa o que seriam as três visões de mundo que sustentam a centralidade do trabalho e seu “caráter antropológico”. A visão cristã que expressa sua dimensão espiritualista, à medida que relaciona o trabalho à liberdade e ao esforço, a visão humanista que o associa à dor e à criação, ressaltando o aspecto criativo do trabalho e a visão marxista que o compreende como atividade constitutiva da essência humana, protoforma do ser social, sem a qual não se pode compreender a especificidade do homem. Realizando um longo apanhado histórico a autora busca desconstruir a ideia de trabalho como gerador de vínculo social ou “fato social total”, argumentando que esta é uma representação (do mundo das idéias) utilitarista e historicamente datada. Propugna o “desencantamento do trabalho” e critica o que considera “culto ou utopia do trabalho” em vias de desaparecimento e, por conseqüência, a desaparecimento do próprio movimento operário.

Entre os que afirmam a centralidade do trabalho nos processos de socialização e transformação social, está Ricardo Antunes (2002; 2003). Para ele, o capitalismo passa por uma crise estrutural, na qual as respostas dadas pelo capital ao mundo trabalho tendem a modificar as formas como se apresentam as relações de produção e a morfologia da “classe-que-vive-do-seu-trabalho”. Impõe-se assim, segundo ele, uma profunda crise para o sindicalismo materializada na queda das taxas de sindicalização nos países capitalistas desenvolvidos.

No que concerne o regime de trabalho, o autor ainda identifica um abismo entre os trabalhadores de contratos de trabalho estáveis e os precarizados. Segundo ele, “a fragmentação, heteroginização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho questiona a raiz do sindicalismo tradicional” (op. cit. p. 70) o que, para além de reforçar as tendências de dessindicalização, compromete a expansão da organização sindical, à medida que ganha contornos neocorporativos tornando-se mecanismo de defesa e distinção. Os “estáveis” preservam seus interesses contra o

que o autor qualifica como subproletariado (precarizados, terceirizados, parciais etc.), via de regra, em situação de instabilidade laboral. Somado a isso, ocorreria um processo crescente de individualização das relações de trabalho, uma corrente no sentido de desregulamentar e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho e um esgotamento do “sindicalismo de participação”. O resultado seria uma institucionalização e burocratização das entidades sindicais que se distanciam dos movimentos sociais autônomos. A conjunção destes indicadores configuraria a crise do sindicalismo (ANTUNES, 2003).

Em uma abordagem próxima, Alves (2005) indica o toyotismo como “momento predominante do complexo da reestruturação produtiva”, caracterizado pela fragmentação de classe e pela captura da subjetividade operária pelo capital, marcas do “novo (e precário) mundo do trabalho”. Para o autor, a “crise do sindicalismo” possui duas dimensões históricas. Por um lado a dimensão socioinstitucional, expressa no declínio das taxas de sindicalização, que o autor define como “crise de representação de classe”. Por outro, indica uma dimensão político-ideológica que tem como característica a “integração plena dos sindicatos à lógica mercantil”, na qual predominam as estratégias sindicais e políticas neocorporativas.

Para Alves (2005), “o cerne essencial da crise do sindicalismo é sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha de valorização, diante da nova ofensiva do capital”. Dessa forma, o sindicalismo passaria por uma crise ligada essencialmente à organização burocrática, vertical e corporativa e à ausência de uma práxis política e ideológica de classe, limitando-se às “lutas econômicas e políticas no interior da lógica da mercadoria”.

Com relação ao posicionamento dos autores que afirmam a crise do sindicalismo a partir da negação da centralidade do trabalho, ocorrem equívocos provenientes de duas controvérsias teóricas e uma epistemológica.

A primeira controvérsia teórica – expressa claramente nas abordagens de Gorz (1982), Offe (1989) e Méda (1995) – está na apreensão do trabalho de maneira unilateral ou, em outras palavras, a apreensão do trabalho apenas enquanto trabalho alienado. O caráter de mediação com a natureza, sua dimensão omnilateral fica subsumida na forma historicamente determinada pela qual o trabalho se apresenta

no capitalismo. O trabalho concreto, produtor de valor de uso, se confunde com sua faceta abstrata, produtora de valor para o capital. Logo, as oscilações do nível de emprego, a subsunção real ao capital e a proeminência do trabalho morto (tendências específicas do capitalismo) aparecem como o fim do próprio trabalho concreto.

No caso de Habermas (2012), há uma disjunção analítica de algo que na realidade não pode ser separado. A clivagem entre sistema e mundo da vida paralisa o movimento da vida social. Seria como se a diferenciação entre subsistemas e a comunicação no interior deles funcionasse como uma produção incessante de sistemas imutáveis que geram sua própria letargia pela via do entendimento. Em nossa, opinião para romper com o determinismo atribuído ao marxismo, Habermas constrói outro, do lado oposto da contradição, pela via intersubjetiva.

É verdade que muitos estrutural-marxistas empenharam-se em afirmar a “última instância” econômica, no entanto, Marx jamais caiu nesta armadilha. A determinação objetiva das condições sociais é uma relação que se refere à herança do passado, que apresenta potências para o futuro. De maneira nenhuma é possível pensar estas potências por fora da ação humana, sem sujeito. Se bastassem as determinações objetivas, a tarefa posta na Décima Primeira Tese sobre Feuerbach (MARX, 2007) jamais seria transformar o mundo e sim “descobrir” as tendências transformadoras imanentes ao capitalismo, ou seja, uma atividade essencialmente especulativa e não uma crítica prática. A interação entre as determinações objetivas e subjetivas formam uma totalidade que se reproduz ou se transforma, a depender da ação dos sujeitos e da correlação de forças entre as classes, em condições legadas pelo passado. O “mundo da vida” e o “sistema” são momentos da totalidade concreta, complementares e contraditórios e, portanto, dialeticamente configuram uma unidade e não uma disjunção.

Por último, há um equívoco epistemológico quando os quatro autores aqui analisados que negam o trabalho como objeto central da sociologia, utilizam a categoria da reflexividade do sujeito levada ao absoluto, ou seja, atribuindo sentido ao fato ou à ação social a partir da percepção do próprio sujeito. Utilizar um paradigma hermenêutico na análise de relações sociais fetichizadas e subjacentes à percepção imediata, tal como se apresentam as relações de trabalho capitalistas, leva a caracterizações fenomênicas, além de equívocos impressionistas. Na análise

concreta das práticas sindicais é necessário captar a percepção dos agentes, mas jamais será exclusivamente por esta percepção, que alguma categoria abstrata perderá sua capacidade heurística. O caráter alienado do trabalho assalariado sob o capitalismo não se apresenta aos sujeitos sociais como tal, tampouco as redes de relações sociais fetichizadas que dele derivam. A percepção dos agentes está mediada por tais relações, que precisam ser desvendadas para serem compreendidas.

Afiliamo-nos aos autores que defendem a centralidade do trabalho, mas o cuidado que achamos necessário ter refere-se a três questões. A primeira é que a caracterização de crise parte de uma constatação de “normalidade”. Que, por vezes se assenta no tipo de sindicalismo fortalecido institucionalmente no contexto do Estado de Bem-estar social europeu, produto de um contexto muito particular. Em outros casos, assentam-se em uma espécie de tipo ideal de ação sindical constituído após o ascenso das lutas operárias dos anos de 1980 no Brasil, com o advento do chamado “novo sindicalismo”. Tais condições não se repetirão. O trabalho do sociólogo português Hugo Dias (2010), frente à discussão da crise do sindicalismo, contempla esta opinião:

O vocábulo da crise tem tido um uso recorrente nas mais diversas áreas dos sistemas sociais, sendo utilizado sobremaneira para caracterizar a situação actual do sindicalismo. Utilizando ainda a metáfora médica, o estado normal de saúde seria o período do capitalismo organizado (Lash e Urry, 1987; Offe, 1989) em que se assiste à constituição dos sistemas de relações laborais nos quais os sindicatos desempenham um papel essencial. (DIAS, 2010, p.4).

Ou seja, para superar a crise vista desta óptica, teríamos que reproduzir uma situação na qual o retorno do “capitalismo organizado”, do Estado de bem-estar e do compromisso fordista garantiria a revitalização do sindicalismo. Por sua vez, ao movimento sindical restaria uma luta pelo passado, o que significaria também decretar sua própria falência. Acreditamos que devemos nos afastar desta visão.

De acordo com Cattani (1996), pensamos que “a referência à crise tem alto potencial heurístico, mas pode ser, provisoriamente, deixada num segundo plano quando se trata de mobilizar a ação presente”. Para tanto, é preciso elaborar um quadro conceitual que dê conta de avançar com relação aos modelos propostos e dê atenção ao surgimento de novas práticas sociais e sindicais.

A nova morfologia da classe que vive do seu trabalho, apontada por Antunes (2003) e a reestruturação produtiva analisada por Alves (2005) com tanta propriedade, trazem consigo novas formas de resistência, mobilização e novas práticas às quais devemos estar atentos. Coloca-se como objetivo dos estudos do trabalho, portanto, casos nos quais se possam observar as irregularidades da tendência que prima, concretamente, resgatar as práticas que estão na contramão de tais tendências buscando estruturá-las compreender as possibilidades da revitalização sindical. Isto exige realizar um esforço de análise para além das dificuldades objetivas. Exige um olhar voltado à agência ou ativismo sindical dentre possíveis novos elos associativos que a realidade pós-reestruturação produtiva traz.

Sobre a forma de abordar o problema, entendemos que as oscilações das taxas de sindicalização podem ser apreendidas, sob esse ponto de vista, como indicadores importantes para compreender o alcance institucional e sua legitimação, mas para caracterizar uma crise da ação sindical, não bastam e podem produzir distorções. Em sua dimensão institucional, ações que não são do tipo sindical, se reproduzem com diferentes facetas nos sindicatos e podem obter filiados a partir de relações clientelistas, assistencialistas, etc. É necessário abordar as demais dimensões da revitalização sindical, como trataremos detalhadamente no ponto 2.3.

A última questão refere-se à determinação imediata entre crise estrutural, reestruturação produtiva e crise sindical. É preciso atentar-se às mediações entre a situação objetiva e o peso subjetivo que exercem as direções sindicais para uma forma ou outra de ação. Se compreendermos o capitalismo como uma contradição em processo e o sindicalismo como luta combinada entre o regulatório e o sociopolítico, poderemos notar que os elementos externos ao sindicalismo *stricto sensu* podem influenciar suas lutas, ora para resistir à retirada de direitos (agitação de tipo polanyana), ora para acumular forças politicamente (agitação de tipo marxiana), como aconteceu em diversos momentos da experiência histórica do sindicalismo, inclusive no caso do movimento dos servidores públicos no Brasil no final dos anos 1980 que analisamos aqui.

A acumulação flexível como momento predominante do capitalismo contemporâneo, tem uma geografia desigual e combinada em sua objetivação, logo a generalização dos modelos e da forma como se deram os processos de flexibilização referentes aos países capitalistas desenvolvidos não abarca as

especificidades de suas expressões nos países periféricos.

No caso brasileiro, segundo Braga (2012), não houve a experiência do fordismo em suas duas principais dimensões: a) econômico-gerencial caracterizada pela gestão “consentida” da força de trabalho, do consumo de massas e baseada na política de altos salários e b) o compromisso fordista característico do Estado de Bem-estar social, proveniente da conciliação de classes em termos socio-institucionais. Segundo o autor, no Brasil (assim como Portugal, Espanha, Iugoslávia, Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan, Hong Kong, México e Grécia) teríamos passado de um “taylorismo primitivo”, um regime de acumulação apoiado em indústrias de baixa produtividade orientadas para a exportação de bens de consumo não duráveis, a um “fordismo periférico” iniciado nos anos 1950 e estendido até o início dos anos 1990 com o advento do neoliberalismo e o processo de mundialização capitalista (BRAGA, 2012). Para discutir o presente e o futuro do sindicalismo, devemos estar atentos a algumas peculiaridades da formação socioeconômica do Brasil, assim como à trajetória de lutas dos trabalhadores brasileiros, compreendendo suas especificidades e buscando afastar-se das transposições mecânicas.

O presente trabalho deixará em suspenso a caracterização de crise do sindicalismo, fazendo um estudo de caso estendido (BURAWOY, 1998) das práticas sindicais do SIMPA frente à incidência da terceirização na administração pública sobre sua atividade. Um resgate de práticas e experiências com vistas a contribuir para o entendimento acerca das estratégias de revitalização sindical.

### **2.3 Quatro dimensões da revitalização sindical**

Os Estudos de Revitalização Sindical (*Labour Revitalization Studies*) constituem um campo multidisciplinar que tem procurado analisar as estratégias de renovação adotadas pelo sindicalismo. Tais estudos não são homogêneos quanto à abordagem teórica, mas constituem um esforço conjunto de constituição de estratégias de recuperação da iniciativa sindical no contexto do capitalismo mundializado. O conjunto de mudanças ocorridas na sociedade contemporânea transformou as circunstâncias nas quais o sindicalismo atua. Existem, no entanto, argumentos fortes para afirmar que o sindicalismo, expressão organizada dos



interesses da classe trabalhadora, não esteja destinado a desaparecer. De acordo com Dias (2011):

Nas chamadas sociedades pós-fordistas e/ou pós-industriais, o modo de produção vigente continua a ser o modo de produção capitalista. Desta forma, dado que a coordenação e afetação de recursos continua a ser primordialmente orientada pelo princípio do mercado, o trabalho subsiste sendo uma mercadoria fictícia, no sentido polanyiano da palavra. Enquanto existir capital, existirá trabalho assalariado. Desta relação desigual, resulta um diferencial de poder e a emergência de interesses contraditórios. (DIAS, 2011, p. 161).

Partindo dessa premissa, faz-se necessário conceituar o que entendemos por revitalização sindical propriamente dita. De acordo com Behrens, Hamann e Hurd (2004), a revitalização sindical deve ser compreendida como um processo multidimensional que assume distintos significados a depender de contextos nacionais específicos. Segundo os autores, ela deve ser analisada em quatro dimensões.

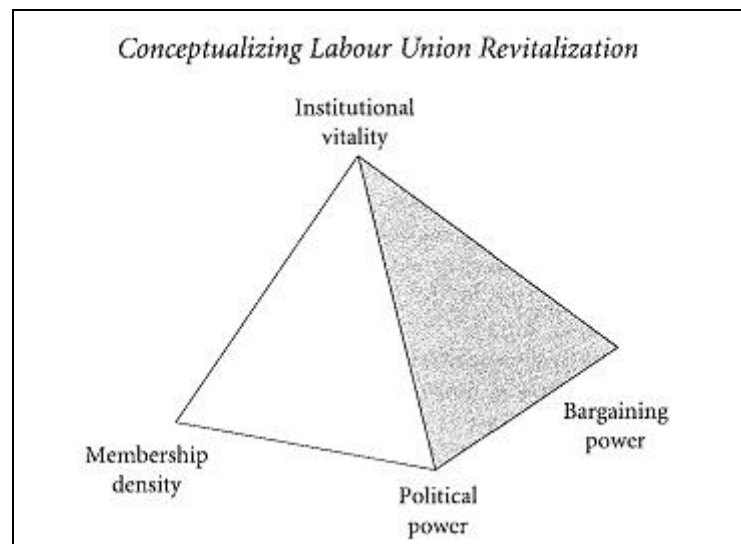
A primeira delas é a dimensão de adesão (*membership dimension*) constituída de três fatores mensuráveis: o aumento do número de membros sindicalizados, a densidade da associação e a mudança na composição da filiação sindical. O aumento no número de filiados significa mais recursos e número de pessoas mobilizadas nas campanhas sindicais. A densidade da associação tem implicações na legitimidade, representatividade e poder de negociação do sindicato. A mudança na composição da filiação sindical é a capacidade do sindicato em abarcar setores outrora não sindicalizados. Para que a análise seja completa nesta dimensão de adesão, não basta analisar o número de associados para colocar o “rótulo” da revitalização sindical, é preciso combinar elementos quantitativos e qualitativos correspondentes à situação específica na qual está inserida a ação sindical.

A segunda dimensão a ser analisada é a dimensão econômica (*economic dimension*). Ela inclui o poder de negociação, a capacidade de alcançar melhorias de salários e benefícios, e de forma mais ampla, os impactos sobre o trabalho da distribuição da riqueza. Implica, neste sentido, no uso de métodos tradicionais e inovadores para aumentar a influência sobre a economia (BEHRENS *et al*, 2004).

A terceira dimensão é a dimensão política (*political dimension*) na qual se deve analisar em que medida a ação sindical influencia no processo político. Sua relação com os governos (nacional e internacionalmente), sua capacidade de defesa dos interesses dos trabalhadores enquanto classe social e dos direitos coletivos do

trabalho. Aqui, evidentemente, entra sua capacidade de colaboração e articulação (ou não) com os demais movimentos sociais e políticos presentes na conjuntura em questão.

A quarta dimensão é a dimensão institucional (*institutional dimension*), uma dimensão interna que corresponde à organização, relação entre direção e base, presença nos locais de trabalho, capacidade de se ajustar aos contextos e produzir novas estratégias, ou introduzir novas idéias que não permitam que o sindicalismo se acomode nas outras três dimensões de sua atuação. Inclui ainda a capacidade de produzir soluções organizativas e políticas que permitam chegar a públicos mais amplos (grupos de discussões ou departamentos sobre gênero, racismo, homofobia, por exemplo), assim como formar novos quadros e ativistas.



**Figura 1 – Dimensões de análise da revitalização sindical**

Fonte: BEHRENS, M., HAMANN, K., HURD, R. *Conceptualizing Labour Union Revitalization*, in: FREGE, C., KELLY, J. **Varieties of Unionism: Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy**. Oxford University: 2004.

Na combinação entre estas dimensões (e os indicadores qualitativos e quantitativos que a compõe) podemos estabelecer um quadro mais preciso tanto da situação quanto das estratégias possíveis de revitalização sindical. Para avançar nesta direção, discutiremos o conceito de sindicalismo de movimento social (*Social Movement Unionism – SMU*), apresentado inicialmente por Peter Waterman (1991) e que tem se desenvolvido em colaboração com diversos outros/as autores/as progressistas após a irrupção dos movimentos antiglobalização na virada do século XX para o século XXI, especialmente após aquela que ficou conhecida como a Batalha de Seattle em 1999. Naquele momento começam a surgir com força novos movimentos sociais de caráter antineoliberal e que, pouco a pouco, vão transitando para uma crítica de caráter anticapitalista.

#### **2.4 Sindicalismo de Movimento Social: um modelo teórico para a revitalização**

A partir do final da década de 1960, alguns autores da sociologia francesa passaram a analisar o sindicalismo como um movimento social. Os trabalhos de Claude Durand (1971) e Michelle Durand (1979) são representativos desta corrente. Segundo Claude Durand:

Partimos da ideia de que o sindicalismo é um movimento social, uma vez que ele realiza a mobilização de reivindicações não só como defesa de interesses particulares, mas também em nome de certa representação das relações de produção e da sociedade industrial. (DURAND. Claude, 1971, p. 3.).

Outro aspecto é que ele está no centro do conflito capital-trabalho. Tal abordagem buscava delimitar a construção do objeto sociológico “sindicalismo”, apreendendo-o como um movimento social. Contudo, a apreensão do sindicalismo como movimento social não é um consenso. A obra de Alain Touraine é conhecida como uma referência para o debate acerca dos movimentos sociais e suas formulações se opõe às de Durand, ou seja, para Touraine (s/d.) o sindicalismo não é um movimento social.

Para Touraine (s/d.) o sindicalismo seria uma defesa de interesses coletivos de fundamento econômico e profissional e não teria razão de existir se não fosse

neste âmbito da relação salarial. Em sua opinião, as lutas sindicais são limitadas, pois tem por objetivo modificar a posição relativa dos assalariados na repartição da riqueza, sendo que só extrapola esta dimensão econômica quando assume um enfoque político tornando-se movimento operário (típico das sociedades industriais). Justamente por ter se rendido ao papel institucional e à ação política propriamente dita, ele não poderia ser considerado um movimento social, pois este teria como fundamento uma plataforma cultural típica das sociedades pós-industriais.

Em nossa opinião, tal formulação beira à tautologia. O sindicalismo nesta abordagem assume apenas um caráter regulatório da atividade econômica e obsoleto na luta por dignidade do sujeito individual. Segundo Touraine (1994) teríamos “a emergência de um sujeito social distinto do trabalhador, que não é introspectivo, mas é individual” e, com isso, um deslocamento da atividade dos movimentos sociais para fora da contradição entre capital e trabalho. A tautologia está na compreensão de que tudo aquilo que escapar a esta formulação, de cisão entre o econômico e político, não pode ser considerado um movimento social. Ou seja, o sindicalismo não cabe na ideia de fim da sociedade industrial e por não ser uma expressão da sociedade pós-industrial, formulada por Touraine, não pode ser um movimento social. A categoria que não cabe em seu modelo teórico deixa de ser uma categoria? Pensamos que não.

Para a análise do movimento sindical, a contribuição de Touraine nos deixa um vazio, pois não considera a “defesa da dignidade e dos direitos dos trabalhadores”, uma tarefa do movimento que os trabalhadores construíram historicamente para este propósito que foi o sindicalismo. Pelo descrédito conjuntural, que corresponde a um momento de fragilidade sindical, Touraine abandona a perspectiva de o sindicalismo vir a ser, também ele, um movimento social. A tese está assentada na inevitabilidade da institucionalização, ora como regulação (sindicalismo), ora como movimento político institucional (movimento operário) sem nunca escapar às determinações da ordem capitalista. Segundo Selma Cristina Silva de Jesus (2010):

Um dos problemas da formulação proposta por Touraine (s.d., 1970) é sua visão determinista quanto ao processo de institucionalização do sindicalismo (...). Na nossa avaliação a atuação do sindicalismo no campo institucional não significa necessariamente o abandono da luta de caráter anticapitalista. O sindicalismo pode atuar nos espaços institucionais,

fazendo valer seu papel de ator político; e ainda assim não perder de vista a luta para mudar a estrutura e as relações sociais. (DE JESUS, 2010, p. 40)

Os estudos de revitalização sindical propostos por Peter Waterman (2004), a partir do cruzamento entre a teoria marxista, a teoria da comunicação e a teoria dos novos movimentos sociais, produziram o conceito de *Social Movement Unionism* (SMU) ou sindicalismo de movimento social que busca ir além deste dilema:

Retirei, da teoria socialista dos sindicatos, o significado do trabalho capitalista, da contradição de classe, da auto-organização dos trabalhadores; e da luta de classes como simultaneamente subversora das relações capitalistas existentes, e essencial para a solidariedade internacional e auto-emancipação humana. Da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a importância dos movimentos identitários radicais-democráticos, a equivalência das diferentes lutas radicais-democráticas, o trabalho em rede como forma do movimento, o socio-cultural como um campo de crescente importância para a luta emancipatória. Da teoria das comunicações, ideias sobre o potencial das tecnologias da informação e da comunicação para os movimentos emancipatórios". (Waterman, 2004, p. 220-221)

A partir desta teoria em construção Waterman nos convida à busca de uma orientação estratégica para os sindicatos que contribua para mobilizar a ação presente, comprometida especialmente com a retomada da iniciativa político-sindical dos trabalhadores em escala global. Segundo Dias (2010):

A noção de Sindicalismo de Movimento Social poderá constituir uma orientação estratégica portadora de uma nova prática societal. O conceito foi desenvolvido por acadêmicos progressistas, num esforço de compreender o aparecimento de movimentos sindicais militantes, em diferentes regiões da economia mundial, com estratégias de ação semelhantes. (DIAS, Hugo. 2010, p.8)

Como vimos, as transformações ocorridas nos últimos 40 anos têm como marcas um aprofundamento dos processos de globalização econômica com a financeirização da economia, a hipermobilidade do capital, a erosão da esfera de regulação nacional e a quebra do compromisso político capital-trabalho, pilares da relação salarial fordista (DIAS, 2010). Esta nova situação colocou o movimento sindical em uma posição defensiva frente aos novos problemas. Os sindicatos, por sua vez, têm demonstrado dificuldade em lidar com as mudanças ocorridas no sistema produtivo, em adaptar a sua estratégia e organização às necessidades de

grupos cada vez mais heterogêneos, mantendo-se fortemente ancorados à esfera de regulação do Estado-Nação e a uma *praxis* organizacional nacional.

No entanto, com o surgimento de novos movimentos em escala global coloca-se em xeque uma parte desta ação coletiva presa a fronteiras nacionais e/ou corporativas, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. Segundo Turner e Hurd (2001. p.9) “os movimentos dos trabalhadores que estiveram em declínio em muitas democracias industriais, hoje voltam à cena. Eles desenvolveram novas estratégias, buscaram uma reformulação interna, reestruturando e traçando novos caminhos para ganhar membros e influência”, segundo os autores, estas novas estratégias não nasceram somente da interação base-direção sindical, mas de movimentos exteriores a ela.

Como um modelo exemplar, a batalha de Seattle em 1999 oferece uma imagem dramática das alianças e da participação ativa dos trabalhadores que pode moldar uma nova força democrática no cenário global. Pelo que se tem observado, em inúmeros momentos, os sindicatos enquanto instâncias de “socialização de meios de resistência” fazem e farão parte dessas novas mobilizações internacionais (BOLTANSKI ;CHIAPELLO, 2009). Cabe discutir a localização da ação sindical frente a estes novos movimentos, em um momento de questionamento, fragilidade e/ou perplexidade das formas associativas clássicas.

Conforme a contribuição de Silver (2005), a percepção da evolução da geografia histórica do capitalismo, com a sua dinâmica de criação e destruição de espaços produtivos e classes trabalhadoras, enfatiza a noção de que o trabalho e os movimentos operários são feitos e refeitos em relação estrita com as dinâmicas espacio-temporais do capitalismo, conduzindo, igualmente, a uma oscilação periódica entre fases de mercadorização do trabalho. Passamos, após 2007/08 por uma crise econômica que afeta os países centrais do capitalismo global e, portanto, tem consequências sobre todos os outros. A mudança da geografia histórica está em curso e classes trabalhadoras “como relação e processo” (WOOD, 2003), refazem-se distintas em suas morfologias, com um repertório de ação que mobiliza inúmeros aspectos da vida social, ainda que, por ora, não logrem derrotar o vetor hegemônico do neoliberalismo na direção da política econômica mundial. Obviamente, esta situação produz e produzirá novos conflitos,

A crise econômica que contagiou a economia mundial em 2007-08 e a

emergência das revoluções no norte da África, o movimento dos Indignados na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos EUA, assim como movimentos análogos na Europa Meridional a partir de 2011, modificaram o lugar de protagonismo do movimento sindical, diminuindo o peso de sua ação estritamente institucional para uma esfera mais militante como sugere o autor. Isso possibilitou ações como a Greve Geral Ibérica em 14 de novembro de 2012<sup>3</sup> na qual pudemos observar *in loco* a significativa participação sindical<sup>4</sup>.

A resultante de experiências nas quais o sindicalismo conseguiu atuar de forma colaborativa a estes movimentos, significou um ganho de vigor para ambos. Um exemplo marcante e bastante recente é a fundação dos Precários Inflexíveis (PI), associação de combate à precariedade em Portugal e sua relação com as principais centrais sindicais portuguesas. Mesmo com um conflito inicial, à medida que se agravou a situação de crise econômica no país, passou-se a uma relação de maior colaboração, forçada pelas condições e pelo sucesso da estratégia de ação dos PI em seus movimentos. No Manifesto fundador da “Associação de Combate à Precariedade/Precários Inflexíveis” é textual a tensão entre o repertório tradicional da ação sindical e sua nova experiência associativa:

Os sindicatos continuam hoje a ser as associações mais representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras. São reconhecidos nas negociações laborais e mantêm implantação nas empresas, além de acumularem uma longa história de lutas que os tornaram co-constructores da própria democracia. No entanto, o mundo e o trabalho mudaram e, por isso, a mudança no interior dos sindicatos e nas suas estruturas é inadiável. (Precários Inflexíveis, 2012).

No mesmo documento, entretanto, reafirmam a necessidade de uma atuação cada vez mais unitária entre os sindicatos e os movimentos sociais, afirmando a necessidade de encontro entre ambos:

Nos encontramos e reconhecemos o movimento sindical combativo e nos envolvemos nas mobilizações do movimento social. Recusamos, portanto, a segregação das lutas e dos seus momentos: sabemos que é no encontro dessas lutas – pelo trabalho, pela democracia, pelos direitos – que pode ser

---

<sup>3</sup> Ver: **Europa: greves e manifestações marcam jornada de luta em vários países.** URL: <<http://www.esquerda.net/topics/14N>>. acesso em 19/11/2012.

<sup>4</sup> Ver: Bernardo Corrêa: URL: **Um cravo rebenta o asfalto: Portugal contra a Troika e por um novo futuro,** URL: <<http://laurocampos.org.br/2012/11/um-cravo-rebenta-o-asfalto-portugal-contra-a-troika-e-por-um-novo-futuro/>> acesso em 19/11/2012.

enfrentada a ofensiva actual. (Precários Inflexíveis, 2012).

É pertinente este exemplo atual, pois o cruzamento de conceitos que buscaremos fazer nesta pesquisa envolve tensões que devem ser objeto de intensos debates no interior dos estudos de revitalização sindical, até que se possa chegar a uma elaboração que dê conta do problema de conjunto. Por ora, partindo do pressuposto da centralidade do trabalho como categoria estruturante do todo social e os trabalhadores como sujeitos da mudança, buscamos os nexos do sindicalismo com o ambiente de diversificação de pautas, lutas por liberdades civis, ecológicas, pelo direito à cidade, entre outras das quais o Brasil é parte atual. Como o sindicalismo reagirá frente a tais fenômenos e que contribuição a sociologia pode dar para a revitalização da ação sindical? Não temos a resposta acabada, mas temos como objetivo aportar a esta problemática geral, a partir do estudo de caso estendido em questão.

Exploraremos inicialmente as dificuldades colocadas ao propósito de revitalização e de suas possibilidades desde a afirmação da vigência da “cooperação complexa do capital” (ALVES, 2011), para então passar à análise do contexto no qual se dá nosso caso, com ênfase nos processos de terceirização, nos setores privado e público em nosso país, abordados como parte da redução de custos produtivos e orçamentários e que produzem situações de precariedade configurando-se, ao mesmo tempo, como dificuldade e desafio para o movimento sindical.

## **2.5 “Cooperação complexa do capital” e potenciais elos associativos**

O esforço de análise das dificuldades ou entraves à revitalização sindical, desde um ponto de vista mais geral, relaciona-se às mudanças pelas quais passou o capitalismo contemporâneo e a capacidade do movimento sindical em dar respostas a estas mudanças. Para além de identificar limitadores objetivos da ação sindical, algo que inúmeros estudiosos do trabalho têm se dedicado, é importante encontrar os nexos de “cooperação” inscritos no complexo da acumulação flexível com vistas a estabelecer novos elos associativos frente à fragmentação da força de trabalho imposta por tal contexto.



Para operar tal propósito, apoiar-nos-emos nas categorias de “cooperação” e “trabalho combinado” presentes no capítulo XI de O Capital. Segundo Marx (1983), “a produção capitalista começa (...) de fato apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores” (e meios de produção), sendo que, em seus primórdios, isto tem uma dimensão essencialmente quantitativa, tal qual “a oficina do mestre-artesão ampliada”. No desenvolvimento processual e contraditório do capitalismo, entretanto, Marx identifica um salto qualitativo na entrada em cena do fenômeno da cooperação, entendida como “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente, lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

A emergência da cooperação cria uma força produtiva de massas, por meio do “trabalho combinado” de um grande número de trabalhadores. Segundo suas próprias palavras:

O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longos ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas. (MARX, 1983, p. 260).

Logo, o processo de trabalho se transforma em um processo social e essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, que sob a égide do capital, é explorada mais lucrativamente. Deriva-se desta constatação que a organização do processo de trabalho e, portanto, o controle sobre a força de trabalho deva ajustar-se tanto aos meios sociais que permitam a cooperação, quanto à forma social que permita maior lucratividade.

Como parte singular de um novo patamar de organização social que permita a exploração e acumulação capitalistas, Naira Lápiz (2006) indica-nos a singularidade da “reestruturação econômica” operada pós-1970, que tem a flexibilidade como elemento transversal:

A reestruturação econômica é elemento constitutivo da reordenação em curso do capitalismo internacional. Sua singularidade repousa na intensa flexibilidade, que pode ser associada a uma rede cujos fios entremeiam-se e estendem-se por toda a sociedade: flexibilidade das empresas, da produção dos produtos, do trabalho, dos trabalhadores, dos mercados, dos consumidores, do tempo e do espaço, entre tantas outras formas que assume esse fenômeno. (LAPIS, 2006, p. 23).

Os mercados, as relações de trabalho e o consumo são marcados por esta característica e as forças vivas do trabalho passam a ocupar uma nova posição, marcada pela multifuncionalidade e pela incorporação do conjunto do trabalho social em modalidades cada vez mais desregulamentadas, heterogêneas e fragmentárias. Produziu-se o deslocamento de um número significativo de pessoas para fora da formalidade do trabalho, assim como de trabalhadores industriais aglomerados em grandes fábricas para a esfera atomizada dos serviços ou das pequenas empresas que alimentam o *outsourcing* das unidades produtivas responsáveis pela atividade-fim.

Como na geografia do movimento dos trabalhadores, o advento da acumulação flexível obedece a correlações de forças entre capital e trabalho desiguais no espaço e no tempo. Por isso, é preciso ter cuidado com a generalização dos processos, buscando as regularidades, mas com uma análise atenta às descontinuidades e às particularidades mais marcantes. Enquanto momento predominante do capitalismo, a acumulação flexível atua como força universalizante através de suas personificações ideológicas, econômicas e políticas, mas não é tão provável que atue como força uniformizante, ditando os tempos e a forma acabada de sua aplicação nos diferentes contextos.

Segundo Antunes (2002) as principais consequências das “mutações no mundo do trabalho” contemporâneo seriam: 1) a diminuição do operariado fabril concentrado típico do fordismo; 2) aumento das formas de subproletarização ou precarização do trabalho tanto nos países capitalistas desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos; 3) expansão do trabalho feminino frequentemente ligado ao universo do trabalho precário, terceirizado, subcontratado, *part-time*, etc.; 4) expansão do setor de serviços; 5) a exclusão dos trabalhadores jovens e “velhos” (a partir dos 45 anos) no mercado de trabalho dos países centrais; 6) utilização do trabalho dos imigrantes, por vezes, inclusive de forma criminosa; 7) um processo de desemprego estrutural (global) e 8) expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado que diversifica, sem com isso, eliminar a classe trabalhadora (ANTUNES, 2002); este último, em nossa opinião, para além de limite, aparece como potência de novos elos associativos.

Aceitando este como o desenho generalizante das “mutações do mundo do

trabalho” e buscando identificar os potenciais, cabe perguntarmos o que resta da afirmação de Marx (1983) de que “a cooperação permanece a forma básica do modo de produção capitalista, embora sua figura simples mesma apareça como forma particular ao lado de suas formas mais desenvolvidas”, já que a possibilidade de emergência de um sujeito social coletivo, assim como da ação sindical estão diretamente ligadas à consciência sobre tais nexos de cooperação e sua transformação em elos associativos?

No conceito de cooperação em Marx está presente uma noção espaço-temporal distinta dos tempos atuais, o “lado a lado” a que se referia atualmente se fragmenta. Ao seu tempo “a cooperação simples continua[va] sendo a forma predominante nos ramos da produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem papel significativo”, algo que é completamente distinto dos tempos atuais. Há uma (des)organização de coletivos do trabalho, operada por inúmeras medidas sócio-organizacionais que permitem ao capital diminuir os nexos de cooperação simples e constituir uma “cooperação complexa”. Segundo Alves (2011):

A escala de cooperação é uma variável de grandeza do capital (...). O desenvolvimento da cooperação complexa decorre do surgimento da grande empresa transnacional de capital concentrado, capaz de articular, numa escala global, pela nova base técnica constituída pela revolução das redes informacionais, formas inéditas de cooperação ou processo social de trabalho combinado (redes de subcontratação constituídas a partir de processos de terceirizações) (ALVES, 2011, p.417)

Por outro lado, o desenvolvimento destas novas redes informacionais de comunicação, propicia interações de novo tipo e o estabelecimento de “redes de indignação e esperança” (CASTELLS, 2012). Mesmo não concordando com a afirmação de que o pressuposto de poder destas redes seja a comunicação em si, como sugere Castells, é fato que elas propiciam uma capacidade superior de articulação e convocatória, como pudemos observar a partir de sua utilização pelos movimentos sociais em toda parte do mundo, em especial após a Primavera Árabe em 2011. Se por um lado as redes informacionais permitem a articulação do coletivo fragmentado do capital, também promovem embrionariamente a rearticulação do coletivo fragmentado do trabalho. O espaço-tempo se estende para o trabalhador

combinado, constituindo um novo local e formas inéditas de cooperação, o que potencialmente, propicia o ambiente para novos elos de associação e organização sindical. Para nossos propósitos, faz falta saber onde se localiza a terceirização neste ambiente.

## **2.6 Definição e contextualização dos processos de terceirização**

A relação entre terceirização e sindicalismo será abordada utilizando-se do conceito de “modo de cooperação complexa” (ALVES, 2011). Os novos nexos cooperativos permitem a superação da organização corporativa, neocorporativa ou burocrática do movimento sindical, ampliando as possibilidades de resistência à habitual ganância do capital.

O capitalismo global cria novas dificuldades para o estabelecimento de elos associativos, pois a reorganização do trabalho coletivo é condicionada pela terceirização. Segundo Alves (2011), “a terceirização é uma das inovações organizacionais mais importantes do capital nas últimas décadas” como meio de fragmentação de coletivos do trabalho e mecanismo defensivo frente à concorrência capitalista. Sua função primordial é a “redução de custos salariais das organizações capitalistas” ou no caso da administração pública e das repartições públicas, a redução de custos orçamentários e remercadorização do emprego público criando um trabalhador que realiza um serviço público subcontratado por uma empresa privada.

Seja no setor público ou privado, a terceirização é a “externalização da contratação de trabalhadores” com ênfase na “condição de terceiro do trabalhador no contratado entre duas empresas” (MARCELINO, 2007). Este processo possibilita a superação de dois problemas do ponto de vista empresarial: evitar a queda das taxas de lucro frente à concorrência e dificultar a organização coletiva da classe trabalhadora, o que pressupõe a desmobilização do movimento sindical.

A terceirização é um processo no qual empresas ou o Estado transferem atividades-meio a outra(s) empresa(s), ou seja, transfere ou exterioriza parte de seu processo de produção, o fornecimento de produtos ou serviços a uma empresa “terceira”. Em inglês *outsourcing*, palavra que dá origem ao conceito de

terceirização, significa fornecimento vindo de fora. Os franceses distinguem *externalizacion*, quando o processo é externo à empresa principal, de *sous-traitance*, quando uma subcontratada atua dentro da principal. A terceirização, conforme conhecemos no Brasil é caracterizada pela transferência das atividades-meio a agentes externos e pode ser realizada por uma empresa ou pelo Estado enquanto prestador de serviços públicos sendo assim conhecida como terceirização na administração pública, que trataremos posteriormente. Com relação ao setor privado, sintetiza Cotanda (2011):

As empresas, através de adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, buscaram formas mais flexíveis e integradas de produção e de gestão do trabalho. Procuraram diminuir suas estruturas hierárquicas e o contingente de trabalhadores, concentrando seus esforços na atividade fim. As atividades fora do seu foco foram externalizadas, implicando na ampliação das cadeias produtivas, algumas delas de dimensão global. (COTANDA, 2011, p.47)

Os processos de terceirização, no que têm de semelhantes nos diferentes países, ultrapassam a dimensão de inovação gerencial para tornar-se uma alavanca à “perda da razão social do trabalho” (DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007) quando provocam situações de precarização dos contratos e do processo de trabalho.

Nos países centrais do capitalismo as feições do processo de terceirização são distintas dos países periféricos e entrelaçam-se a outros processos particulares. Segundo o DIEESE (2007), nos Estados Unidos as modalidades de terceirização mais comuns tem sido a adoção do *internacional outsourcing* (compra de componente ou serviço de outro país), do *offshoring* (relocação da empresa a outro país) e *on-site offshoring* (contratação de trabalhadores estrangeiros imigrantes ou de trabalhadores em seus países de origem), combinando-se o crescimento da imigração da força de trabalho de outros países e produção de desemprego.

Na Europa de conjunto – sendo a Inglaterra o país que mais terceiriza –, segundo o projeto *Emergence* (apud DIEESE, 2007), o setor mais afetado tem sido relacionado em sua maioria à área de Tecnologia da Informação (TI). Em primeiro lugar com 60% do trabalho terceirizado, aparece o desenvolvimento de *softwares*, seguido de pesquisa desenvolvimento e design (38%) e recursos humanos e gerenciamento (19%). Há relativamente baixa terceirização entre os países europeus e isso se explica, fundamentalmente, por pequena distinção salarial entre os países e sindicatos fortes, com regulações trabalhistas mais robustas.

No Brasil, os processos de terceirização público e privado, além de significarem uma busca por redução de custos salariais frente à concorrência internacional no caso das empresas privadas e orçamentários no caso do setor público, atuam como uma estratégia de desmobilização do movimento sindical, como veremos no capítulo 4.

Em um contexto de fragilidade do sindicalismo, marcado por processos de terceirização e fragmentação dos trabalhadores e no qual o trabalho combinado aparece (por meio da terceirização) na forma de uma cooperação complexa do capital, surgem novos movimentos sociais que se articulam em torno de pautas radicais-democráticas potencialmente anticapitalistas e organizam-se em redes de indignação. Como produto da condição complexa do trabalho combinado, que modifica a relação espaço-tempo, e da criação de novas forças do trabalho marcadas pela precarização, novos elos associativos se estabelecem. Daí a revitalização do sindicalismo em suas quatro dimensões (de adesão, econômica, institucional e política) se torna tão necessária, já que para buscar a emancipação do capital segue sendo o trabalhador coletivo o principal sujeito de tal transformação.

Para que se concretizem os elos potencialmente existentes, entretanto, o sindicalismo precisa modificar suas práticas corporativas e restritas ao âmbito nacional. Não somente porque o capital adquire cada vez mais características mundializadas, mas também para responder à fragmentação da classe trabalhadora, o sindicalismo precisa internacionalizar-se. Mesmo no interior das fronteiras nacionais, a combinação do trabalho dos estáveis e do precariado, incide sobre a necessidade imperiosa de unirem-se em uma luta combinada. A derrota das lutas do precariado, muitas vezes expressas nos grandes movimentos que surgem por fora dos sindicatos, significa uma derrota dos estáveis, pois favorece a degradação da condição dos últimos e à burocratização das direções sindicais que se tornam profissionais da negociação corporativa.

A possibilidade de articulação entre suas reivindicações e, em nossa hipótese, de revitalização, passa pelo entendimento do próprio sindicalismo como um movimento social, sendo a representação sindical muito mais do que uma expressão de sua dimensão regulatória e da judicialização de suas pautas, mas genuinamente a representação de sua dimensão sócio-política de defesa dos direitos daqueles que vivem do seu trabalho contra precarização e a fragmentação impostas pelo capital.

À sociologia do trabalho, neste marco, cabe uma imersão nas realidades do trabalho e no acompanhamento dos conflitos, levando em conta as condições estruturais, mas não simplesmente atendo-se à explicação de tais condições ou das dificuldades que elas podem vir a apresentar. Este nível de abstração é útil para saber de onde se parte, mas é indispensável o retorno ao concreto. É preciso encontrar as inquietações, desvelar os desafios, contribuir para que o sindicalismo construa uma orientação estratégica com vistas à sua revitalização. Este trabalho buscou realizar este percurso em seu nível de análise e passaremos agora ao enquadramento metodológico que nos permitiu fazê-lo.

### 3 CIÊNCIA REFLEXIVA E MÉTODO DO ESTUDO DE CASO ESTENDIDO

Circunscritos na proposta de Burawoy (1998; 2005a; 2005b), de uma sociologia pública orgânica do trabalho e utilizando o método do estudo de caso estendido (MCE), partimos de um posicionamento claro de comprometimento frente ao objeto e ao objetivo do conhecimento. Na esteira dos estudos de revitalização sindical buscamos uma sociologia que esteja voltada aos grandes públicos, conectada aos movimentos sociais e comprometida com os interesses e as lutas dos trabalhadores. Frente ao crescimento da “sociologia para políticas públicas” (BRAGA; SANTANA, 2009) com sua produção frequentemente capturada pelo mercado ou pelo Estado, faz-se necessário um diálogo orgânico da sociologia com a sociedade civil para além do setor privado ou de sua mediação, ou seja, um diálogo com as instituições mobilizadoras da sociedade civil.

Esta primeira tomada de posição – do pesquisador frente ao objetivo do conhecimento – está associada ao seu posicionamento frente ao objeto de estudo. De acordo com Bourdieu (2008):

Para saber construir un objeto y al mismo tiempo conocer el objeto que se construye, hay que ser consciente de que todo objeto científico se construye deliberada y metódicamente y es preciso saber todo ello para preguntarse sobre las técnicas de construcción de los problemas planteados al objeto. (BOURDIEU, 2008, p.79).

Sendo o objeto científico uma construção, o conhecimento produzido acerca do objeto está intimamente associado a um modelo de ciência e a uma teoria existente para a formulação das hipóteses. Burawoy (1998) propõe uma “ciência reflexiva” em oposição à ciência positiva, voltando suas principais a esta última no que se refere à sua operação metodológica. Segundo o autor, comete-se um equívoco ao buscar distanciamento entre o observador e o objeto de estudo, supondo que lhe conferiria mais “objetividade” aos resultados; assim como entre o objeto de estudo e os “efeitos do contexto” (sejam eles derivados do campo, da entrevista, do entrevistado ou da situação). Ele afirma ser necessário um posicionamento reflexivo frente à ciência rompendo o dualismo entre sujeito e objeto. Nenhum tipo de neutralidade axiológica ou standarização pode ser mobilizada para tal tarefa, pelo contrário, é preciso uma teoria prévia em permanente



estado de construção e um método que aproxime a sociologia do diálogo com seus públicos fazendo-se valer da intervenção social (BURAWOY, 1998).

O método, proposto pelo autor, é o estudo de caso estendido, que opera a partir de quatro “princípios de extensão”, os alicerces do MCE: a) A extensão do participante-observador na comunidade que está sendo estudada; b) A extensão das observações no tempo e no espaço; c) A extensão dos micro-processos a macroestruturas e forças; d) A extensão da teoria, que é a meta última e a base do método do caso estendido (SANDSTROM, 2011). Outros autores como Dias (2011) e Braga (2012) obtiveram resultados importantes em suas pesquisas a partir da utilização do MCE.

Os princípios da ciência reflexiva justamente “podem derivar dos efeitos do contexto que se colocam como impedimentos à ciência positiva” (BURAWOY, 1998). À ciência positiva Burawoy atribui quatro princípios prescritivos na pesquisa, que constituem os “4Rs” que o MCE “viola” ou subverte: i) *Reactivity* (reatividade): os cientistas devem evitar “afetar” e assim “distorcer” o mundo que estão estudando; ii) *Reliability* (confiança): o mundo “externo” é infinitamente diverso e, por isso, cabe ao cientista buscar critérios que o permitam selecionar os dados de maior confiabilidade; iii) *Replicability* (replicabilidade): os códigos de seleção devem ser formulados sem ambigüidades, para que qualquer outro cientista, ao estudar o mesmo fenômeno, venha a obter resultados parecidos ou aplicáveis à situação em questão e iv) *Representativeness* (representatividade): garantia de que “o pedaço do mundo” que está sendo examinado seja representativo do todo.

Como resposta aos “4Rs”, a ciência positiva defensivamente produz um caminho que busca mecanismos de controle frente aos efeitos do contexto. “Na tentativa de fazer jus aos 4Rs oferece os 4Ss” (BURAWOY, 1998). Como resposta ao problema da reatividade, acredita na possibilidade do estímulo neutro (*stimulus*) que propicia respostas variadas; frente ao problema da confiança e do critério para a seleção dos dados apresenta a entrevista padronizada (*standardized*) como forma de controlar a variação das respostas; com relação à replicabilidade, busca o controle também sobre as “condições externas” estabilizando-as (*stabilized*) ou considerando-as irrelevantes para os resultados da pesquisa. Por último, frente à necessidade de representatividade estabelece uma amostra (*sample*) da população alvo da pesquisa.

Em tal modelo a reflexividade aparece como inimiga das ciências sociais, tornando impossível qualquer predição científica a partir dela. No entanto, a ciência reflexiva considera o contexto e seus efeitos “como um ponto de partida, mas não como ponto de conclusão” (BURAWOY, 1998). O caminho analítico a ser percorrido parte então do fato de que a ciência reflexiva valoriza e tira proveito da intervenção no contexto, considerada “não apenas parte inevitável da pesquisa social, mas uma virtude a ser explorada”. Em segundo lugar, a partir da constatação de que se pode padronizar as perguntas, no entanto, não é possível padronizar a interpretação que o entrevistado dá à questão, ao buscar-se evitar a incidência dos “efeitos do contexto” realiza-se uma dupla redução: primeiro a agregação e, em seguida, a condensação da experiência. O entrevistado vê seu estoque de conhecimento situacional condensado em um ponto estatístico.

Como toda a ciência, também a ciência reflexiva realiza alguma redução, mas busca ser uma agregação, do conhecimento situacional ao processo social, coletando as múltiplas leituras de um caso singular e agregando-as através de determinações mais complexas. O movimento da situação para o processo é realizado de forma diferente com diferentes métodos reflexivos, mas é sempre dependente de teoria prévia, que tem como objetivo estender a própria teoria, elevando o nível de problemas do programa de investigação a patamares mais complexos e, logo, mais concretos.

Além da intervenção (*intervention*) consciente no campo, da agregação do conhecimento situacional ao processo social (*process*) faz-se necessária a estruturação (*structuration*), quer dizer, o delinear de forças sociais que atuam sobre o caso. Se num primeiro movimento o método parte do micro ao macro, a partir da análise da incidência de forças sociais externas atuando sobre o caso, passa então a relacioná-las ao conhecimento situacional em um movimento do macro ao micro.

Tal caminho, do ponto de vista sociológico, levaria à reconstrução (*reconstruction*) da teoria preexistente, seja corroborando ou surpreendendo-a. A abordagem teórico-metodológica que usamos aqui, portanto, parte do pressuposto de que “a ciência não oferece nenhuma verdade final, ou certezas, mas existe em um estado de contínua revisão” (BURAWOY, 1998).

Ao invés de buscar a explicação do caso com base em uma descoberta da “teoria fundamentada em dados” (*grounded theory*) e dessa maneira enquadrar os

aspectos empíricos através das respostas gerais que a teoria dá aos problemas específicos do caso (ou mesmo generalizar aspectos específicos para buscar uma conexão com os pressupostos teóricos), o método aqui utilizado busca nos aspectos específicos do caso, a reconstrução da “teoria existente” (*existing theory*). Realiza o percurso empírico, para contribuir com o potencial heurístico da teoria previamente adotada. Em um nível micro e conscientes da baixa capacidade de generalização e abstração no qual operamos nesta dissertação, buscamos uma conexão com os estudos de revitalização sindical, em especial, contribuindo à teoria do Sindicalismo de Movimento Social desenvolvida por Waterman (2004), Dias (2011), Turner e Hurd (2001), entre outros.

Buscamos em nossa pesquisa os elementos presentes na trajetória do SIMPA que possam aportar à teoria do Sindicalismo de Movimento Social, já que este sindicato foi fundado em um período de grandes mobilizações dos trabalhadores do serviço público brasileiro e de legalização de seus sindicatos (1988), perpassado por grandes eventos políticos tanto em nível nacional como municipal, no qual a dimensão sócio-política do sindicalismo brasileiro esteve em seu ápice, inclusive criando um partido político.

Com a derrota do regime empresarial-militar e o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT), produzido a partir do ascenso das lutas na década de 1980, e assumindo a Prefeitura Municipal de Porto Alegre como expressão eleitoral de tal período, contradições provenientes da presença no governo de um partido de trabalhadores em um Estado burguês, se apresentaram à luta dos municipais de forma intensa. Além disso, os processos de terceirização do serviço público fragmentaram indelevelmente uma grande parte da categoria municipal. Logo, o sindicato passaria por um período longo de burocratização e práticas antissindicais vindo, na segunda metade dos anos 2000, a passar por uma marcante revitalização de sua ação sindical, inclusive participando (e fazendo-se valer) das multitudinárias Jornadas de Junho de 2013, período final de nossa pesquisa. Resgatar as práticas do SIMPA neste período de 25 anos, acompanhando de perto entre 2006 e 2013, nos permitiu encontrar a ponte com a teoria do Sindicalismo de Movimentos Sociais por meio de um estudo qualitativo do caso. Para tal, aplicamos ao caso as quatro dimensões de análise da revitalização sindical apontadas no capítulo 2, ponto 2.3.

### 3.1 Operacionalização da pesquisa

Além de um período exploratório e de observação participante em assembleias, mobilizações, reuniões e confraternizações dos municipais; foram realizadas 09 entrevistas semi-estruturadas com membros da diretoria, fundadores e novos diretores distribuídos da seguinte forma:

**Celso Lima (DMAE )** – fundador e ex-presidente da AMPA

**Ana D'Ângelo (SMED)** – ex-presidente da AMPA e primeira presidente (fundadora) do SIMPA

**Mário Fernando (DEMHAB)** – Fundador do SIMPA e membro da diretoria de 1991 a 1993 e diretor geral de 2006 a 2013.

**Elisabete Tomasi (SMC)** – presidente do SIMPA na gestão 1991-93

**Edson Zomar (DMAE)** – presidente do SIMPA na gestão 1993-95

**Carmen Padilha (SMED)** – diretora geral do SIMPA de 2006 a 2013

**Almerindo Cunha (DMLU)** – membro da diretoria na gestão 1993-95 e diretor geral de 2006 a 2013.

**Veridiana Machado (FASC)** – membro da diretoria na gestão 2009-13

**João Ezequiel (SMS)** – membro da diretoria na gestão 2009-13

Não preservamos anonimato dos/as entrevistados/as, por uma opção conjunta entre pesquisador e participantes da pesquisa, que não somente permitiram a divulgação de seus nomes, como a exigiram por compromisso histórico. As entrevistas semi-estruturadas tiveram centralmente dois objetivos: a) buscar reconstruir a história do SIMPA, pois no período de 1996 a 2006 a maioria dos arquivos do sindicato foi extraviada, restando como material de pesquisa principalmente arquivos pessoais de alguns dos entrevistados, seus depoimentos e materiais mais recentes; b) buscar captar dados acerca da percepção dos próprios sindicalistas sobre sua ação, assim como opiniões que se relacionem aos debates teóricos propostos, em suma, estendendo a teoria do Sindicalismo de Movimento Social à elaboração de hipóteses dos próprios entrevistados. Tais dados primários foram confrontados com a observação e dados de origem secundária.

Além do resgate de panfletos, atas, documentos, etc. realizou-se uma pesquisa nos principais jornais da cidade (Zero Hora e Correio do Povo), sendo lidos todos os exemplares de setembro e outubro de 1988, momento de explosão das greves dos servidores públicos de todas as esferas em Porto Alegre, meses da “Greve do Lixo” e da fundação do SIMPA (ver capítulo 5). Tal pesquisa nos permitiu reconstruir o contexto no qual nosso objeto empírico teve sua legalização, assim como o papel que cumpriu a ação sindical em sua dimensão política, de forma importante. Também foram consultados todos os Boletins Informativos do SIMPA “Luta Municipal” de 2006 a 2013 (números 1 a 35) para ilustrar a chamada “refundação do SIMPA” e resgatar suas principais lutas sindicais recentes.

Outro aspecto importante de nossa coleta secundária de dados refere-se à análise de como as terceirizações na administração pública, em nosso caso, incidiram sobre a fragilidade da ação sindical. Recolhemos um conjunto de dados que nos permitiu estabelecer um quadro da terceirização na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). Através do cruzamento entre os documentos fornecidos pela Associação dos Técnicos da Prefeitura de Porto Alegre (ASTEC), pelo Portal Transparência, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e os balanços financeiros da prefeitura, reconstruímos a evolução do processo de terceirização na PMPA de 2004 a 2012, como forma de compreender sua dimensão, especialmente onde o processo foi mais marcante, no Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Ao confrontar tais dados com as entrevistas, pudemos inferir algumas questões sobre a relação entre as terceirizações e a ação sindical.

Buscamos, contudo, responder ao seguinte problema de pesquisa: que elementos da experiência do SIMPA, em um contexto de terceirização na administração pública e fragilidade da ação sindical, podem ser úteis a uma estratégia de revitalização sindical em um sentido mais global? Ou seja, quais as dificuldades que se apresentam em tal contexto e como o sindicato conseguiu retomar sua vitalidade após 2006. Por fim, ainda de maneira preditiva, buscamos compreender a relação de nosso objeto empírico com as grandes mobilizações ocorridas no ano de 2013, abrindo a hipótese de colaboração crescente entre o sindicalismo e novos movimentos sociais, como um elemento primordial da revitalização sindical em sua dimensão política.

#### **4 TRAJETÓRIA SINDICAL NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: do Novo Sindicalismo à Espada de Dâmocles da Terceirização**

Uma combinação de lutas econômicas (salariais, por melhores condições de trabalho, etc.) com lutas políticas pelo fim do regime militar, no final da década de 1970, propiciou um amplo movimento nacional de revitalização das ações sindicais, reprimidas pelo período anterior. O fenômeno do “novo sindicalismo”, que ganhou força nos anos de 1980, além de produzir a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), também foi central para a existência do Partido dos Trabalhadores no início dos anos de 1980. Trouxe para a arena das lutas salariais novos métodos de greves com ocupações, “operações tartaruga”, “greves pipoca” e favoreceu a emergência de um momento politicamente ofensivo da classe trabalhadora.

Somente de 1983 a 1989 ocorreram quatro greves gerais no país de grande alcance. A força do “novo sindicalismo” influenciou também novos agentes com a entrada das classes médias e dos servidores públicos, extrapolando o trabalho produtivo e alastrando-se para o setor de serviços. Seu desenvolvimento, assim como a entrada em cena do sindicalismo no setor público, configura o “pano de fundo” de análise sobre a trajetória inicial do SIMPA.

As greves do período de 1978 a 1983 mostravam o crescimento da movimentação dos assalariados de classe média, multiplicando-se também as associações de profissionais e técnicos no país (BOSHI, 1987). Parece pertinente, articular dois vetores para pensar a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro: a) a irrupção do movimento grevista e do Novo Sindicalismo, com simpatia de outras camadas da sociedade, particularmente pela contestação política do Estado militar e a defesa de liberdades democráticas; b) a deterioração das condições salariais dos servidores públicos, agravadas com a recessão de 1983, somado ao crescimento da burocracia do Estado na transição política e uma aproximação das condições de vida da classe média e dos trabalhadores. O movimento dos servidores públicos surge na “década de ouro” do sindicalismo brasileiro, nos anos de 1980. O movimento retomava suas forças depois um período de descenso nos dois primeiros anos da década, forçado pelas condições de recessão e hiperinflação em 1983 e impulsionado por um ascenso em sua

organização político-institucional que passava a constituir parte de um amplo movimento social em torno da campanha das “Diretas Já” e pela auto-organização dos trabalhadores do ponto de vista sociopolítico. Segundo Braga e Santana (2009):

Ao mesmo tempo em que avançava em seus níveis de mobilização, ganhava também em conformação político-institucional. Seria ao longo dessa década que veríamos o sindicalismo brasileiro formando centrais sindicais de corte nacional, que dariam vertebração às suas lutas gerais, como, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e a fundação e o crescimento de um partido político de forte marca sindical em sua origem, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Esses dois elementos, inclusive, serviriam de pontos de apoio também para o desenvolvimento do “novo sindicalismo” (BRAGA; SANTANA, 2009, p.300).

O primeiro vetor, de caráter econômico, aproximou as condições salariais de trabalhadores industriais dos setores médios, primeiramente percebidos apenas como empobrecimento destes. Logo, também se podia notar que a melhora das condições de vida dos trabalhadores industriais era parte de conquistas provenientes da atividade sindical, que se convertia aos poucos em uma atividade política, portanto em um movimento social e não apenas corporativo. Se o primeiro vetor (objetivo) é de diferenciação, o segundo vetor (subjetivo) leva os servidores públicos a uma identificação com a luta do Novo Sindicalismo, inclusive utilizando seus métodos. Também os aproximava o tratamento repressivo dado pelo governo dos militares às suas ações reivindicativas e, portanto às lutas políticas de caráter democrático. De acordo com Noronha (1992), os movimentos no setor público são marcados pela não negociação, morosidade no desfecho dos acordos e violência nos conflitos.

#### **4.1 Os servidores públicos e as centrais sindicais**

A periodização da organização sindical dos servidores públicos é peculiar. Diferentemente dos outros setores assalariados ela passa por um longo período, compreendido entre os anos de 1930 e 1978, de predomínio das associações de caráter assistencial e sem a presença marcante do sindicalismo. Segundo Nogueira (2005, p. 301), “a história do sindicalismo no Estado começa de fato em 1978, estabelecendo com o novo sindicalismo uma relação direta e recíproca”.

No período compreendido entre os anos de 1978 a 1988, houve um

crescimento substantivo do movimento dos trabalhadores no setor público, acompanhando a emergência do novo sindicalismo. Entre 1978 e 1986, os servidores, junto aos assalariados de classe média, foram responsáveis por 24,6% das paralisações. Após 1985, com a explosão das greves do setor público, o Brasil situava-se entre os países de mais horas não trabalhadas do mundo. Nos anos de 1987, 1988 e 1989 os servidores Federais, Estaduais e Municipais deflagram mais de 800 greves ao ano e o setor público é responsável por 70% das horas não trabalhadas (NOGUEIRA, 2005).

A fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 é parte importante desta história. O movimento que impulsionou sua criação combinou a ação de quatro segmentos importantes da classe trabalhadora: o operariado industrial, os trabalhadores rurais, os trabalhadores do setor de serviços e o funcionalismo público, este último com protagonismo crescente.

No contexto de fundação da CUT, o Brasil enfrentava dificuldades do ponto de vista econômico. O endividamento externo de bilhões de dólares, contraído no início dos anos de 1970 pelos militares começava a vencer em 1980 e a receita para evitar o *default* foi diminuir os investimentos sociais e o crescimento econômico, produzindo arrocho salarial e desemprego. Além disso, segundo Giannotti (2007, p. 233), “a partir de 1978 e, sobretudo, em 1979, o Brasil passa a chamar a atenção do mundo pelas centenas de milhares de mãos levantadas, em assembleias, votando pela continuidade das greves”. A luta salarial contra os “pacotes” impostos pelo governo militar rapidamente transitou para a exigência do “fim da Ditadura” e uma sucessão de encontros fez amadurecer a ideia de uma central única.

Em fevereiro de 1980, o Encontro de Monlevade em seu documento final já indicava a necessidade de “incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical e as lutas do movimento popular, na cidade e no campo” (*apud* GIANNOTTI, 2007, p. 242). As pautas daquele movimento entrecruzavam uma crítica política ao regime autoritário com uma luta pela mudança da legislação trabalhista e da estrutura sindical, prezando pelo protagonismo das organizações de base. Um momento importante desta luta foi o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) realizado no Rio de Janeiro. No mesmo ano de 1980, ocorreu uma das maiores demonstrações de força do movimento operário daquele período: a greve dos metalúrgicos de São Bernardo, que durou 45



dias. O governo reagiu com repressão frente à histórica assembleia realizada no estádio de Vila Euclides. A diretoria do sindicato foi cassada e foram presos os líderes do movimento. Luiz Inácio “Lula” da Silva foi levado à Polícia Federal com mais sessenta trabalhadores.

Apesar da propaganda à época de que o regime militar estava em retirada “lenta, gradual e segura”, os militares não estavam dispostos a conviver pacificamente com o crescimento do movimento paredista. O episódio das bombas no centro de convenções do Riocentro, em 30 de abril de 1981, às vésperas do 1º de Maio e sob comando de militares do DOI-Codi, do I Exército, é um exemplo nítido de tais pretensões.

Aumentava a repressão, não obstante, o movimento crescia. Em agosto do mesmo ano, na Praia Grande em São Paulo, foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que contou com a presença 5.036 delegados de 1.091 entidades, entre sindicatos, federações e associações pré-sindicais que criaram a Comissão Pró-CUT.

A comissão enfrentava um impasse entre a Unidade Sindical dirigida por grupos contrários à formação imediata da central e a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) que visava fundar a central no interím de um aumento significativo do movimento dos trabalhadores, articulando a luta sindical com a luta política. Segundo Rodrigues (1990):

Duas concepções conflitantes tinham, até então, coabitado a duras penas no interior da primeira conferência da classe trabalhadora. Fazendo abstração dos matizes que separavam outras tendências no interior dos dois grandes blocos, é possível distinguir, num extremo, os sindicalistas que enfatizavam, no plano político, a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime democrático. (Nessa orientação, as demandas de natureza social não deveriam pôr em risco a abertura política.) No outro extremo, estavam os sindicalistas que procuravam promover transformações sociais mais profundas que abrissem o caminho para o socialismo. (RODRIGUES, 1990, p. 3).

Na tentativa de seguir “coabitando a duras penas”, foi adiada a 2ª CONCLAT prevista para 1982 e depois do conflito entre os dois blocos durante a greve geral de 21 de julho de 1983, a divisão se consolidou. No dia 28 de agosto de 1983, os setores ligados à ANAMPOS e delegados independentes, em uma nova conferência nacional fundaram a CUT. O bloco da Unidade Sindical, especialmente articulado

por filiados ao PCB, PCdoB e MR-8 viria a fundar a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em novembro do mesmo ano. O novo sindicalismo cutista ainda encontraria reforços no movimento pelas “Diretas Já!” que se mostrava forte entre fevereiro e abril de 1984, sendo parte importante o recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT).

Em agosto 1986, a CUT realiza seu segundo Congresso no Rio de Janeiro, e realiza uma nova greve geral. Em novembro do mesmo ano, a Capital Federal vive um dos maiores protestos de sua história. A manifestação organizada pela CUT, contra os efeitos do Plano Cruzado, é duramente reprimida pela polícia e é decretado Estado de Emergência. Em resposta, a população depreda várias agências da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Popular de Brasília. Na ocasião foram incendiados três ônibus do Exército e 27 viaturas policiais. O movimento seguia em curva ascendente.

O ano seguinte foi marcado por grandes greves e mobilizações. Segundo o DIEESE (*apud* GIANOTTI, 2007), em 1987 mobilizaram-se nove milhões de grevistas, muitos deles funcionários públicos e assalariados das classes médias. Segundo Nogueira (2005, p. 142) “ao longo dos anos de 1980, é crescente a inserção das organizações dos servidores na CUT, que, desde sua formação não era uma central exclusiva de sindicatos oficiais, permitindo a inserção de associações dos servidores públicos”.

A conquista em 1988, do direito à sindicalização dos servidores públicos, a partir da promulgação da nova Constituição, deu novo impulso e inaugurou a fase de sindicalização das associações e institucionalização do movimento sindical dos servidores públicos, trazendo novos debates em torno da negociação coletiva, da liberdade sindical e legalidade das greves.

No ano de 1989, o novo sindicalismo chegou a um momento decisivo em meio a incessantes conflitos sociais. O acúmulo das lutas econômicas e políticas e a conquista das eleições diretas abriu caminho para que o movimento postulasse com força social a candidatura de Lula à presidência da República pelo PT, chegando inclusive ao segundo turno da disputa presidencial. Segundo Braga (2012):

Com a redemocratização do país, a tentativa de sua substituição por uma regulação neo-populista apoiada no 'pacto social' com o 'novo sindicalismo' mostrou-se inviável, por razões que vão do aprofundamento da crise

econômica, passando pela intensificação do impulso grevista na segunda metade da década de 1980, até chegarmos à possibilidade real de Lula da Silva conquistar a presidência da República em 1989. Por sua vez a vitória eleitoral de Fernando Collor, em 1989, representou a transição à regulação neoliberal. (BRAGA, 2012, p.23)

Durante os anos 1990, após grandes jornadas protagonizadas nos anos 1980, o sindicalismo brasileiro de conjunto experimentou uma fase de descenso de suas lutas. A variação global sobre os cerca de quinze mil sindicatos existentes no período entre 1990 e 1996 foi de 3.594 sindicatos. Destes, foram criados 1.200 sindicatos de servidores públicos. Contudo, a vitória do projeto neoliberal nas eleições de 1989 significou uma ofensiva política e laboral sobre o sindicalismo combativo e suas organizações de base. Num primeiro momento ainda no governo Collor de Mello, os ataques foram direcionados aos servidores públicos, vanguarda das mobilizações sindicais no período imediatamente anterior (principalmente após 1985). Com o bordão de “combate aos marajás”, o ex-presidente Collor perseguiu as movimentações no setor público abrindo caminho para a Reforma Gerencial de 1995.

Para além de uma queda de braços entre governo e sindicatos combativos, em sua maioria organizados na CUT, a disputa também aconteceu no terreno sindical e não apenas com os servidores. Foi fundada em março de 1991 a Força Sindical (FS) e sua fórmula de “sindicalismo de resultados” viria a contrapor a concepção sindical elaborada no calor das lutas entre o final dos anos 1970 e início dos anos de 1980. Segundo Graciolli (2007):

A criação da Força Sindical representou a intensificação da disputa pela orientação política dos filiados ou não às demais centrais (duas CGTs, USI e, principalmente, CUT). Estabeleceu-se, assim, uma espécie de concorrência no âmbito das centrais, com espaço para expressões oriundas do sindicalismo oficial, do chamado novo sindicalismo e daquela articulada em torno de Luiz Antônio de Medeiros e demais lideranças da Força Sindical. (GRACIOLLI, 2007, p.103)

Medeiros como representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo estava em boas condições de representatividade para empreender a disputa político-ideológica no terreno sindical. Segundo Antunes (1995), fundamentalmente, a FS representaria “... uma simbiose entre o *velho sindicalismo* e as tendências mais nefastas do ideário neoliberal”. Esta caracterização nos remete à necessidade de

analisar o discurso que norteou sua fundação como central sindical. Em entrevista à Folha de São Paulo em 23/08/1987, Medeiros expressa claramente sua concepção de sindicalismo e se diferencia de qualquer visão anticapitalista na ação sindical:

O que nós estamos procurando são caminhos novos. Mas eu diria que todo sindicato que se preze faz parte da reprodução capitalista. Porque qual o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível. Valorizar. Mas à medida que ganho mais, compro mais, a indústria vende mais e eu crio mercado interno. Se crio mercado interno, estou favorecendo o capitalismo. (Folha de São Paulo, 23/08/1987)

Além da pobreza da hipótese econômica, o que está presente no discurso da Força Sindical é que setores empresariais, o governo e um setor de sindicalistas, sabendo da imbricação entre as dimensões regulatórias e sociopolíticas de sua atividade, resolveram disputar nos dois terrenos, ideológico e sindical, os rumos do movimento. Não apenas na tentativa de desmoralização da ação sindical como fazia a ditadura, mas com um projeto no qual se ampliasse a influência subordinada dos trabalhadores nas decisões políticas sem que, com isso, colocassem em pauta a natureza de classe do próprio Estado. Sobre o Estado sua concepção é eminentemente neoliberal. Na publicação *Um projeto para o Brasil* de 1993, com apresentação de Medeiros, a questão é abordada da seguinte forma:

O Estado haverá de ser menor e descentralizado. Na administração de interesses locais imediatos, por exemplo, o Estado deve ser auxiliado pela ação participativa dos próprios cidadãos, na gestão e na defesa de seus interesses (...) A reforma do Estado, portanto, é fundamental para resolver os problemas de curto e longo prazos da crise brasileira. O Estado deve reduzir de tamanho e ter seu papel claramente definido (...) Não há dúvida de que cabe reduzir as dimensões do Estado, uma vez que a iniciativa privada já dispõe de capacidade gerencial e financeira para dispensar sua presença na maioria dos setores. (Força Sindical, 1993, p. 41, 47-48).

O nascimento da central teve o incentivo do Ministério do Trabalho em que estava à frente Antonio Rogério Magri. Ele havia sido presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo por quatro mandatos consecutivos no início dos anos 1980, também era parte da executiva da CGT (fundada em 1986) na qual foi responsável pelas relações internacionais. Entre as relações internacionais, a coordenação da ação do Instituto Cultural do Trabalho (ITC) que recebia cerca de 2 milhões de dólares do *Free Trade Union Institute* por meio da AFL-CIO norte-americana para o desenvolvimento de um “movimento sindical livre, independente e

apartidário” (GIANNOTTI, 2002). O Ministro do Trabalho estava lá com um objetivo: colaborar com a FS para disputar ideologicamente o movimento sindical.

O discurso apartidário também compunha o repertório dos dirigentes da Força Sindical, segundo Giannotti (2002), Medeiros “se manifestava abertamente contra a partidarização dos sindicatos” e se credenciava, com isso, como liderança contra a CUT e o PT, preconizando as ações restritas à negociação, a judicialização e a colaboração entre capital e trabalho. Em nosso caso, o SIMPA, a incidência deste discurso é notável (ainda mais levando em conta a convivência e o conflito com a “Administração Popular”, como veremos), tendo como saldo 10 anos de burocratização e desenvolvimento de atividades antissindicais (fraudes de atas, supressão de organismos de base, ações violentas, tentativa de homicídio) sob a influência da Força Sindical em sua direção.

Do ponto de vista da ação sindical, a FS em seu discurso propunha uma parceria entre capital e trabalho harmônica com vistas à produtividade como alavanca do salário real:

De forma sintética, pode-se dizer que um sistema satisfatório de relações entre capital e trabalho deve ser capaz de propor mecanismos de arbitragem eficientes entre os interesses de trabalhadores e empresários e entre os interesses destes grupos sociais e o Estado, induzir a ganhos de produtividade e criar condições para que esses aumentos sejam, pelo menos em parte, apropriados pelos trabalhadores através do aumento do salário real. (Força Sindical, 1993, p. 510).

A partir deste primeiro impulso a FS ganhou peso no meio sindical. Sendo reconhecida pelos sucessivos governos posteriores como a segunda maior central sindical do Brasil, sendo apenas menor que a CUT. É provável que uma parte da fragilidade do movimento sindical iniciada nos anos de 1990, se deva à divisão provocada nas categorias pela “concorrência” de representação das centrais e pela aceitação crescente do discurso e da prática do “sindicalismo de resultados” da FS.

Já nos anos 2000, com o país sob governo petista, parte “dos de baixo” passaram então a dirigir o Estado por intermédio do programa “dos de cima” em um fenômeno que Oliveira (2010) chamou de “hegemonia às avessas”. Que papel esta conversão “transformista” cumpre na fragilização da ação sindical? É uma questão que deve ser respondida com base na especificidade da situação brasileira e, dificilmente, encontraremos a chave para a resposta a partir da realidade dos países

centrais. Em nível micro, esta contradição já se antecipava (de forma bem menos intensa, é claro) na realidade dos governos locais das chamadas Administrações Populares do final dos anos 1980 e início dos anos 1990<sup>5</sup>.

De acordo com Galvão (2012, p. 187), “o movimento sindical brasileiro vem passando por um processo de reconfiguração desde a ascensão do PT ao governo federal.” A Reforma da Previdência em 2003, que levou à retirada de direitos dos servidores públicos, desencadeou um processo de cisão que originou novas organizações: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) em 2004, que viria a se tornar uma central, e a Intersindical em 2006. Após o estabelecimento de critérios de representatividade em 2008 um novo movimento de divisão, com a fundação da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e fusões entre correntes sindicais pouco expressivas movidas mais por fatores pragmáticos do que políticos como é o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), produto da fusão entre a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Social Democracia Sindical (SDS). Tal reconfiguração também reposicionou a CUT e a FS, ambas incorporadas à base do governo federal, inclusive compondo o Ministério do Trabalho conjuntamente.

A reconfiguração do movimento sindical brasileiro precisa ser pensada à luz da morfologia da classe que vive do seu trabalho, condicionada pela passagem do “taylorismo primitivo” ao “fordismo periférico” e o classismo prático correspondente a tal transição. Em seguida da “hegemonia neoliberal” à “hegemonia às avessas” que num primeiro momento colocou o sindicalismo em uma defensiva política e, num segundo momento, o cooptou para um projeto político de conciliação de classes.

O que Braga (2012) qualifica como “precarizado do fordismo periférico” foi o sujeito social, a “base rebelde” que desbancou a burocracia sindical formada pelas condições anteriores ao golpe de 1964, à medida que entrou em cena na política dos anos 1980 contra a regulação autoritária tanto no chão de fábrica quanto na sociedade.

A composição daquela fração da classe trabalhadora era marcada pela presença de trabalhadores jovens que viviam condições despóticas de gestão e situações de alta rotatividade no trabalho (BRAGA 2012). O desenvolvimento do

---

<sup>5</sup> Ver o trabalho de Eliane Cruz (2001) que analisa dez experiências de negociação salarial no setor público, entre as quais figuram em as lutas salariais dos municipais no contexto das chamadas Administrações Populares em Porto Alegre de 1988 a 2004 e Belém de 1996 a 2004.

“pós-fordismo financeirizado”, da regulação neoliberal à hegemonia lulista, ao contrário de superar os problemas do “preariado”, apoiou-se nele a partir de políticas focalizadas para os miseráveis e do incentivo ao crescimento dos postos de trabalho com remunerações em torno de 1,5 salários mínimos. Segundo Pochmann (2012) “na década de 2000 (...), os empregos com remuneração levemente acima do salário mínimo foram os que mais cresceram (6,2% em média ao ano), o que equivaleu ao ritmo 2,4 vezes maior que o conjunto dos postos de trabalho”. Cabe então diferenciar informalidade de precarização do trabalho, estendendo o conceito de precariedade para além das condições contratuais.

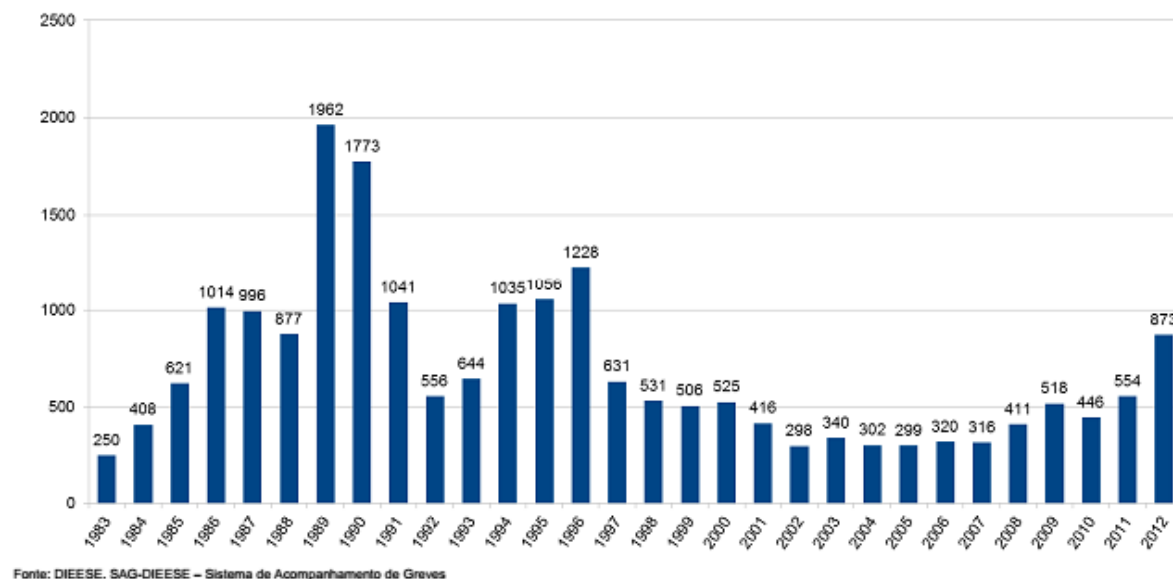
Neste íterim, o crescimento da precarização e da fragmentação da classe que vive de seu trabalho introduz novas formas de identidade não necessariamente em oposição à identidade provinda da divisão do trabalho, mas para além dela. Lutas fragmentárias que encontram sua unidade na ocupação dos espaços públicos em âmbito global. A entrada em cena política do precariado, nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento, como foi em junho de 2013 no Brasil, é produto de condições de vida também mais fragmentárias, marcadas pelo “trabalho duro e discurso flexível”, esta sim, em nossa opinião, a “base rebelde” dos novos movimentos sociais.

Além disso, de acordo com Boito Jr. e Marcelino (2010) estaríamos entrando a partir de 2004 em um novo ciclo de greves:

Na nossa avaliação, vivemos, pelo menos desde 2004, uma conjuntura de recuperação da atividade sindical no Brasil. Na base, a ação grevista mantém-se num nível razoavelmente alto, e a grande maioria das greves tem permitido ganhos reais de salários; na cúpula do movimento, a disputa política acirrou-se com o surgimento de cinco novas centrais sindicais. Essa recuperação da luta sindical pode ser tomada como um indicador da vitalidade do sindicalismo como movimento social. (BOITO JR.; MARCELINO, 2010, p.328).

Pudemos verificar uma curva crescente do número de greves nos anos posteriores a 2004. Como podemos ver no Gráfico nº1, no ano de 2012 registrou-se um número de greves significativo, o maior desde 1996 e comparável em número a 1988.

Gráfico 1 – Total Anual de Greves. Brasil – 1983 a 2012



O Brasil alcançou marcas históricas de horas paradas. De acordo com o DIEESE (2012) no ano de 2012 registrou-se 86.858 horas paradas por greves, paralisações e movimentos dos trabalhadores, superando todos os outros anos desde 1983, excetuando-se 1989 e 1990, nos quais se registrou 127.279 e 117.027 horas paradas, respectivamente.

A composição e as pautas destas greves nos dão indícios da latência dos protestos que estariam por vir no ano seguinte. Segundo o DIEESE (2012):

O número de greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada (461) superou o registrado na esfera pública (409). Em termos proporcionais, as greves da esfera privada representam 53% do total anual; as greves da esfera pública, 47% (...). Entre as greves verificadas exclusivamente na esfera privada, a maioria atingiu o setor industrial (330). Na esfera pública, entre as empresas estatais, metade das greves foi deflagrada no setor de serviços (14); entre o funcionalismo público, a maioria das greves foi deflagrada por servidores municipais (227).

No caso dos trabalhadores do setor industrial, particularmente os metalúrgicos, frente a uma retração do crescimento da indústria de 2,7% em 2012 (a primeira desde 2009, segundo o IBGE), suas greves tiveram um caráter defensivo. Relacionaram-se à intensificação da luta contra o descumprimento de direitos trabalhistas. Com relação aos servidores públicos teve importância a exigência do



cumprimento da legislação do Piso Nacional dos professores, criada no mesmo ano.

Afora os elementos condicionantes, dentro dos quais atuam uma série de contradições, choques e lutas de um país integrado ao capitalismo de forma dependente, com a marca da desigualdade social, estavam em curso protestos salariais e uma situação mais conflituosa no ano de 2012.

Do ponto de vista da reorganização do processo de trabalho, a terceirização como forma de cooperação complexa do capital, segue compondo as múltiplas causas da fragilização da organização sindical, estabelecendo-se como entrave à revitalização sindical, como veremos a seguir.

## **4.2 Terceirização e sindicalismo**

O advento da acumulação flexível e da hegemonia neoliberal no Brasil trouxe problemas ainda mais complexos à organização dos servidores públicos, em especial a partir das privatizações e terceirizações no âmbito da administração pública. Além da perda salarial acumulada, novos atores como trabalhadores terceirizados, temporários e estagiários passavam a compor o ambiente de trabalho no serviço público, mas raramente compunham o ambiente do movimento sindical.

As terceirizações, que se intensificam a partir dos anos de 1990, assumiram feições ligadas à diminuição do custo com a força de trabalho como uma das principais preocupações empresariais, e teve o desemprego e as relações precárias como marcas do processo. Além disso, de acordo com Pochmann (2007) o processo de terceirização pelo qual passou e passa o mercado de trabalho no Brasil incorpora um aspecto ilícito, no qual as empresas (e inclusive a administração pública) estão utilizando cada vez mais terceirizadas para prestar serviços relacionados à sua atividade-fim, o que o economista qualifica de “superterceirização”.

Segundo o DIEESE (2007):

No Brasil, em virtude da ênfase dada aos aspectos relacionados à diminuição de custos nos processos de terceirização, as grandes empresas enxugaram suas atividades, principalmente por meio do corte dos postos de trabalho, e mantiveram uma proporção pequena de trabalhadores fixos com contrato de trabalho direto nas atividades fins da produção. As demais ocupações passaram por uma diversificação de contratos de trabalho – quase sempre levando a relações precárias – propiciada pela terceirização. (DIEESE, 2007 pp.14-15).

Dessa forma, encontram-se muito associadas terceirização e precarização das relações de trabalho no Brasil, tendo como um dos componentes a presença de relações informais de trabalho, como resposta a um acúmulo histórico de produção de desemprego. Em alguma medida, o processo de terceirização extrapolou seu caráter gerencial e aprofundou um problema com o qual os empresários brasileiros se beneficiaram de forma defensiva frente à concorrência intercapitalista: o desemprego como mecanismo de desvalorização da força de trabalho. Segundo Pochmann (2007):

Mesmo diante da existência de ganhos da produtividade que resultou de medidas de resistência empresarial no âmbito da reestruturação produtiva, a situação do trabalho não foi invertida. Pelo contrário, terminou prevalecendo um amplo ambiente desfavorável ao emprego da mão-de-obra. (POCHMANN, 2007, p.5).

Como um fantasma que ronda a classe trabalhadora, o desemprego apresentou-se como limite. Para além do aspecto econômico, o desemprego desestrutura as relações laborais, assim como fragiliza as demais relações sociais do trabalhador, diminuindo o “horizonte de desejos”, desfavorecendo a disposição à ação coletiva. Como um círculo vicioso, a baixa intensidade das lutas dos trabalhadores, ao longo dos anos 1990, desfavoreceu o crescimento dos empregos e dos salários gerando perdas de mais longo prazo.

De um lado, a difusão de novos métodos de gestão da mão-de-obra tornou ainda mais débil organização dos trabalhadores por local de trabalho e, de outro, permitindo avançassem inovações como a redução das hierarquias funcionais, enxugamento de postos de trabalho de classe média, proliferação de variadas formas de subocupação de mão-de-obra e trabalho autônomo para grandes empresas. (POCHMANN, 2007, p.7)

Não fortuitamente, ainda segundo a pesquisa do DIEESE (2007), está no centro da avaliação positiva dada pelos empresários brasileiros aos processos de terceirização, a fragilização da organização sindical: “entre os 14 aspectos positivos da terceirização citados pelas empresas cinco tem relação direta com a desmobilização das ações sindicais”, entre os quais constam desmobilização dos trabalhadores para reivindicações, desmobilização para greves, eliminação das ações sindicais e eliminação das ações trabalhistas, além da redução do quadro

direto de empregados.

Pode-se afirmar que os processos de terceirização combinam dois aspectos centrais do que denominamos entraves à revitalização sindical. Em primeiro lugar pela característica de precarização e fragmentação da força de trabalho implícitas à sua implantação no Brasil, que favorecem à “perda da razão social do trabalho” e, associados à reestruturação econômico-produtiva, modificam a morfologia da classe que vive do seu próprio trabalho criando o “abismo entre estáveis e precários” a que se refere Antunes (2002, 2003). Trazem, com isso, esgotamentos no repertório tradicional da ação coletiva colocando novos desafios na dimensão organizativa.

Em segundo lugar, configuram-se como estratégias patronais e governamentais conscientes de desmobilização da ação sindical, ou seja, um ataque às organizações dos trabalhadores, envolvendo então a dimensão sociopolítica da organização sindical como “meio de socialização de resistência” (Boltanski e Chiapello, 2009).

Com relação ao posicionamento e aos meios com os quais os sindicatos têm resistido ao processo de terceirização no Brasil, cabe ainda tecer alguns comentários. A fragilização da atividade sindical durante a década de 1990, entre tantas outras consequências, trouxe a “crescente judicialização das relações de classe” no país, por um lado, conforme aponta Cardoso (2003), “os capitalistas se sentem, crescentemente, desobrigados, flexibilizando a frio o mercado de trabalho ao cobri-lo com o manto negro da ilegalidade. Como o modelo é legislado, o resultado esperado não é outro senão o recurso à Justiça” sendo que entre 1988 e 1997, de acordo com os dados do Tribunal Superior do Trabalho (*apud* Cardoso: 2003, p.162) ocorre uma explosão nas demandas judiciais com cada ano recebendo 112.489 processos a mais, resultando em 2 milhões de demandas em 1997.

Por outro lado, a desmobilização sindical e a hegemonia neoliberal, propiciaram um ambiente favorável ao “manto negro da ilegalidade”, gerando o processo de superterceirização dos serviços identificado por Pochmann (2007). Processo que não cessou de crescer. No ano de 2014, tramitava no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4330 de 2004 (PL 4330/04), que permite a contratação de terceirizados em todas as atividades, inclusive nas chamadas atividades-fim, as principais das empresas. Este projeto foi objeto de muitos protestos dos sindicatos, sendo o combate a ele incorporado como pauta tanto da greve geral de 11 de julho de 2013,

quanto de inúmeras categorias em suas campanhas salariais específicas e nacionais, como no caso dos bancários e metalúrgicos. Até a conclusão do presente trabalho o PL 4330/04 seguia em tramitação.

Logo, se acentua uma questão em âmbito municipal, como no caso de nosso objeto de análise. Diferentemente da maioria dos sindicatos nacionais e estaduais, os sindicatos de municipais congregam uma categoria bastante heterogênea, incluindo trabalhadores das mais diferentes secretarias do município. Seja do recolhimento de lixo, da educação, habitação, da saúde ou da administração todos são considerados municipais, servidores públicos da esfera do município. No entanto, com a entrada em cena das terceirizações identifica-se, a partir de uma implantação desigual nas diferentes Secretarias Municipais, uma maior distinção e outras hierarquias entre os trabalhadores das mesmas. Seja pelo número reduzido de servidores estatutários que as secretarias mais afetadas pelas terceirizações passaram a ter, seja pela hierarquia proveniente da perda de importância orçamentária de tal o qual secretaria em função das prioridades da administração, entraves se evidenciam na constituição da identidade sindical em nível micro, intracategoria.

Tal como Dâmocles que, ao sentar no trono de Dionísio e deliciar-se com horas de poder percebeu uma espada sobre sua cabeça presa apenas por um fio de rabo de cavalo, o sindicalismo é ameaçado constantemente pelos processos de terceirização no mundo do trabalho. Segundo Marcelino (2008):

A terceirização reflete, na realidade brasileira, dois dos mais importantes movimentos da reestruturação do capital no sentido de recompor as taxas de lucro e o domínio sobre os trabalhadores: a) ela amplia a exploração do trabalho através da quebra de antigas conquistas, da redução salarial e da arquitetura de uma nova regulamentação regressiva dessas relações; e b) por pulverizar os trabalhadores em muitas categorias, dificulta a sua organização enquanto classe. O êxito da terceirização para os objetivos do capital tornam-na um instrumento poderoso e, no contexto atual, imprescindível para a lucratividade das empresas e para a administração pública. (MARCELINO, 2008, p. 310)

A observação em campo, assim como a revisão bibliográfica indicam que a ligação mais significativa entre o regime de acumulação flexível e o trabalho no setor público parece ser a incorporação do Estado em sua forma específica de terceirização.

#### 4.1 Terceirização na administração pública no Brasil

A orientação favorável à transferência da execução de tarefas auxiliares para a iniciativa privada passou a constituir norma legal, no âmbito federal, a partir da vigência do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Sua aplicação à administração pública de forma mais contundente, entretanto, é parte da hegemonia neoliberal no país que marca a década de 1990 e o início dos anos 2000. Esta prática foi regulamentada pelo Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, que “dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências”. Em seu caput, admite a execução indireta de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares.

A prática da terceirização na Administração Pública traz os mesmos elementos críticos da terceirização no setor privado: reproduz a hierarquia entre estáveis e não estáveis criando uma tensão entre ambos; diminui o alcance dos serviços públicos pois reduz os deveres do Estado a atividades-fim. As prioridades são definidas pelas diretrizes governamentais, pressionadas pelas condições fiscais e econômicas. Sendo as atividades-fim ou atividades-meio, essencialmente, decisões políticas dentro de parâmetros constitucionais muito tênues há um número significativo de casos de burla. Como nos indica Campos (s/d.):

[...] quando se fala em terceirização, a Administração Pública é o exemplo mais recorrente de abusos. Um exemplo de serviços públicos terceirizados, intrinsecamente ligados à sua atividade-fim, é coleta do lixo urbano. Desenvolvem a relação com o terceirizado com acentuado poder de comando versus subordinação jurídica, renovando o mesmo trabalhador no mesmo posto de serviço porque já o conhece há tanto tempo. Mediante o processo de licitação altera-se a prestadora de serviços, no entanto, os trabalhadores que exercem as ditas atividades, geralmente, continuam os mesmos. (CAMPOS, s/d., p.10).

Mais adiante, veremos que os serviços públicos de limpeza urbana foram os mais afetados pelas terceirizações também em nosso caso de Porto Alegre, graças a dois mecanismos entrecruzados de reestruturação: a conversão de um cooperativismo solidário em uma utilização flexível do trabalho dos cooperados e a

terceirização via empresas contratadas para tal serviço em um contexto geral de reforma do Estado brasileiro.

Um dos pilares da reestruturação operada no setor público foi a chamada “Reforma Gerencial Brasileira” iniciada em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso. O chamado Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado – publicação do Extinto MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) elaborado pelo ex-Ministro Bresser-Pereira – partia do seguinte diagnóstico:

O modelo de desenvolvimento burocrático-capitalista, dirigido pelo Estado, estava envolvido em uma crise política, causada pela bancarrota do regime militar, e uma crise econômica e financeira, que começou com uma crise da dívida externa acompanhada por elevação dramática das taxas de inflação, mas que não demorou a revelar suas causas internas: uma crise fiscal do Estado e a exaustão da estratégia de crescimento nacional-desenvolvimentista. (BRESSER-PEREIRA, s/p, 1999)

Baseada nos princípios da “nova gestão pública” (*new public management*) a reforma teve três pilares. O primeiro deles, decorrente diretamente do diagnóstico supracitado, é que o Estado deveria concentrar-se em um núcleo estratégico de decisão política, envolvendo apenas políticos e altos funcionários. Em sua formulação adotar-se-iam “agências executivas”. Em segundo lugar, e em decorrência disto, deveria terceirizar as “atividades de apoio” (segurança, limpeza, consultorias, computação) a este núcleo estratégico. Por último, buscando uma suposta “maior autonomia”, os serviços sociais e científicos do Estado seriam repassados a “organizações sociais”, um tipo particular de organização pública não estatal. A implantação coetânea destes três pilares, combinada à privatização de setores onde o Estado detinha o monopólio (como as telecomunicações, energia elétrica, etc.) garantiria a responsabilização (*accountability*), através da criação de “quase-mercados” administrados por objetivos e metas.

O diagnóstico de Bresser-Pereira apenas justifica a receita e responde aos setores sociais interessados na redução de direitos dos servidores públicos, entendidos como “privilégios”, além de atribuir a uma hipertrofia do Estado as raízes da crise dos anos de 1980. De acordo com o próprio Bresser-Pereira (1999), os principais apoiadores da Reforma Gerencial Brasileira, segundo “pesquisa nacional realizada por formadores de opinião no final de 1997” seriam, nesta ordem, os empresários, os altos funcionários (elite política) e os jornalistas, sendo desaprovada

especialmente pelo poder judiciário e pelo movimento sindical, em particular, dos servidores públicos qualificados por ele como “corporativos”.

Em um governo que tem a gerência empresarial como modelo para a gestão, baseado nos princípios da Gestão pela Qualidade Total, os resultados “positivos” dos processos de terceirização na iniciativa privada foram um incentivo à sua implementação no setor público. Seria, portanto, necessário desconstruir o Regime Jurídico Único, modificando essencialmente as formas de estabilidade, previdência social e controle por meio da criação de “carreiras típicas de estado”. A Reforma do Estado teve repercussões em níveis estadual e municipal, como parte de uma orientação expressa no próprio Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado quando afirma que “este Plano Diretor focaliza sua atenção na administração pública federal, mas muitas das suas diretrizes podem também ser aplicadas no nível estadual e municipal (p.12)”.

O impacto de tal política pode ser constatado em pesquisa realizada sobre quatro segmentos de ação dos Municípios, ao final da década de 1990<sup>6</sup>, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2001):

Foram observadas as terceirizações em quatro segmentos de ação dos Municípios: o serviço de coleta de lixo, onde atividades terceirizadas foram encontradas em 19,5% dos casos; o serviço de limpeza urbana, cuja terceirização ocorreu em 16,4% dos casos; o serviço de limpeza das unidades prediais da administração municipal, em que a terceirização foi encontrada em 7,0% dos casos; e o serviço de segurança das unidades prediais da administração municipal, em que a atividade foi terceirizada em 5,5% dos Municípios. (IBAM, 2001, p. 6)

Na região Sul, em 1999, os números da terceirização nos Municípios superavam a média nacional no serviço de coleta de lixo presente em 22,1% deles, e naquele referente à segurança das unidades prediais da administração municipal presente em 7,2% dos casos.

Sua capilarização se deu de forma ainda mais intensa após a entrada em vigor da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que, como parte do projeto de Estado mínimo do ponto de vista social, buscava (e busca, pois segue vigente) controlar os gastos públicos “mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas

---

<sup>6</sup> Levantamento de dados realizado pela Fundação IBGE através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 1999.

e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras[...]” (BRASIL, 2000).

Dessa forma, a pressão pela diminuição de despesas com pessoal fez com que as administrações passassem a diminuir o quadro de servidores públicos, diversificando as formas de contrato. A terceirização e os contratos temporários apareciam como opções para chegar às metas da LRF, sendo que a partir de então “os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como Outras Despesas de Pessoal” (idem) e não mais compõem a mesma rubrica. Diversificam-se as formas de contratação e prestação de serviços no ambiente de trabalho da administração pública municipal pelo Brasil. De um total de 6.280.213 servidores municipais, em 2012, 5.985.248 de pessoas estavam vinculadas à administração direta totalizando 95,3%, enquanto 294.965 pessoas exerciam atividades na administração indireta, 4,7%.

Segundo o IBGE (MUNIC, 2012), o quadro da administração direta dos municípios do país ao final dos anos 2000 era composto em sua maioria por servidores estatutários totalizando 62%, mas continha 17% de pessoal sem vínculo permanente; 9,5% de servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); 8,5% de servidores somente comissionados e 2,4% de estagiários.

No quadro da administração indireta, do qual fazem parte as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e associações públicas, os servidores estatutários, em 2012, representavam 40,8%. Os celetistas representavam 38,4% do quadro, os servidores sem vínculo permanente 10%, somente comissionados 6,6% e os estagiários 4,2%.

Além da tensão entre o público e o privado, a implementação dos processos de terceirização no âmbito da administração pública cria uma fronteira entre estáveis e não estáveis ou níveis de distinção entre colegas de trabalho. Em primeiro lugar, porque pertencem a regimes jurídicos distintos. Em segundo, pela forma do ingresso. Como prevê a Constituição Federal, servidores públicos somente são admitidos mediante processo seletivo público, enquanto a força de trabalho empregada pelas empresas terceirizadas opera por meio de diversos regimes jurídicos de trabalho, tais como o empregado nas cooperativas, no regime celetista ou por empreitada, todos estes presentes no caso aqui estudado.



Do ponto de vista da ação sindical, esses processos podem produzir inclusive conflitos corporativos a partir de tal distinção entre estáveis e não estáveis. O trabalho de Ferreira (2008) nos apresenta um destes conflitos, ao analisar os impactos da terceirização sobre a organização sindical na Caixa Econômica Federal. Por um lado, a Federação Nacional dos Bancários (CONTRAF atualmente) comemorou a vitória da substituição dos trabalhadores terceirizados por trabalhadores que viriam a realizar concurso público. Já o movimento sindical organizado pelos terceirizados propunham uma “saída pública” frente às demissões, de forma que não perdessem seus empregos. Em um cenário de reestruturação e medo do desemprego, o trabalhador terceirizado acabou sendo visto “como um competidor, uma ameaça”. Conforme Ferreira (2008):

Desta maneira, podemos perceber que a decisão tomada pelos bancários [de não representar os terceirizados], bem como sua postura diante da demissão dos terceirizados (considerada uma vitória), está ligada ao fato de que no Brasil existe uma tendência no movimento sindical de se limitar a atuação à categoria que é determinada por lei. Diante do novo cenário, que apresenta novos atores (...) estes sindicalistas acabaram tendo dificuldade em realizar uma ação conjunta. (FERREIRA, 2008, p.114)

Tais conflitos e dualidades trazem para o terreno da ação sindical a necessidade de novas formas de atuação, visto que as categorias passam a conviver com novas hierarquias, novas modalidades de contratação, negociação, etc. Impõe-se à atividade sindical, levar em conta estes imperativos na construção de suas estratégias. Não é diferente no caso que estamos analisando como parte do sindicalismo no setor público, marcado pela Reforma Gerencial Brasileira e a terceirização na administração pública.

## 5 UMA DIFICULDADE E UM DESAFIO: Terceirização na PMPA e ação sindical

No âmbito da administração municipal de Porto Alegre, as terceirizações compreendem atualmente inúmeras secretarias, fundações e autarquias. De acordo com publicação da Associação dos Servidores Técnico-Científicos (ASTECC), de outubro de 2009<sup>7</sup>, baseada no estudo do Prof. Luis Roque Klering da Escola de Administração da UFRGS, o processo de terceirização “está presente em muitas estruturas da PMPA”. Para melhor compreendermos a abrangência do processo de terceirização na PMPA, recorreremos à distribuição entre as secretarias e autarquias das atividades realizadas por meio da terceirização.

O processo de terceirização, a partir da pesquisa da ASTEC (2009), pode ser distribuído entre as atividades das secretarias e autarquias do município da seguinte maneira:

**Quadro 1 - Atividades terceirizadas distribuídas por Secretaria Municipal ou Autarquias da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2009)**

| <b>Secretaria ou Autarquia do Município de Porto Alegre</b> | <b>Atividades terceirizadas</b>   |
|---|---|
| <b>Secretaria Municipal de Saúde (SMS)</b>                  | Limpeza, portaria, vigilância, telefonia, cozinha, serviços especializados e não especializados, equipes de saúde da família (ESF), auxiliares de serviços gerais, copeiros, auxiliares de lavanderia, mecânicos de refrigeração e ajudantes.   |
| <b>Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE)</b>     | Contratação e execução de projetos, execução de obras, fiscalização e apoio a obras, serviços de engenharia (repavimentação, ligações de água e esgoto, etc.), consultorias nas áreas de projetos e obras, portaria, limpeza, capina, roçada, varrição, assessoria pericial contábil, vigilância armada, técnico-vocal coro DMAE, locação de veículos, manutenção de veículos e equipamentos (máquinas, bombas, elevadores, coletores de dados), calibração de equipamentos, exames clínicos e radiológicos, clínicas de atendimento psicológico e psiquiátrico, tratamento de dependência química, consultorias. |

7 Disponível em: <http://www.astecmpa.com.br>, acesso em julho de 2012.

|  |  |
|--|--|
| <b>Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV)</b>   | Execução de obras viárias e prediais, serviços técnico de apoio operacional na execução de projetos arquitetônicos e complementares, levantamentos topográficos e projetos viários, contratação de veículos com e sem motorista, manutenção de equipamentos e conservação de prédios.                      |
| <b>Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB)</b>  | Execução de obras de urbanização e prediais, serviços técnicos de apoio operacional na execução de projetos arquitetônicos e complementares, levantamentos topográficos, projetos urbanísticos, locação de veículos com e sem motorista, manutenção de equipamentos e instalações, serviço de reprografia. |
| <b>Secretaria Municipal de Educação (SMED)</b>   | Serviços de cozinha (merenda) e limpeza, amplo uso de estagiários para suprir a falta de monitores e professores.  |
| <b>Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU)</b>   | Coleta, seleção orgânica, capina, varrição, locação de veículos, manutenção, sendo a quase totalidade dos serviços terceirizada.   |
| <b>Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (Previmpa)</b> | Limpeza com fornecimento de material (exceto material de higiene), serviço de vigilância desarmada.  |

Fonte: ASTEC, outubro de 2009. Elaboração do autor.

O Quadro 1 demonstra que as terceirizações estão presentes em um grande número de secretarias e autarquias do município, assim como comportam uma significativa diversidade de atividades ou qualidades de trabalho. Segundo a ASTEC (2009), nas autarquias – DMLU, DMAE, DEMHAB e Previmpa – as terceirizações não são gerenciadas pelas áreas de recursos humanos da Prefeitura e não há um plano integrado com procedimentos unificados, o que dificulta a fiscalização. Dessa forma, favorece, em grande medida, à desregulação dos serviços públicos e dos contratos de seus servidores, apresentando-se em diversas modalidades. Apesar do estágio, por exemplo, não configurar relação de terceirização significa, em grande parte das vezes, substituição de mão-de-obra com direitos por formas precárias de utilização do trabalho dos estudantes<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Para maior aproximação com o debate ver: CORRÊA, Bernardo. UFRGS, 2009: *Simulacro de Aprendizagem e Precarização do Trabalho: dimensões da utilização dos estágios não-obrigatórios no RS em tempos de*

A diversidade de atividades de secretarias e autarquias nas quais a terceirização está presente nos alerta para casos nos quais a definição de atividade-meio ou atividade-fim se torna difícil, dando margem para a emergência do fenômeno que Pochmann (2007) qualifica como “superterceirização”, ou seja, a ampliação dos processos de terceirização para as atividades-fim, neste caso, no âmbito da administração pública municipal, sua ampliação para deveres do Estado.

Para além dos argumentos dados em favor das terceirizações por seus defensores, como a desburocratização das contratações, a celeridade nos processos e obras e a diminuição dos custos orçamentários com pessoal em cargos de provimento efetivo, o professor Klering, alerta para os problemas que podem vir à tona com a difusão de tal prática no âmbito da administração pública.

Segundo ele, é preciso ter cautela com a terceirização na administração pública por que:

1. mascara a relação de emprego que deveria ser da administração pública; pode favorecer o anti-ético apadrinhamento político;
2. produz menor comprometimento dos contratados com os objetivos da contratante;
3. contrata pessoas sem a qualificação necessária; os contratos podem implicar atos administrativos que produzam efeitos jurídicos;
4. produz dificuldades de fiscalização para a contratante porque há necessidade de não construir vínculo empregatício e a corresponsabilidade no produto final do trabalho;
5. lacunas na realização dos contratos; a empresa contratada pode não estar pagando os compromissos sociais;
6. a empresa contratada pode não representar adequadamente a instituição contratante;
7. menor envolvimento, comprometimento, responsabilidade e participação dos contratados com os objetivos da contratante.

Os objetivos deste trabalho relacionam-se a um problema não mencionado pelo professor (apesar de corroborar com sua “cautela” quanto a estes), que agregá-riamos à sua análise: a relação existente entre a terceirização na

---

*acumulação flexível*; DUTRA, Israel. UFRGS, 2009: *Entre a Escola e a Fábrica: O papel do estágio na formação de técnicos em transformação de termoplásticos no IFSUL – Campus Sapucaia do Sul*; VALERIANO, Maya. 2009: *Estágio precarizado* (Comunicação no VI Colóquio Internacional Marx e Engels – Unicamp).

administração pública e a ação sindical. Para melhor aproximarmos-nos destes objetivos carece realizarmos uma espécie de “radiografia” dos processos de terceirização na administração pública de Porto Alegre. Realizar esta radiografia não é tarefa fácil, pois, como o próprio professor menciona no ponto 4 supracitado, os contratos são diversos, presentes em muitos órgãos do município e, ao não constituir vínculo empregatício direto com a administração pública, não são devidamente fiscalizados, como veremos a seguir.

Além do mais, os dados disponíveis publicamente encontram-se melhor sistematizados somente a partir do ano de 2008, no Portal Transparência, na parte de controle social do site do Tribunal de Contas Estadual do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Apesar da prática de terceirização ter-se iniciado no final dos anos de 1980 e se reforçado intensamente a partir dos anos de 1990, particularmente após a Reforma Gerencial do Estado Brasileiro em 1995 e a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, não conseguimos ter acesso a esses dados e buscaremos reconstituir a incidência dos processos de terceirização sobre a ação sindical a partir de nossas entrevistas, cientes do risco de alguma imprecisão.

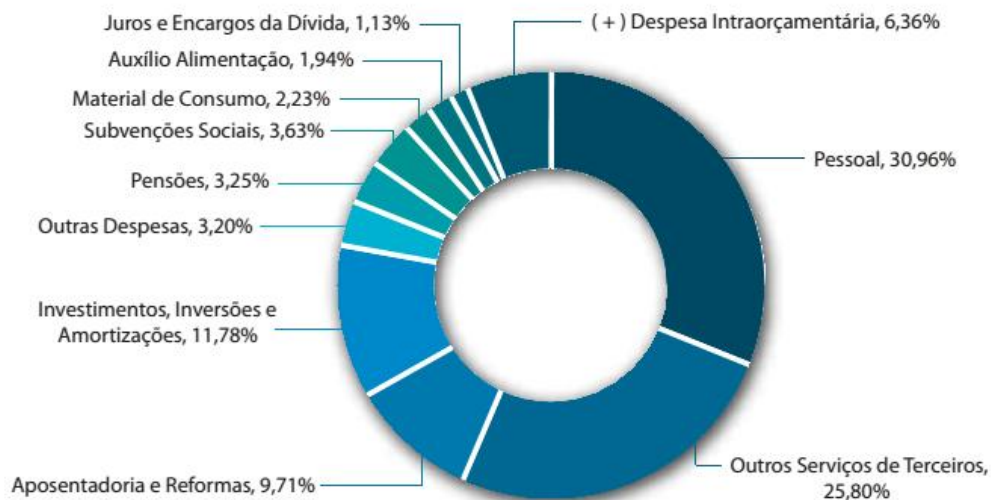
Doravante, os dados publicados pela ASTEC que utilizamos como parte de nossas fontes ultrapassam, em seu todo, inclusive o conhecimento da administração da PMPA. A reportagem da revista da ASTEC declarou que ao procurar responsável pelos contratos terceirizados na Secretaria Municipal de Administração (SMA) obteve a seguinte resposta: “Os serviços terceirizados não passam pela SMA. Nós não tomamos conhecimento. Contratações deste tipo são definidas e geridas pelas secretarias” (ASTEC, 2009), o que compromete a fiscalização de tais contratos. Para fins deste trabalho, portanto, utilizaremos como fonte a referida pesquisa publicada pela ASTEC, além de alguns cruzamentos entre dados disponíveis nos balanços financeiros da PMPA (de 2004 a 2012), no TCE-RS e no Portal Transparência, buscando averiguar a composição e a evolução das terceirizações na administração pública de Porto Alegre.

A professora Carmen Padilha, presidente do SIMPA à época da reportagem, em 2009 (e também informante do presente trabalho), denunciava que, apesar de a Administração da PMPA assegurar que não havia terceirização de serviços que deveriam ser especificamente públicos (atividades-fim), “o Sindicato sabe que há grande concentração de atividades terceirizadas em áreas como SMS, SMOV,

SMAM, DMAE, DEP e o próprio DMLU que é o caso cabal, onde servidores de carreira reivindicam trabalho e ficam parados o dia todo pelo pátio” (*apud* ASTEC, 2009). De acordo com a reportagem, há denúncias, ainda, de terceirizados gerenciando funcionários do quadro, o que é ilegal.

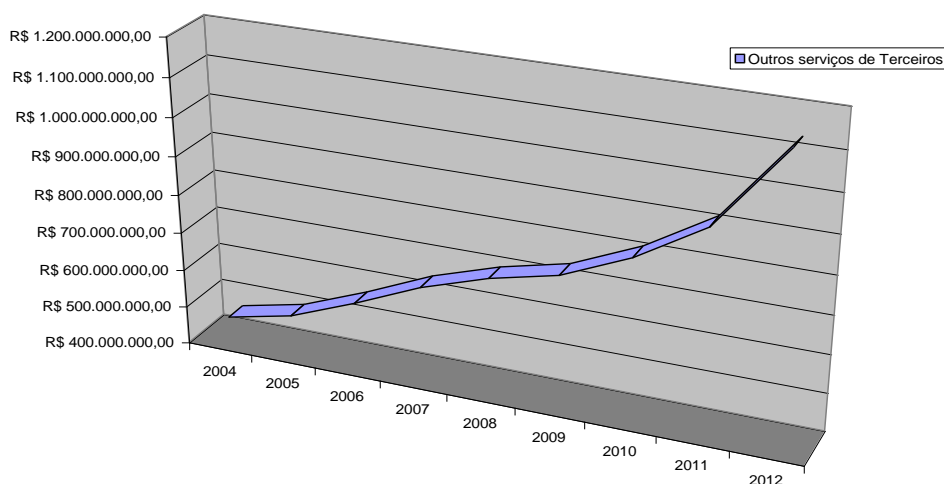
Não constitui objetivo central deste trabalho identificar a burla dos procedimentos legais nos processos de terceirização, ainda que estejamos plenamente conscientes de que eles existam. O que se trata aqui é de uma tentativa de aproximação com a realidade de tais processos, para então buscar relacioná-los à ação sindical, núcleo de nosso problema de pesquisa.

Conforme pudemos verificar, as despesas com serviços terceirizados representam uma parte significativa do Orçamento Municipal de Porto Alegre. Como indica o Gráfico 2, somente em 2012, os gastos em “outros serviços de terceiros” significaram 25,8% da despesa total do município, sendo menor em absoluto somente que os gastos com pessoal que representaram cerca de 31%. A medida das despesas com “outros serviços terceirizados” inclui, além de serviços anteriormente realizados pelo município, atividades tipicamente de apoio, como impressão de materiais gráficos, fornecimento de materiais, uniformes, veículos, equipamentos, etc. Pela falta de dados e tempo disponíveis na pesquisa para produzi-los, não tivemos como discriminá-los por serviço detalhadamente, mas eles indicam um comprometimento significativo das despesas do município com atividades terceirizadas em seu conjunto.

**Gráfico 2 - Despesas por natureza dos gastos, PMPA - 2012**

Fonte: Balanço das Finanças Públicas PMPA, 2012.

Em termos nominais, a partir dos dados disponíveis publicamente é possível estabelecer um panorama de crescimento desta rubrica de 2004 a 2012 e, mesmo que com valores aproximados, visualizar a curva ascendente dos gastos em serviços terceirizados:

**Gráfico 3****Gastos com Outros Serviços de Terceiros - PMPA**  
2004-2012 (valores nominais)

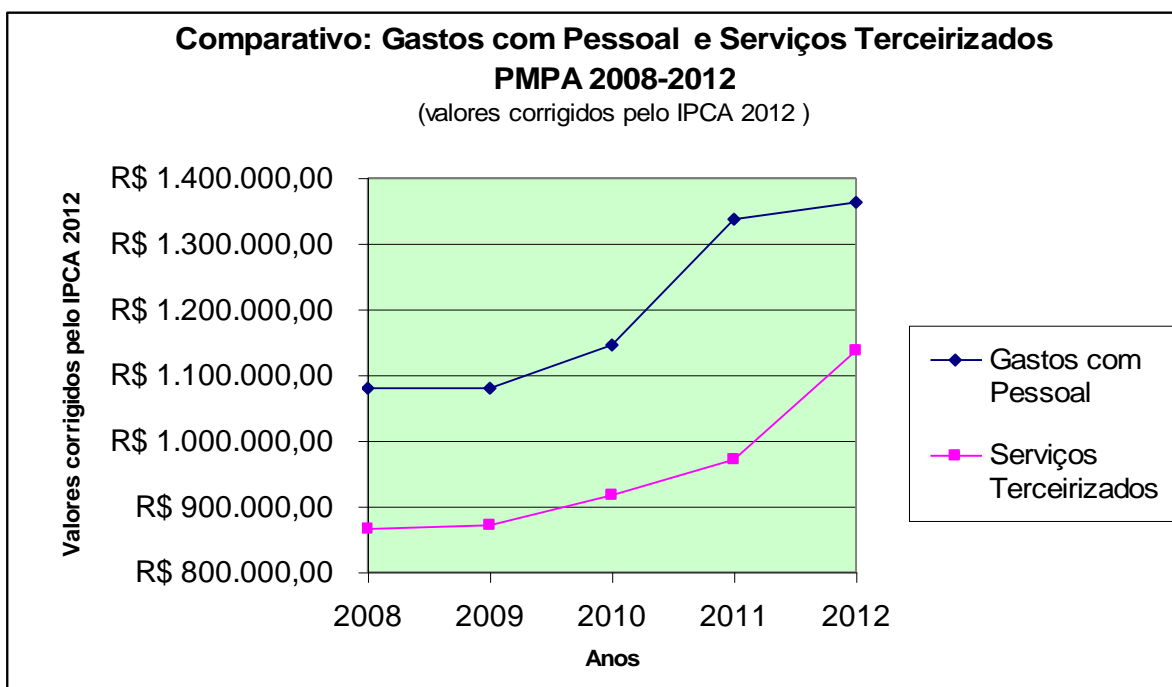
Fontes: Balanço das Finanças Públicas PMPA, 2012. Portal Transparência e TCE-RS.  
Elaboração do autor.

Considerando a inflação acumulada (62% pelo cálculo do IPCA 2012), caso mantidos os mesmo níveis de contratação, dos R\$ 463,5 milhões em 2004, os gastos em 2012 deveriam ser de um montante de R\$ 750 milhões. No entanto, os gastos em “outros serviços de terceiros” de 2012 são exatamente de R\$ 1.135.734,03, o que equivale a um crescimento de 21% acima da inflação acumulada do período de 2004 a 2012. Conclui-se, portanto, que aumentaram os serviços terceirizados, no mínimo, do ponto de vista das despesas da prefeitura.

Conforme a PMPA (2012), os valores corrigidos pelo IPCA 2012 correspondentes aos gastos ampliaram-se de R\$ 865,3 milhões em 2008, para R\$ 1,36 bilhões em 2012. Uma variação de 31,2% a mais que a correção da inflação de 2008 a 2012, o que demonstra uma curva de crescimento significativa dos “outros serviços de terceiros” mais acentuadamente no intervalo entre 2011 e 2012 quando se passou de R\$ 920,6 milhões para R\$ 1,36 bilhão.

Gráfico 4

Comparativo entre (as rubricas) gastos com pessoal e serviços terceirizados PMPA 2008-2012



Fonte: Balanço das Finanças Públicas PMPA, 2012.  
Elaboração do autor.



Para o mesmo período, os “gastos com pessoal” corrigidos pelo IPCA, no qual estão circunscritos cargos em comissão, funções gratificadas e os vencimentos dos servidores municipais, apresentam uma curva menor de crescimento acumulado, chegando a uma variação de 26,2%. Tais dados parecem indicar que há um crescimento dos serviços terceirizados sobre o quadro dos cargos de provimento efetivo.

O Gráfico 4 demonstra, a partir do comparativo entre as curvas de crescimento do gasto com pessoal – que está mediado por aumentos de Cargos em Comissão, Funções Gratificadas e os reajustes salariais conquistados pela categoria em sua luta – e a curva de crescimento dos gastos com serviços terceirizados esta tendência. Pela impossibilidade de mapear exatamente quais são os contratos de atividades-meio e atividades-fim, já que a SMA não tem o conjunto dos dados e não os fornece nem pública nem facilmente, utilizamos o conjunto dos gastos com serviços terceirizados para ilustrar sua evolução. Particularmente a partir de 2011, ocorre uma retração da curva de crescimento nos gastos com pessoal e um salto significativo da curva dos gastos com serviços terceirizados.

Do ponto de vista do trabalho dos servidores, o crescimento das terceirizações apresenta-se como fragmentação da categoria e impõe à ação sindical uma nova situação. Em entrevista por nós realizada, Carmen Padilha que é professora do município e foi membro da direção do SIMPA nas gestões 2006-09 e 2010-13, informa que as terceirizações, ao perpassarem muitas das secretarias do município, apresentam-se como “desafio” e “dificuldade” à ação sindical:

Quando nós chegamos à direção do SIMPA [2006] já havia sido terceirizado todo o DMLU praticamente, que começou com a Administração Popular. O PT asfaltou o caminho para o Fogaça passar a pá de cal, como se diz. Porque já na última gestão, aquela que o Verle termina, eles praticamente entregaram o DMLU para as empresas. Tudo aquilo eles que fizeram, de recompor, de transformar em uma referência internacional de tratamento de resíduos, reciclagem, educação ambiental... que foi muito legal isso no começo da administração popular; na última eles destruíram (...). Esta tem sido uma bandeira nossa, mas de lá pra cá as terceirizações aumentaram muito não só na limpeza urbana e a gente vê de um ano para o outro o aumento disso, a SMAM, o DMAE, a SMOV... estão muito esvaziados, porque eles não fazem concurso para o setor operacional e antes, pelo menos, as empresas não estavam lá dentro, hoje estão... Isso para nós é um desafio, é uma dificuldade. Ao fazer uma greve, tu vê que este setor não vem com a gente.

É grande a diversidade de serviços que compõem o fenômeno da terceirização na administração pública, como demonstra a ampla gama de atividades mostradas do Quadro 1. A heterogeneidade da categoria, no que se refere àqueles que são estáveis, porém distribuídos em secretarias diferentes, com distintos montantes de recursos disponíveis, já condiciona uma diferenciação e, em alguns casos, uma hierarquia. A observação de campo, entretanto, nos indica que as diferenciações e hierarquias modificam-se com os processos de terceirização.

Mesmo em momentos mais “horizontalizantes” como assembleias gerais, por exemplo, há distanciamentos simbólicos e visíveis entre o setor estável mais pauperizado da categoria e os trabalhadores que ganham melhores salários e tem mais escolaridade. Uma das diferenças se observa na organização para ir à própria assembleia geral, enquanto os trabalhadores do setor operário chegam em sua maioria juntos em ônibus fretados, os outros trabalhadores das demais secretarias, via de regra, chegam sós ou acompanhados de outros poucos colegas em seus veículos próprios. De outra parte, devido à instabilidade no emprego e à grande rotatividade, provenientes das relações precárias que caracterizam grande parte do trabalho terceirizado, em especial no setor operário, torna-se mais difícil o resgate da organização sindical ou ela, inclusive legalmente, encontra importantes entraves para converter-se em ação propriamente dita. O fato é que são pouquíssimos os trabalhadores terceirizados participando das assembleias e atos públicos.

Primeiramente, trabalhadores estáveis de nível superior ou médio provenientes de secretarias dotadas de melhores condições de trabalho diferenciam-se de trabalhadores com menos escolaridade, piores condições de trabalho e salários menores. Em seguida, todos os trabalhadores estáveis diferenciam-se dos terceirizados, havendo pouca interação sindical, ainda que ela não seja inexistente. Como informa nosso entrevistado João Ezequiel, trabalhador da SMS, membro da gestão 2010-13 do SIMPA:

As terceirizações, para além de sua face nefasta que explora cruelmente os trabalhadores, traz um projeto divisionista que discrimina funcionários num mesmo local de trabalho. Em um mesmo ambiente de trabalho, podemos observar trabalhadores de mesmo cargo e mesma formação, com salários e direitos trabalhistas diversos, dependendo do vínculo trabalhista a que cada um foi contratado. Para uma atividade sindical eficiente esse é o pior quadro, pois diversos sindicatos representam aquela “meia dúzia de trabalhadores”, tornando quase impossível uma unidade concreta entre esses trabalhadores.

No comentário do entrevistado fica evidente o problema das diferenciações que ocorrem no “mesmo ambiente de trabalho”, assim como a questão das hierarquias provenientes das diferenciações salariais e de direitos trabalhistas. Além disso, João levanta uma questão importante para compreender como os processos de terceirização incidem sobre a fragilização do movimento sindical. A fragmentação da representação sindical que coloca obstáculos a “uma atividade sindical eficiente” e, segundo ele torna mais difícil a “unidade concreta entre estes trabalhadores” apresenta-se como um dos entraves à revitalização sindical.

De forma ilustrativa, mostraremos o caso do DMLU como parâmetro máximo da utilização das terceirizações na administração pública de Porto Alegre e de sua abrangência. Pode, assim, ser um modelo no qual as contradições se apresentam de forma mais intensa, seja do ponto de vista da incidência sobre a fragilização sindical, seja do ponto de vista da precarização do trabalho.

O primeiro órgão a terceirizar foi o DMLU, que assim como o DMAE, o DEMHAB e o PREVIMPA são autarquias do município, portanto, como define o Decreto-Lei nº 200 de 1967, no seu artigo 5º, inciso I, são órgãos de "Serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada". Logo, apesar de tuteladas pela administração pública gozam de certa autonomia administrativa. Este estatuto favoreceu a redução dos gastos via terceirização. De acordo com a PMPA “O DMLU trabalha com a maior parte de seus serviços terceirizados, mas a responsabilidade pelo gerenciamento e pela a fiscalização em todos os níveis é do Departamento”. Os serviços podem ser divididos de acordo com o seguinte quadro (Quadro2):

Quadro 2 – Serviços terceirizados do DMLU

| Serviços                                 | Atribuições   | Empresa ou Cooperativa  | Contrato Vigente em 2013             |
|--|---|-------------------------|--------------------------------------|
| <b>LIMPEZA URBANA</b>                    | Varição manual, Roçada, pintura de meio-fio, Pela limpeza de praias, outros serviços de limpeza urbana.   | COOTRAVIPA              | CONTRATO 01/2011                     |
| <b>ATERRO SANITÁRIO</b>                  | Recepção de resíduos em Aterro Sanitário  | SIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS | 20/2007                              |
| <b>COLETA DE LIXO PÚBLICO</b>            | Coleta manual ou mecânica de quaisquer resíduos em praças, vias públicas, áreas verdes, margens e estradas  | CONSTRURBAN             | 14/2007                              |
| <b>COLETA SELETIVA</b>                   | Coleta de resíduos sólidos recicláveis  | RN FREITAS              | 06/2009 e Contrato Emergencial 03/12 |
| <b>COLETA AUTOMATIZADA (CONTÊINERES)</b> | Coleta automatizada de resíduos sólidos urbanos, com a utilização de containeres  | CONE SUL                | 05/2011                              |
| <b>COLETA DOMICILIAR</b>                 | Coleta regular de resíduos sólidos domiciliares, porta a porta e transporte dos resíduos sólidos domésticos gerados em todos os imóveis residenciais e não residenciais | REVITA ENG.             | 04/12                                |

Fonte: Site da PMPA (DMLU) e contratos de serviços do DMLU com empresas contratadas.

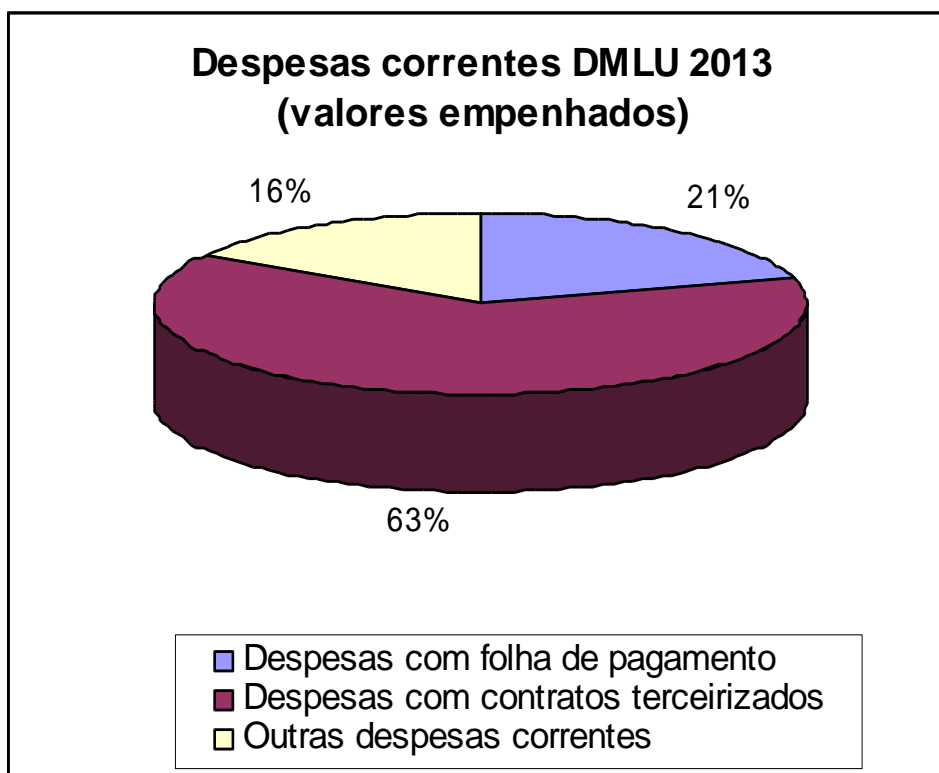
Elaboração do autor

Os dados disponíveis, sistematizados a partir dos serviços supracitados (Quadro 2) nos permitem ilustrar a abrangência das terceirizações no DMLU em comparação com os gastos em pessoal e o conjunto das despesas correntes do órgão. Ao realizar o levantamento dos valores gastos com empresas de terceirização referentes aos seis serviços identificados no Quadro 2, em 2003, obtêm-se o montante de R\$ 31.257.913,67. Já em 2013, utilizando os valores empenhados em tais gastos (que em geral se aproximam dos valores pagos), alcançam o valor de R\$

120.357.051,75 o que significa um crescimento de 53% acima da inflação acumulada (78%). Ou seja, R\$ 64.717.965,42 a mais do que o valor de R\$ 55.639.086,33 que seria o reajuste da inflação acumulada em 10 anos (2003-2013).

Obviamente isto significa um crescimento importante dos gastos com serviços terceirizados referentes aos serviços públicos de limpeza urbana, colocando em dúvida a afirmação da administração da PMPA. Em 2013 os gastos com serviços terceirizados referente aos seis serviços discriminados no Quadro 2, quer dizer, daqueles que outrora foram trabalho de servidores públicos municipais e dificilmente podem ser enquadrados como “atividades de apoio”, em valores empenhados (ainda não pagos até a finalização da presente pesquisa), significaram 63% das despesas correntes do DMLU, conforme ilustra o Gráfico abaixo:

**Gráfico 5**  
**Composição das despesas correntes DMLU-2013 (valores empenhados)**



Fontes: Portal Transparência e TCE-RS  
Elaboração do autor.

Em 2012, as despesas com contratos terceirizados significaram 50% das despesas correntes, o que evidencia o crescimento de 13% de tais gastos em

apenas um ano. Se fizermos ainda a evolução de tais gastos no período de 2008 a 2013 notaremos que a curva de crescimento é bastante significativa e indica, da mesma forma que as entrevistas realizadas, que o DMLU é o órgão mais afetado pelos processos de terceirização da PMPA. Vejamos detalhadamente:

**Quadro 3 – Evolução das despesas com serviços terceirizados DMLU – 2008-2013**

| RUBRICAS   | 2008                     | 2009                     | 2010                     |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| LIMPEZA URBANA   | R\$ 10.867.717,57        | R\$ 12.347.246,66        | R\$ 12.566.734,10        |
| CAPINA   | R\$ 4.742.782,44         | R\$ 5.126.494,44         | R\$ 5.300.926,21         |
| MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATERROS SANITÁRIOS         | R\$ 492.972,41           | R\$ 504.164,42           | R\$ 470.539,55           |
| SERVIÇO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS              | R\$ 7.869.036,64         | R\$ 9.551.258,69         | R\$ 12.293.147,16        |
| SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS                  | R\$ 22.288.559,43        | R\$ 24.680.104,48        | R\$ 27.009.944,86        |
| SERVIÇOS DE ATERRO SANITÁRIO                           | R\$ 7.305.993,50         | R\$ 10.014.227,01        | R\$ 11.249.986,16        |
| SERVIÇO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS |                          | R\$ 2.493.110,85         | R\$ 3.540.974,84         |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES*                     | R\$ 6.118.144,86         | R\$ 8.660.497,38         | R\$ 15.968.216,94        |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**              |                          |                          |                          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>R\$ 59.685.206,85</b> | <b>R\$ 73.377.103,93</b> | <b>R\$ 88.400.469,82</b> |

| RUBRICAS   | 2011                      | 2012                      | 2013                      |
|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| LIMPEZA URBANA   | R\$ 17.823.543,86         | R\$ 22.154.904,24         | R\$ 19.493.671,34         |
| CAPINA   | R\$ 7.849.914,81          | R\$ 4.568.049,66          | R\$ 8.233.198,09          |
| MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATERROS SANITÁRIOS         | R\$ 493.554,77            | R\$ 547.776,87            | R\$ 635.918,58            |
| SERVIÇO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS              | R\$ 13.743.847,80         | R\$ 16.311.906,75         | R\$ 15.490.466,96         |
| SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS                  | R\$ 29.039.626,12         | R\$ 35.941.746,61         | R\$ 33.327.083,02         |
| SERVIÇOS DE ATERRO SANITÁRIO                           | R\$ 13.128.121,11         | R\$ 15.515.192,39         | R\$ 15.435.563,78         |
| SERVIÇO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | R\$ 4.420.783,52          | R\$ 5.379.646,80          | R\$ 5.731.862,90          |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES*                     | R\$ 1.555.272,77          |                           |                           |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**              | R\$ 14.658.835,58         | R\$ 18.437.509,87         | R\$ 22.009.287,08         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>R\$ 102.713.500,34</b> | <b>R\$ 118.856.733,19</b> | <b>R\$ 120.357.051,75</b> |

\*As despesas de exercícios anteriores foram incorporadas ao cálculo quando compostas quase em sua totalidade por dívidas com as empresas contratadas para serviços terceirizados.

\*\*Inclui uma pequena parcela de outros serviços de atividades de apoio.

Fontes: Portal Transparência e TCE-RS. Elaboração do autor.

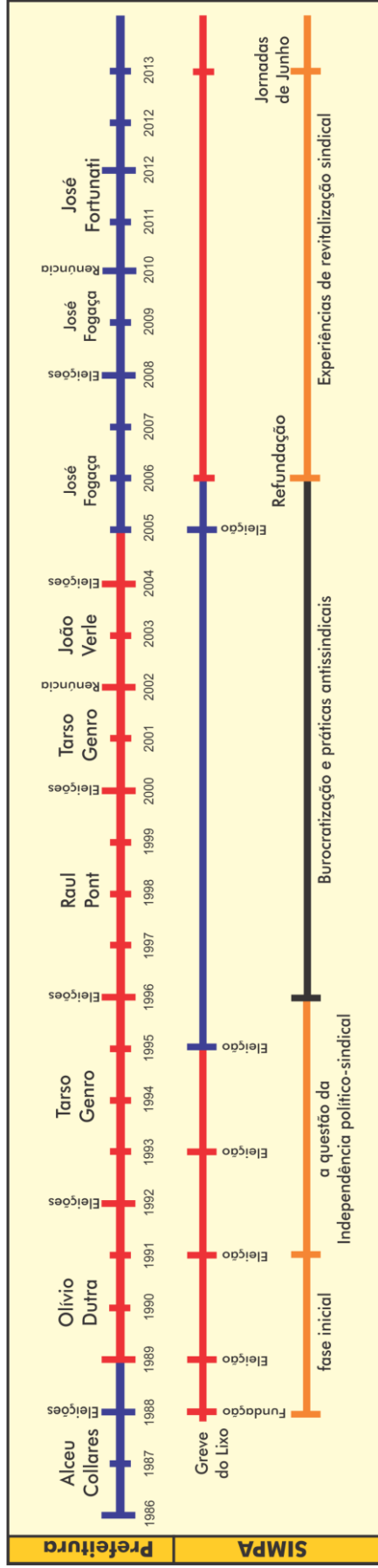
O Quadro 3 detalha as despesas com contratos terceirizados que praticamente dobraram no período de 2008 a 2013. Essa estratégia governamental teve e tem profundas implicações sobre a ação sindical como prova a movimentação que ficou conhecida como “greve do lixo” em outubro de 1988, greve que está na origem da fundação “do primeiro sindicato representativo de servidores públicos municipais do Brasil” que foi o SIMPA. Segundo o site do sindicato:

O Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) foi fundado em 14 de outubro de 1988, logo após a promulgação da Constituição Federal, sendo o primeiro sindicato representativo de servidores públicos municipais do Brasil. A principal finalidade do SIMPA é congrega os funcionários municipais na defesa dos seus interesses e reivindicar e desenvolver atividades na busca da melhoria das condições de vida e de trabalho de

seus representantes”  
(SIMPA, s.d. Disponível em: <[http://www.simpa.org.br/simpa\\_3.php](http://www.simpa.org.br/simpa_3.php)>).

Como veremos a seguir, a greve de outubro de 1988, foi fundamental para que os servidores públicos do município de Porto Alegre construíssem seu instrumento sindical para a defesa de seus direitos enquanto categoria organizada.

**Figura 2 - Linha do Tempo 1988-2013**





## 5.1 A “Greve do lixo” em 1988 e a fundação do SIMPA

O SIMPA nasceu de uma conjunção de fatores que combinava o ascenso da luta dos servidores públicos em geral com aspectos locais, envolvendo pautas que correspondem à dimensão econômico-regulatória da ação sindical e dimensões sociopolíticas. Conforme pesquisa que realizamos nos jornais da época<sup>9</sup>, é visível que o momento de nascimento do SIMPA foi marcado por inúmeras greves dos servidores públicos tanto da esfera municipal, quanto da estadual e federal, tanto em Porto Alegre, quanto em todo o estado do Rio Grande do Sul.



Figura 3 – Greves e reivindicações no RS – CP 15/10/1988

Jornal Correio do Povo (CP) de 15 de outubro de 1988, um dia após a fundação do SIMPA, mostra o panorama das Greves no Rio Grande do Sul.

Algumas destas greves foram concomitantes à “greve que fundou SIMPA”, para usar os termos de um dos entrevistados. Marcado pela promulgação da Constituição de 1988, pelo fim da ditadura empresarial-militar e pela obtenção de direitos políticos e sociais, 1988 foi um ano de fundação de sindicatos de servidores públicos, agora permitidos pela Carta Maior. O país passava por graves situações na economia, com hiperinflação e perdas salariais crescentes, particularmente no setor público. Era, também, um momento marcado pela disputa sobre os rumos do país.

<sup>9</sup> Foram consultados todos os jornais Correio do Povo e Zero Hora dos meses de setembro e outubro de 1988.

Este cenário favoreceu a “explosão das greves no setor público” (NOGUEIRA, 2005).

Dos oito entrevistados, dentre os quais sindicalistas, ex-sindicalistas e dirigentes do SIMPA e da Associação dos Municipários de Porto Alegre (AMPA), , quando perguntados sobre “qual foi o período mais fácil e o mais difícil para ser sindicalista em sua trajetória de atuação?” cinco responderam que os melhores momentos foram os anos de 1980, os outros três, não tendo envolvimento sindical naquele período. O mais antigo, entrou para o movimento em 1989 já na categoria dos municipais, passando a fazer parte do sindicato durante os anos 1990 e os outros dois, por serem mais jovens, participaram do SIMPA apenas após a “refundação” em 2006 que trataremos mais adiante.

Sob o ponto de vista da ação sindical, os entrevistados que citaram os anos de 1980 como “momento mais fácil para ser sindicalista”, se referiram àquele período da seguinte forma:

- Ana D'Angelo: *Ah! Na época da ditadura era mais fácil. Porque tu sabias quem era tua oposição, tu entendes? Uma porque o pessoal tava mobilizado, tava no final. Tinha muita perseguição... perda de horas, mas pelo menos tu sabias com quem estava brigando. Depois não. Com o Collares também era fácil, mas a partir do Olívio, tu não sabia quem era o teu... [pausa] adversário.*
- Elisabete Tomasi: *Eu acho que nos anos de 1980 foram os anos mais fáceis. Nos anos 90 as coisas já começaram a ficar mais difíceis, mas não tão difícil quanto elas estão atualmente. O movimento ainda tinha força, a gente conseguia fazer grandes mobilizações, conseguia assembleias com milhares de pessoas... É uma coisa que acontece de um modo geral, não é uma coisa específica de Porto Alegre, nem do Brasil. É uma coisa da América Latina, é uma coisa mundial esse decréscimo da força dos sindicatos.*
- Mário Fernando: *O mais fácil talvez tenha sido o período inicial do SIMPA, que ele vinha com uma*



Figura 4 – Greves no serviço público RS CP 16/10/1988

*boa história da AMPA, quando foi criado... E também tinha um movimento sindical mais forte, que estava saindo da ditadura, digamos não tão perto... para efeitos de Constituição em 88, foram criados os sindicatos de servidores públicos... Ali tinha um processo importante né? Um crescimento do movimento em geral que inclusive até culminou aqui em Porto Alegre com a vitória da esquerda(...). Embora o SIMPA mantenha a tradição de grandes movimentos, grandes atos e enfrentamentos que remonta desde o começo, hoje é mais difícil pela conjuntura. A gente conseguiu fazer os movimentos, nos últimos anos, mas o SIMPA quase que como uma ilha de movimento.*

- *Edson Zomar: Mais fácil e mais difícil... é um pouco difícil de resumir a isso. Acho que tem um contexto, tem um contexto histórico da década de 80 que é uma década de ascenso do movimento sindical e das esquerdas em geral, entende?. Em nível de conjuntura havia, digamos, essa facilidade na medida em que havia esse ascenso. Havia uma expectativa, uma credibilidade na transformação da sociedade. Havia toda uma juventude compondo a categoria, entrando mediante concurso e não mais entrando por indicação (...) e tudo isso contribuía em termos de se ter ânimo, de se ter ênfase, embora na época não se tivesse nenhuma superestrutura, nada. Era só vontade mesmo.*
- *Carmen Padilha: Eu acho que o período mais fácil foi a década de 80. Porque é uma época que caracteriza um ascenso muito grande das lutas, o final ali 1978-79, final da ditadura, a gente vê toda a reorganização do movimento, a partir daquela comissão pró-CUT, formação pró-PT. Naquela época eu era do CPERS né? Ah foi uma maravilha fazer movimento naquilo! Eu tava começando (...). Eu entrei no Estado em 78 e 79 foi a primeira greve. Era uma época que a organização de base fluía com muita força (...). Porque até 1978 o CPERS ela pelego, era uma ante-sala da Secretaria de Educação, com aqueles ventos novos do fim da ditadura, anistia, o pessoal voltando, ABC paulista... todo aquele clima que havia no país. Aquilo era um vento que poxa! Que eu me arrepio até hoje só de pensar.*

Nota-se a força daquele “processo importante”, do “contexto de ascenso”, de “novos ventos” para os atores que atuaram no período de explosão das greves e reorganização dos trabalhadores no Brasil, período de nascimento do “novo sindicalismo”.

Em Porto Alegre, greves fortes de bancários, trabalhadores do Grupo Hospitalar Conceição, previdenciários e professores do Estado somaram-se à “greve do lixo”, iniciada no dia 04 de outubro de 1988. A greve dos municipais daquele ano foi organizada pela Associação dos Municipários de Porto Alegre (AMPA), entidade que deu origem ao SIMPA. Celso Lima, trabalhador aposentado do DMAE e ex-membro da AMPA, nos traz um testemunho da atividade da associação ao final

dos anos de 1980. Em seu blog<sup>10</sup> Celso divulga momentos desta história.

Após dois anos de combativa e inovadora existência, promovendo um impactante “movimento tartaruga”, grandiosas assembleias no auditório do Colégio Rosário e estridentes atos públicos aos gritos de “Dib: sacana, devolve a nossa grana!” no Paço do governo do prefeito João Dib (o último dos moicanos nomeados pela ditadura), em outubro de 1985 foi legalmente fundada esta nossa entidade pré-sindical no auditório da Câmara de Vereadores, que ficava ainda no Edifício José Montauri (Prefeitura Velha).

Assim que foi reconhecida legítima e legalmente, por eleição direta, foi eleita a direção que teria a responsabilidade de fundar o futuro Sindicato dos Municipários de Porto Alegre. Novamente, de acordo com o relato de Celso Lima:

RELATÓRIO DA DIRETORIA PROVISÓRIA

1- HISTÓRICO DA CONSERVAÇÃO DA AMPA

| DATA     | EVENTOS   |
|----------|---|
| 17.04.84 | I Assembleia Geral chamada pelo "Movimento Integrado" (Comissão Representativa dos Funcionários e Entidades Representativas das Classes Municipais, com o apoio da FAPERGS). Deliberado pedido de 150% de reajuste e constituição uma "comissão representativa" com os membros da mesa e representantes de Secretarias. Ass. Legislativa. |
| 20.04.84 | Prefeito João Antonio Dib propõe reajuste escalonado de 70% a 75% (INPC do período 70%).  |
| 26.04.86 | Assembleia Geral delibera pelo "Movimento Tartaruga" e por um "Comando Unificado das Associações e Representantes por órgãos". Colégio Rosário.   |
| 03.05.84 | Assembleia Geral no Auditório Areájo Vianna com a presença do Prefeito João Antônio Dib. Deliberou passeata e continuação do "movimento tartaruga". Presença de mais de 5.000 funcionários.   |
| 07.05.84 | Concentração na Praça da Alfândega e passeata, com mais de 2.000 pessoas, até o Palácio do Governo do Estado e a Assembleia Legislativa para entregar documento.  |
| 08.05.84 | Audiência do Comando com o Governador Jair Soares para interceder junto ao Prefeito nomeado.  |
| 17.05.84 | Assembleia Geral. Aceito o reajuste de 70 a 75% com a promessa de recuperação acima do INPC nos reajustes futuros. Constituída uma "Comissão Coordenadora do Movimento" visando a construção de uma Associação de Municipários. Assembleia Legislativa.   |
|          | A "Coordenação dos Municipários" se constituiu em 4 comissões (Finanças, Estudos, Divulgação e Mobilização) passando a se reunir semanalmente, às 5as. feiras, aberta a participação de todos os municipais e iniciou a publicação dos boletins, cuja numeração se dá continuamente até a presente data.                                  |
| 27.09.84 | Assembleia Geral na Assembleia Legislativa. Aprovada a criação de uma Associação dos Municipários de Porto Alegre que tinha por objetivo "buscar a união de todos os funcionários, independente de seu cargo ou salário, e de   |

**Figura 5 – primeira página do “Relatório da Diretoria Provisória” da AMPA.**  
Arquivo: Celso Lima

Em setembro/1986, com a AMPA politicamente reconhecida e sua representatividade consolidada junto à categoria, estruturalmente organizada com sede alugada e com desconto em folha dos seus associados, foi promovida a eleição direta da nova diretoria que foi empossada com a missão de transformar a AMPA, assim que a legislação da ditadura em processo de abertura permitisse, no Sindicato dos Municipários – SIMPA. Consta que fomos a primeira categoria de funcionários públicos a constituir legalmente sindicato no país<sup>11</sup>, graças às atividades da AMPA que tinham nos deixado preparados, inclusive para a seqüência de greves de 21 dias (coincidência ou limite do fôlego?) do SIMPA (...) nos anos seguintes.

Analisando o “Relatório da diretoria provisória” apresentado por Celso Lima, presidente à época e elaborado para a passagem da diretoria provisória à primeira diretoria eleita da AMPA, podemos identificar um rico “histórico de construção” da entidade no qual se expressa a dinâmica

ascendente do movimento dos municipais a partir de 1984. Inicialmente, foi impulsionada pelo “Movimento Integrado”, uma “comissão representativa das

<sup>10</sup> Disponível em : < <http://celsol-diariodeumaposentando.blogspot.com.br/2013/05/trabalhadores-amparados-na-ampa.html> > Acesso em 20 de setembro de 2013.

<sup>11</sup> Esta é uma informação imprecisa, provinda de um “discurso que pegou” à época, pois, segundo verificado em nossa pesquisa de jornais de outubro de 1988, na verdade o SIMPA é o primeiro sindicato de servidores *municipais* legalizado no país. Tão marcante foi o desfecho da “greve do lixo” com a criação do sindicato que esta foi a versão que permaneceu para quem estava na época, segundo nossas entrevistas.

classes municipais”, que teve como primeira iniciativa uma assembleia geral, realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 17 de abril de 1984. Na Assembleia foi deliberado o pedido de reajuste de 150% e a comissão que negociaria com o então prefeito João Antônio Dib. Com os resultados (frustrados) das negociações voltaram a reunir-se em 26 de abril de 1984 deliberando um “Movimento Tartaruga”, ou seja, diminuição proposital do ritmo de trabalho, e a criação de um “Comando Unificado das Associações e Representantes por órgãos” do município.

No dia 03 de maio, de acordo com o relatório, reuniram-se mais de cinco mil funcionários no Auditório Araújo Vianna, dando início a uma escalada de manifestações, passeatas e audiências. Tal mobilização culminou, em 27 de setembro de 1984 na criação da AMPA com o objetivo de



**Figura 6 – Manifestação organizada pela AMPA**

Arquivo: Celso Lima



**Figura 7 – Manifesto aos Municipais, 27/04/1987**

Arquivo: Celso Lima

“buscar a união de todos os funcionários, independente de seu cargo ou salário, e de todas as associações de classe do município”. Assumi então a comissão transitória que ficou à frente da entidade até 1º de outubro de 1985, quando, em assembleia geral, a categoria elege uma “direção provisória” e aprova seu estatuto.

Após inúmeras iniciativas e mobilizações, em 14 de abril de 1986, é divulgada a “Carta de Abril” que afirmava a representatividade da AMPA, no encaminhamento de reivindicações junto à prefeitura. A carta anunciava que era preciso “evitar o divisionismo da classe, o que historicamente sempre foi incentivado pelas administrações municipais, estabelecendo-se (...) um compromisso em promover sua unificação através da AMPA como uma entidade pré-sindical” (*in*: Manifesto aos Municipais, 21 de abril de 1987).

A AMPA congregava as distintas associações dos municipais correspondente às diferentes secretarias e autarquias da prefeitura do município. Conforme nos informou Ana D'Angelo, à época professora do município, membro da AMPA e primeira presidente do SIMPA, “as representações eram via associações das secretarias. No município as associações eram muito fortes... a associação do DMAE, do DMLU... Para a AMPA poder se constituir, ela tinha que ter o apoio das associações. Elas foram como sócias jurídicas, alguma coisa assim”, (eram sócias institucionais, conforme verificamos no Estatuto). Segundo nos informou Elisabete Tomasi, trabalhadora da SMC e presidente do SIMPA na gestão 1991-93:

“era uma associação única, porque naquela época funcionário público não podia ter sindicato. A maneira que a categoria viu de se organizar foi através de uma associação que representasse os interesses da classe. Com a Constituição de 1988, a partir daí se permite que os funcionários públicos se organizem em sindicatos, nós estávamos no meio de um movimento, finalizando uma greve e numa assembleia chamada especificamente para este fim, a gente transformou a associação em sindicato. Isso é uma coisa que eu tenho orgulho de dizer... nosso sindicato foi realmente criado na luta, nós não decidimos criar o sindicato em um momento de calma, não! A gente estava no auge do movimento... Foi numa assembleia ali no [auditório] Araújo Vianna (...), tinha mais de 3 mil pessoas! foi uma coisa bem bonita mesmo.



**Figura 8 – Manifestação organizada pela AMPA**  
Arquivo: Celso Lima

Nos primeiros movimentos da AMPA, Ana D'Angelo comenta que conseguiam ter “muita representatividade”, mas “não tinha muito apoio do DMLU”, diz ela: “o que era terceirizado a gente não conseguia”.

A colaboração entre terceirizados e efetivos se expressou de forma intensa na greve realizada em 1988, nos últimos meses do governo Collares. Com a “greve do lixo” a cidade ficou extremamente suja, pressionando a administração a negociar. “Foi fundamental o apoio do pessoal do

DMLU, porque se via na cidade, a greve se via na rua”, relata Ana D'Angelo. De acordo com os jornais Correio do Povo

e Zero Hora, o então prefeito Alceu Collares propôs um reajuste de 35% e aplicou um reajuste diferenciado para os servidores da educação, DMAE e Hospital de Pronto Socorro (HPS) não respeitando a isonomia e tentando “quebrar a unidade do movimento”.

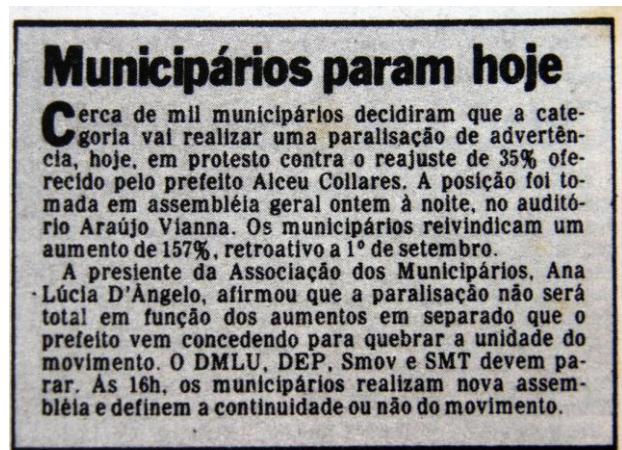


Figura 9  
Notícia do Jornal Correio do Povo do dia 04 de outubro de 1988 sobre o primeiro dia da “greve do lixo”.



Figura 10 – Notícia da assembleia que decidiu fazer a “greve do lixo”. ZH 03/10/1988

A categoria que reivindicava um reajuste de 157%, em assembleia geral no dia 03 de outubro de 1988 decidiu pela greve. Dia 04 iniciou a paralisação e no dia 05, nova assembleia manteve a greve, deflagrando a “Semana da Denúncia” com uma passeata pelo centro de Porto Alegre visando “revelar tudo o que está por trás” da administração de Collares (Correio do Povo, 06/10/1988). O comando anunciou 90% de adesão à greve. Permaneceram funcionando apenas os funcionários do DMAE e os professores (SMEC à época, hoje SMED). Intensificam-se então os piquetes nos locais de trabalho e, no dia 07 de outubro de 1988, já estampavam as páginas dos jornais manchetes como “Centro vira uma grande lixeira” (ZH, 07/10/2988) e “Greve dos municipais inunda centro de lixo” (CP, 07/10/1988).

A greve se tornou um problema político para a prefeitura, pois além do mais, tratava-se de período eleitoral. Após a cidade estar inundada com quase duas mil toneladas de lixo e considerada “a cidade mais suja do país” (ZH, 10/11/1988), o prefeito Alceu Collares declarou calamidade pública na cidade no dia 11 de outubro. Como podemos ver a seguir nas Figuras 11 e 12.



Figura 11 – Quase duas mil toneladas de lixo nas ruas da capital – ZH 10/10/1988



ZERO HORA - Terça-feira, 11 de maio - PÁGINA 3

## Pesquisa Ibope: os novos resultados do Interior

Abaixo, a resposta à pergunta: "Se as eleições fossem hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria?" Pesquisa completa na PÁGINA CENTRAL

| RELTAS  | CANAAS   | PASSO FUNDO   | ERECHIM   |
|---|--|---|---|
| <b>Candidatos</b><br>Adelfo Pentez Júnior 26<br>Milton Cordeiro 19<br>José Luis Mariano Leite 3<br>Nelly Andara Rodrigues 28<br>Amândeo Rodrigues 12<br>Não sabe 16<br>Não opinou 9 | <b>Candidatos</b><br>Hugo Lorenho 31<br>Ivo Lech 30<br>Francisco Deyul 11<br>Marco Maia 2<br>José Maria 2<br>Luis Barbina 1<br>Bruno Tejada 8<br>Não sabe 13<br>Não opinou 7 | <b>Candidatos</b><br>Gelo Gibaldi 1<br>Adson Dipp 24<br>Elton Nunes 2<br>Luciano Franco 2<br>Eli Tachetto 21<br>Ivadino Tasso 11<br>Bruno Tejada 7<br>Não sabe 20<br>Não opinou 9 | <b>Candidatos</b><br>Eli Zavello 20<br>Afênio Mota 12<br>Klélio Cerro 14<br>Naldo Pires 10<br>Bruno/Tejo 7<br>Não sabe 18<br>Não opinou 1 |

# COLLARES DECRETA HOJE A CALAMIDADE PÚBLICA

### Lixo se avoluma e magistério também adere à greve

Com o decreto, Prefeito pode considerar greve legal e pedir auxílio do Exército e Brigada. Simon colocou recursos do Estado à disposição. PÁGINAS 48 e 49

Danceteria foi interditada após o desabamento

#### Forro de danceteria desaba e fere sete

Teto de danceteria Open Mind ruib pouco antes de começar a atividade, fato que evitou uma tragédia maior. Os sete feridos foram liberados após atendimento no HUP. PÁGINA 37

Collares mostra o lixo acumulado, a razão da calamidade

## ZERO HORA

PORTO ALEGRE, 3ª FEIRA - 11.10.88  
ANO XXIV - N° 8434 - C25 150,00

### Brasil não cumpre metas e pode ficar sem recursos do FMI

Descumprimento das metas não foi comunicado pelo Brasil. Antes, liberação da parcela de novembro só sairá se pedido de perdão for aceito por autoridades internacionais. PÁGINA 28

GUIA DE NEGÓCIOS

NESTA EDIÇÃO CADERNO DE 8 PÁGINAS.

### Caixa Estadual começa a greve sob advertência

Simon apela para servidores não apoiarem o movimento, pois a consequência poderá ser o fechamento da instituição. PÁGINA 46

**Figura 12 - Calamidade Pública em Porto Alegre**  
ZH 11/10/1988

Ao longo da greve outros setores de várias secretarias do município aderiram à paralisação. De acordo com as notícias de CP e ZH no dia 11 de outubro os professores da SMEC aderiram ao movimento. Tão mais o movimento foi-se arrastando sem desfecho para mais próximo à eleição, mais a luta foi politizando-se. O prefeito acusou o movimento de estar desestabilizando a cidade para favorecer à candidatura da



Figura 13 - Charge publicada no jornal Correio do Povo de 10 de outubro de 1988.



Figura 14 – “Tarifa não sobe com greve”  
Correio do Povo, 10 de outubro de 1988

Fronte Popular encabeçada pelo PT, o que deliberadamente ou não, de fato aconteceu. No entanto, é interessante notar a partir das declarações públicas e notícias da época que quem situou a disputa no terreno político foi a imprensa e o próprio governo. julgando Ao identificar a greve e seus métodos com o PT buscavam prejudicar a candidatura de Olívio Dutra. A greve, no entanto, afetava realmente a população como um todo e, em particular, um setor empresarial que sentia os efeitos sobre os seus negócios privados, como foi o caso dos empresários do transporte público que não puderam aumentar a tarifa de ônibus em função da greve dos municipais. O processo representou para o prefeito e seu partido um significativo desgaste, parecendo aos olhos da população, uma administração inapta para lidar com tais conflitos.



**Figura 15 – Acordo DMLU**  
ZH de 14 de outubro de 1988

A “greve do lixo” durou 21 dias e suas repercussões ultrapassam a pauta pela qual foi convocada, pois a paralisação aconteceu em um momento-chave da conjuntura municipal. Ela estimulou o envolvimento de outras categorias no movimento paredista, e associou o prefeito Collares a métodos radicalizados de pressão.

Além disso, produziu um saldo organizativo para os municipais que fundaram seu sindicato no mesmo dia do fim da greve específica. No dia 14 de outubro após negociações rompidas, notas públicas, ações judiciais e conflitos entre o governo municipal e os municipais organizados, os trabalhadores do DMLU, após apoiarem a greve por 8 dias consecutivos, assinaram o acordo e prometia a cidade limpa em 72 horas. O restante dos municipais seguia em greve.

Um documento assinado por membros da diretoria eleita chamado “AMPA um passo à frente”, publicado em 20 de julho de 1988 já trazia um balanço acerca da representatividade da entidade e chamava à construção dos Conselhos Representativos dos locais de trabalho (mais tarde chamados de Conselhos de Representantes Sindicais, CORES) com vistas à construção do Sindicato dos Municipais, alegando que “a elaboração da estrutura deste sindicato não pode[ria] ficar restrita à diretoria, nem tampouco, a condução deste processo em construção” (*in*: AMPA um passo à frente, 20/07/1988). O documento encerra-se apontando claramente nesta direção:

A própria diretoria da próxima gestão, em última análise, terá um caráter provisório, na medida em que a própria AMPA deverá se extinguir com a criação do Sindicato, cumprindo assim a histórica função de entidade pré-sindical e, com a implantação dos Conselhos estaremos experienciando uma estrutura para transportarmos para o sindicato, já com aperfeiçoamentos oriundos da prática. (AMPA, Um passo à frente, 20/07/1988)

A intensidade da greve, a qual se somaram os professores estaduais a partir do dia 15 de outubro, força um acordo de colaboração entre o governo estadual de Pedro Simon (PMDB) e Alceu Collares (PDT) para tentar controlar a situação. Governador e prefeito se aliaram também no ataque ao PT e à Frente Popular, acusando-os de incentivar as greves e movimentos, no entanto, a Frente Popular venceu as eleições municipais, inaugurando uma experiência inteiramente nova que não tardaria em produzir novos conflitos e contradições.

O entrevistado, Mário Fernando, trabalhador do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), fundador do sindicato e membro da diretoria em 1991-93 e depois de 2006 a 2013, ao mencionar a importância “da greve que fundou o SIMPA”, aborda este aspecto do problema. Para Mário, o crescimento posterior das terceirizações foi um entrave ao ressurgimento de movimentos com aquele perfil. Um novo problema político e sindical:

Qual foi a grande visibilidade daquela greve? Foi por termos sujado a cidade, nós termos tomado conta da cidade, nós termos fechado as saídas de caminhões de lixo, nas quais a grande maioria era dirigida por servidores da prefeitura, e os garis eram servidores em sua maioria... logo em seguida começaram a terceirizar o DMLU e criaram as capatazias seccionais. Inclusive muitos comentam que a vitória de Olívio Dutra teve muita influência do sindicato dos municipais, claro que tem outros fatores, mas a nossa greve ajudou a virar a eleição. A partir dali, a primeira medida da administração popular, a vencedora, foi implementar a terceirização do DMLU [risos]. E nós nunca mais conseguimos parar o DMLU nas greves. Esse foi um primeiro problema, atrapalhou a movimentação sindical.

Na reconstituição da “greve do lixo”, três questões mais gerais nos chamam a atenção. Primeiramente, como eventuais conjunturas de lutas gerais incidem sobre a disponibilidade de associação e sindicalização. Quer dizer, como fatores externos ao sindicalismo *stricto sensu* alimentam as lutas sindicais, incluindo-se neste aspecto não somente o signo geral do ascenso como interpretação *a posteriori* dos atores envolvidos, mas a própria situação em que estão vivendo e projetando como sujeitos da luta e, logo, de seus resultados dos quais são parte.

Em segundo lugar, a imbricação das dimensões econômico-regulatória e sociopolítica da ação sindical que podem ser notadas no caso claramente. Os atores envolvidos, para além de estratégias e estruturas de oportunidade, constroem programas comuns e compartilham os ônus e os bônus de defendê-lo em momentos

históricos particulares, espécies de dobradiças históricas, que abrem uma cisão entre o estar e o devir. Somente com vistas à possibilidade concreta de um horizonte mais amplo de atuação, tornam-se os pequenos sacrifícios redutíveis ao engajamento, sendo-lhe parte constitutiva. Em nosso caso, a cidade suja foi o preço da conquista de mudanças pelas quais a cidade de Porto Alegre passou, desde o aspecto sindical até o político.

O movimento dos municipais foi um dos sujeitos ativos destas mudanças e, ao mesmo tempo, objeto de sua repercussão. Em primeiro lugar, foi afetado em sua dimensão política, pois o problema da independência político-sindical se colocou de imediato. Em segundo lugar, em sua dimensão econômica, pelo novo impulso às terceirizações, que servia à prefeitura como forma de evitar a repetição movimentos daquele tipo, diminuindo assim o poder de negociação do sindicato. Em terceiro lugar, em sua dimensão associativa ou de adesão, pois a partir dos processos de terceirização aumentavam as diferenciações e hierarquias internas tornando a unidade de ação e percepção coletivas da categoria mais difíceis.

Embora fossem poucos os terceirizados no município ainda naquele momento, em breve a curva de contratação se acentuaria como parte do processo mais geral de reforma do Estado brasileiro e ao qual o governo petista não soube, não quis ou não conseguiu enfrentar.

Até 1990, as terceirizações quantitativamente significavam pouco, atingindo apenas algumas secretarias da PMPA, no entanto, sob o aspecto qualitativo, o que citamos anteriormente na resposta de nosso entrevistado Mário Fernando é fundamental para compreender seu potencial de entrave à ação sindical. Na medida em que diferenciam, precarizam e fragmentam o trabalho dos servidores, as terceirizações dificultam a mobilização da categoria. Da mesma forma, o “modo de cooperação complexa” que as terceirizações instituem, produz novos desafios à ação sindical, exigindo que a mesma rompa com seu repertório tradicional e busque consolidar novos elos associativos. Desde a greve de sua fundação, o SIMPA encontra-se neste pêndulo entre as dificuldades e os desafios da ação sindical, em face das terceirizações na administração pública.

## 5.2 Impulso à terceirização: das cooperativas às empresas

A primeira experiência de terceirização em Porto Alegre se deu no Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e, em alguma medida, significou, além de uma considerável redução de custos orçamentários e uma forma de “mercadorização” do emprego público, também uma resposta ao movimento grevista dos municipais desencadeado em outubro de 1988.

O processo inicial de terceirização no DMLU está ligado à utilização das cooperativas nos contratos de prestação de serviços. Foi pensado inicialmente como instrumento de geração de renda para as populações mais pobres da cidade, pois a Cooperativa de Trabalho, Produção e Comercialização dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre (Cootravipa) tinha majoritariamente entre seus cooperados pessoas em situação social mais vulnerável. Segundo Piccinini (2013) a ideia da cooperativa surgiu, depois de uma manifestação diante da Assembleia Legislativa, onde mais de 3.000 desempregados das vilas de Porto Alegre reivindicavam trabalho. Segundo a autora, o “primeiro grande contrato”, entretanto, viria em 1986:

Em 5 de junho de 1984, a COOTRAVIPA iniciou com 23 sócios fundadores. O primeiro grande contrato aconteceu em 1986, quando venceram a concorrência para a prestação de serviços para o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) da Prefeitura de Porto Alegre. Com esse contrato, foram absorvidos, aproximadamente, 83 trabalhadores, possibilitando crescimento no número de associados e ampliação da presença da cooperativa no mercado. (PICCININI, 2013, p. 195)

Em 2013, a cooperativa contava com 2.744 sócios, sendo 59% trabalhavam na limpeza urbana, 11% em serviços gerais (DMAE), 8% em serviços gerais (DEP), 12% como cozinheiras e auxiliares, 4% na manutenção das redes de água e esgoto, 2% na limpeza de prédios e domicílios e 1% na produção de embalagens e vassouras.

De acordo com nosso entrevistado Almerindo Cunha, que é trabalhador do DMLU e membro da diretoria do SIMPA de 1991-93 e depois de 2006-13, a implantação dos contratos terceirizados com a Cootravipa foi fruto de um debate polêmico tendo, inclusive, o apoio inicial dos sindicalistas:

“eu estava entrando pro movimento, era o final do governo Collares. Havia uma polêmica até... do quanto isto poderia ser progressivo ou não. Que era a substituição de alguns trabalhadores por uma Cooperativa de trabalhadores das vilas de Porto Alegre. Bem no começo era uma ideia que a gente incentivou... uma cooperativa, auto-organização dos trabalhadores e, enfim, eles entraram para algumas funções pequenas, varrição de alguns locais, mas era um projeto piloto, pequeno... Ali começou o processo de terceirização, entre 1986 e 1987. Logo depois, no governo do PT (Frente Popular) em 1989, começa a ter a contratação das empresas, mas aí já não apenas na varrição do centro que era toda responsabilidade da COOTRAVIPA, mas recolhimento de resíduos, caminhão de lixo... uma coisinha aqui, outra coisinha lá e aumenta esse processo. Aumenta a tal ponto que o DMLU está praticamente todo terceirizado”.

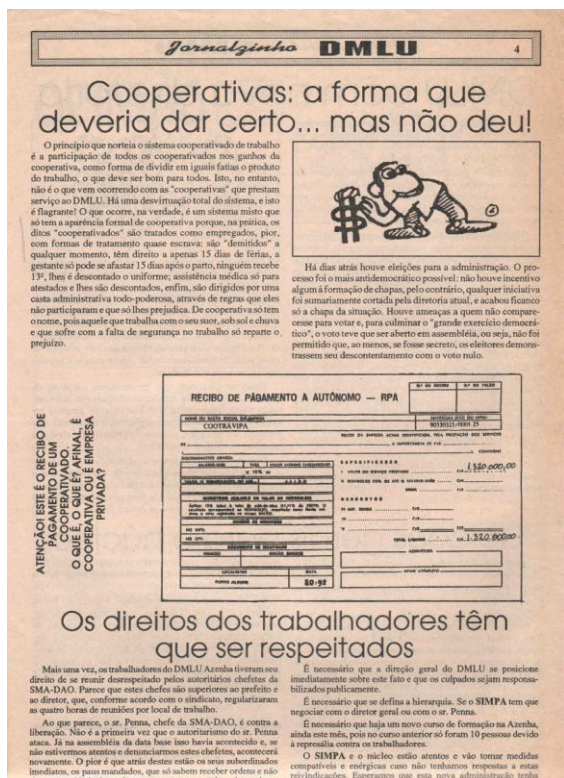
O depoimento de nosso entrevistado nos leva à discussão sobre a terceirização através de cooperativas e como a entrada das empresas no processo (em nosso caso) favorece à precarização do trabalho quando promove a conversão do cooperativismo solidário em utilização flexível do trabalho dos cooperados, por meio de suas regras de operação e concorrência.

Tanto no campo das Ciências Jurídicas quanto das Ciências Sociais há um debate importante entre inúmeros autores acerca de quais os limites e as especificidades da utilização das cooperativas nos processos de terceirização (PEREIRA, 1995; MARTINS, 1995; PERIUS, 1996; SOTTO MAIOR, 1996; AMARAL, 1997; PIMENTEL, 1997; VIANA, 1997; CARRION, 1999; PASTORE, 1999; LEVENHAGEN; MARTINS FILHO, 2002; SILVA, 2003; BORBA, 2004; SANTOS, 2005; entre outros).

Nas Ciências Sociais, questões referem-se à relação entre flexibilização do trabalho e cooperativismo, às fraudes nas cooperativas (“fraudopertivas”, “coopergatos” etc.), às experiências de trabalho autogestionário das cooperativas, economia solidária, entre outros. No Direito do Trabalho, o tema de debate refere-se principalmente à configuração de vínculo empregatício dos cooperados. Para ambas as abordagens, as relações estabelecidas entre contratante e cooperados necessitam de investigação prática e fiscalização jurídica, pois segundo Xavier (2003):

a mera obediência a requisitos formais não é suficiente para a consideração da ausência de vínculo empregatício entre cooperado e tomador de serviços. Há que se ter em conta os princípios protetivos do direito do trabalho, dentre os quais se destaca o princípio da **primazia da realidade**, segundo o qual, os **fatos prevalecem sobre a forma contratual**. Este princípio privilegia o conteúdo sobre a forma na

configuração do contrato de emprego. Desta maneira, não são os contratantes que determinam a existência ou não de um contrato de emprego, mas sim a o modo pelo qual os serviços são desenvolvidos. (XAVIER, 2003)



**Figura 16 – “Jornalzinho do DMLU” matéria sobre as cooperativas, janeiro de 1993**

equilíbrio e justiça entre os participantes” (OCB). Porém, se como sugere Xavier (2003) confrontamos nossa observação em campo e estes preceitos, grande incongruências podem ser notadas, como já alertava o artigo de Piccinini (2004) na Revista Sociologias.

O art. 442 da CLT determina que "qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela" dessa forma, do ponto de vista dos custos e da flexibilidade dos contratos, as cooperativas seriam mais ágeis, e deixariam mais distante a possibilidade de conflitos judiciais. No entanto, a conversão de um cooperativismo solidário em uma utilização flexível do trabalho dos cooperados, como nos parece ter havido em nosso caso, é uma das formas de terceirização mais perversas de burla da legislação trabalhista que dilapida os direitos dos trabalhadores cooperados.

No jornal dos trabalhadores do DMLU em janeiro de 1993 (Figura 16) já

A experiência do cooperativismo solidário, como previa o projeto inicial no DMLU, poderia ter significado uma forma de inclusão social e laboratório de autogestão do trabalho desde que e quando estivesse respeitando, na prática, certos princípios. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), os princípios do cooperativismo estão fundamentados “na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com



podemos ver sérias críticas às cooperativas contratadas pela autarquia. Além de criticar o processo decisório qualificado como “mais antidemocrático possível” no interior da cooperativa. Do ponto de vista das relações de trabalho o “jornalzinho do DMLU” (1993), constata:

Há uma desvirtuação total do sistema e isto é flagrante! O que ocorre, na verdade, é um sistema misto que só tem a aparência formal de cooperativa, porque na prática os ditos “cooperativados” são tratados como empregados, pior, com formas de tratamento quase escravas: são “demitidos” a qualquer momento, têm direito a apenas 15 dias de férias, a gestante só pode se afastar 15 dias após o parto, ninguém recebe 13º [salário], lhes é descontado o uniforme; assistência médica só para atestados e lhes são descontados (...). De cooperativa só tem o nome, porque quem trabalha com o seu suor, sob sol e chuva, e que sofre com a falta de segurança no trabalho, só reparte o prejuízo.

Muitos foram os momentos durante o campo em que surgiu o tema das cooperativas e podemos dizer que os problemas identificados em 1993 seguem e, em alguma medida, se aprofundaram. Do ponto de vista da segurança do trabalho, em 2012, a COOTRAVIPA através do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 3043/2012 do MPT teve de se comprometer a fornecer gratuitamente as ferramentas, os uniformes, água potável, luminosos para a noite, além da capacitação de seus trabalhadores sob pena de “multa equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a hipótese de descumprimento do presente ajuste, com relação a cada obrigação desatendida e R\$ 100,00 (cem reais) por trabalhador encontrado em situação irregular - em cada oportunidade em que verificado o descumprimento” (MPT, 2012). Claro fica que a relação estabelecida entre a direção e os cooperados é bastante desigual.

Do ponto de vista da ação sindical, torna-se muito difícil a organização dos trabalhadores “cooperados”, ainda que o SIMPA acolha muitas demandas. Segundo a entrevistada Carmen Padilha:

“uma das formas mais desumanas de exploração é a cooperativa não é? Eles vem pra cá, fazem a denúncia e a gente encaminha, porque a Prefeitura é responsável. Ela é corresponsável (juridicamente) pelos trabalhadores terceirizados. Então, a gente tem encaminhado algumas demandas deles. Embora não sejam sindicalizados, a gente nunca se negou a trabalhar com eles, porque entende que, bom, o sindicato tem que dar conta do conjunto dos trabalhadores. Esse é o problema hoje dos terceirizados, se ficares na visão micro, dos teus, daqueles que foram concursados, estatutários, tu tendes a ficar com um setor muito reduzido”.

Sair desta “visão micro” talvez seja um dos maiores desafios ao movimento sindical para a sua revitalização, por outro lado, sua aproximação com as cooperativas (assim como a aproximação para com as universidades e os cientistas sociais) pode ser uma das formas de ajudar a evitar fraudes e a conversão do cooperativismo solidário em uma deturpação que gera o desrespeito aos direitos dos trabalhadores. De acordo com Piccinini (2004):

Maior aproximação com as universidades e o movimento sindical auxiliaria, sobremaneira, em termos de formação profissional e capacitação para tocar com êxito e de forma correta o empreendimento, incluindo-se a realização de estágios supervisionados. A união com a classe sindical poderá tornar forte o movimento dos trabalhadores, impondo-se às decisões políticas e governamentais, assim como ocorre em países em que a democracia e o trabalhador andam de mãos dadas, em que este trabalhador tem voz e vez dentro da sociedade. (PICCININI, 2004 p. 102.)

Em função da dificuldade para reconstituir o crescimento das empresas terceirizadas e de seus contratos pois os dados não se encontram facilmente disponíveis, as referências para esse tópico serão apenas as entrevistas realizadas e o trabalho de Cruz (2001). Uma dificuldade suplementar para a análise do período 1989-1991 advém do fato do presidente do SIMPA à época não aceitar ser entrevistado. Ele esteve à frente da primeira gestão eleita por voto direto (pois Ana D'Angelo foi conduzida à presidência na assembleia de fundação) e foi presidente do SIMPA no início da Administração Popular. Ele se desassociou do sindicato e hoje atua apenas na Associação dos Técnico-científicos do município de Porto Alegre (ASTEC).

Conforme as poucas palavras que pudemos trocar por telefone, se mostrou bastante descontente e disse que o SIMPA se desvirtuou com “a entrada da política no sindicato”, particularmente se referindo ao fato de que “o PT entrou ali”, pois, segundo ele, “onde entra a política, se esquece o interesse do funcionário”, tema tratado no próximo subcapítulo, relacionado à independência político-sindical. Ainda assim, se posicionou acerca das terceirizações, às quais se refere como “enjambração que favorece a corrupção”.

Encontramos no trabalho de Eliane Cruz (2001) informações para a análise do período de 1989 a 1991 e a relação governo *versus* sindicato, sob o ponto de vista

da negociação salarial que é o centro de sua análise. O governo anterior terminou “enfrentando enorme pressão do Sindicato, com greves bem articuladas e de longa duração em setores fundamentais da Prefeitura” (CRUZ, 2001, p. 51), o que resultou em compromissos salariais com grande impacto na folha de pagamento. Nos últimos dias de seu governo (28 de dezembro de 1988), Alceu Collares implantou, com o apoio da Câmara de Vereadores, um Plano de Carreira, Cargos e Salários que dava um reajuste médio de 287%. Para se ter uma ideia das dificuldades herdadas pela Frente Popular, o reajuste comprometia 97,82% das receitas com pagamento de pessoal. De acordo com Cruz (2001):

Além do índice de reajuste, o Plano de Carreira aprovado no final do governo Collares garantia um reajuste bimestral automático dos salários, pelo índice de inflação da época. Como os índices inflacionários eram altíssimos, era muito difícil para o governo cumprir essa determinação legal. Isso gerou um foco de divergências entre o governo, principalmente entre a administração e a área financeira. Acabou prevalecendo a proposta feita pelo próprio prefeito, de cumprimento do acordo estabelecido no governo anterior. (CRUZ, 2001, p. 51)

Nos primeiros anos da nova administração, ocorreram paralisações e greves setoriais e gerais, mas a incerteza dos sindicalistas era com relação ao cumprimento por parte do governo do acordo feito por Collares. A preservação da autonomia do sindicato em relação ao governo passou a ser o principal problema a ser enfrentado pela ação sindical dos municipais. Configurava o elemento desestabilizador do primeiro ciclo de consolidação do SIMPA: a defesa dos interesses econômicos dos municipais enfrentando-se com um governo que se identificava ideologicamente.

Por um lado, a ofensiva de “remercadorização” do emprego público inaugurada com a Reforma Gerencial de 1995 e incrementada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, tornou a terceirização uma prática generalizada nos municípios do Brasil. Por outro, a “livre” concorrência entre cooperativas e empresas nos contratos favoreceu a deturpação dos objetivos do cooperativismo solidário passando a mecanismo de pressão dos salários para baixo.

A situação de fragmentação e esta pressão sobre o salário foi tal que os trabalhadores do setor operário (estável) da prefeitura, em sua maioria, somente passaram a ganhar o valor de um salário mínimo após abono conquistado em 2009. A presença das empresas incide também sobre o trabalho das merendeiras e na segurança das escolas municipais, além da higienização de hospitais e órgãos

públicos da PMPA. Na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) os terceirizados chegam a mais de 30% do total de servidores.

O processo de terceirizações através das empresas (e não mais somente através das cooperativas) seguiu crescendo até a segunda década dos anos 2000. Iniciou-se ainda de forma tímida na primeira gestão da Administração Popular (Olívio Dutra de 1989-92) e teve um segundo impulso a partir da segunda gestão (Tarso Genro de 1992-1996), na qual para além deste desafio se impôs de forma ainda mais intensa o problema da independência do SIMPA frente ao governo.

### 5.3 A questão da independência político-sindical (1991-95)



**Figura 17 – Primeiro Boletim da gestão “Pra Mudar” 1991-93.**

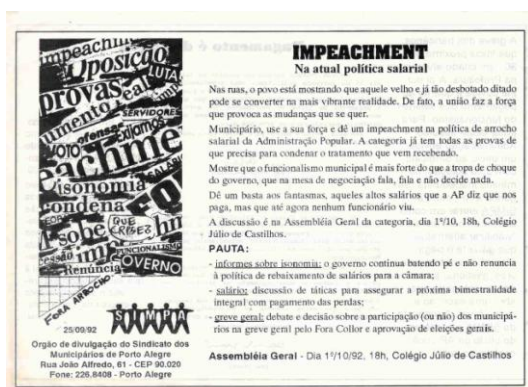
Arquivo: Elisabete Tomasi

A segunda direção eleita do SIMPA foi muito ativa. Teve, em meio a sua gestão, a emergência do movimento *Fora Collor* e já dispunha de certo tempo na relação com a Administração Popular. Neste momento, governo e sindicato já estavam “mais experientes” nas negociações e, no entanto, seguiam os enfrentamentos. Conforme a presidente do SIMPA do período de 1991-93 Elisabete Tomasi: “Para nós municipais tem uma coisa que é bem evidente, assim. A nossa mobilização antes da Administração Popular, administração do PT e depois. Foi na administração do PT que o movimento começou a se dividir”. Ela atribui tal divisão à cooptação de quadros do movimento sindical ao governo, com vistas a uma incorporação subordinada. Tais quadros utilizariam de seu *know how* sindicalista para enfrentar-se com o próprio sindicato. Segundo a entrevistada:

Até o final do governo Olívio era uma beleza ser sindicalista [risos], porque tinha uma grande característica de que ele respeitava o sindicato. Ele

jamais fazia um acordo com uma parte da categoria isoladamente. Sempre que os municipais tinham reivindicações, essas reivindicações tinham que ser encaminhadas via sindicato (...). O que eu notei, especificamente para Porto Alegre é que o nosso movimento começou a ficar mais difícil durante a administração do PT... Como essas pessoas também eram oriundas do movimento sindical, elas sabiam muito bem como o sindicato se comportava.

Evidentemente que há uma incidência da realidade geral do sindicalismo e da política econômica dos anos de 1990 sobre a atividade dos municipais, reconhecida por nossa entrevistada, no entanto, a particularidade da identificação ideológica entre governo, cumprindo um papel “patronal”, e o sindicato em sua ação reivindicativa, foi um problema muito significativo para a ação sindical daquele período. Endossando esta caracterização, completa Elisabete “eu era petista, eu deixei de ser petista quando fui presidente do sindicato”.



**Figura 18 – Panfleto associa Impeachment à política salarial e convoca assembleia para “debate e decisão da participação (ou não) dos municipais na greve geral pelo Fora Collor”.**

Arquivo: Elisabete Tomasi

Um dos momentos mais importantes desse período da participação dos municipais em lutas para além da dimensão econômico-regulatória ou corporativa foi a participação nas jornadas do movimento “Fora Collor” em 1992.

O SIMPA esteve nas jornadas, mas de acordo com Elisabete Tomasi, “sempre houve uma resistência muito grande na nossa categoria nessa unificação de movimentos. A gente sempre tentou participar de uma coisa

mais ampla, de greve geral... nunca pegou uma greve geral nos municipais. Sim, algumas pessoas faziam, mas enquanto categoria não.”

Com relação à filiação a centrais sindicais, a entrevistada informa que o SIMPA “nunca foi filiado a nenhuma central sindical, isso é uma característica da nossa categoria”. Mesmo quando o movimento teve seu ápice, a direção sindical não obteve acordo da base para a filiação à CUT. Isto também está relacionado à identificação entre a CUT e o PT, mas a trajetória do SIMPA confirma esta afirmação mesmo após o fim da Administração Popular. Até o ano de 2013, o sindicato nunca havia pertencido a centrais sindicais, como pudemos verificar.

**A AP deve à categoria uma reposição de 122,04%  
49,54% do bimestre julho/agosto mais as perdas de 48,48%**

Com estes números, esta administração vai chegando ao seu final sem conseguir recuperar as perdas que impôs aos municipais através da sua política de confisco de salários.

O vencimento básico do padrão 2, com o reajuste anunciado, fica em Cr\$ 533.760,10. Portanto, Cr\$ 11 mil acima do salário de fome do Collor. A famigerada tabela, já no seu segundo ano de existência, vem provando que não tende ao equilíbrio e sim a um processo de acúmulo de perdas.

O que o governo não admite na mesa de negociações o candidato da Frente Popular reconhece no debate: a Administração deve à categoria.

Mas o reconhecimento não faz compras no supermercado, não paga luz, água, moradia. Agora que o próprio candidato assume publicamente as perdas, exigimos que, concretamente se estabeleça um plano para pagá-las, incluindo-as para pagamento ainda neste bimestre.



**Figura 19 – Panfleto de balanço da primeira Administração Popular, 1992.**

Arquivo: Elisabete Tomasi

Ao final da primeira gestão da Administração Popular (AP) na prefeitura, o balanço que a direção do sindicato fez foi duro, publicado em panfleto. Afirmava que a AP “deve uma reposição de 122,04%, 49,54% do bimestre julho/agosto e mais as perdas de 48,48%” entre muitas exigências fazia uma denúncia forte que ganhava mais força em se tratando de período eleitoral para a PMPA, dizia que “com estes números esta administração vai chegando ao seu final sem

conseguir recuperar as perdas que impôs aos municipais através de sua política de confisco

de salários” e apontava que “o que o governo não admite na mesa de negociação o candidato da Frente Popular reconhece no debate [entre os candidatos à prefeitura de Porto Alegre em 1992]: a Administração deve à categoria. E conclui severamente “mas reconhecimento não faz compras no supermercado, não paga luz, água, moradia” exigindo com isso um plano concreto de pagamento das perdas.

Desde maio de 1991, havia sido criada uma Comissão Técnica para tratar de temas como eleições diretas para alguns órgãos, remanejamento de pessoal, indicação de cargos de confiança etc., buscando ir além da estrita relação salarial. Da comissão fazia parte, além do SIMPA, o DIEESE, a CUT, representantes do governo e representantes do Conselho do Orçamento Participativo. Segundo Cruz (2001): “Essa comissão durou até o governo Tarso Genro (...), o receio de se confundir com o governo levou o Sindicato a evitar o debate sobre esses temas, o que acabou levando à extinção da Comissão Técnica”.

Como nos informou Almerindo Cunha o processo de terceirização, “já estava avançando muito, longe do que é hoje, mas avançando”. Neste momento houve uma luta importante que envolveu os trabalhadores terceirizados do DMLU e o SIMPA em 1991. Conforme o entrevistado:

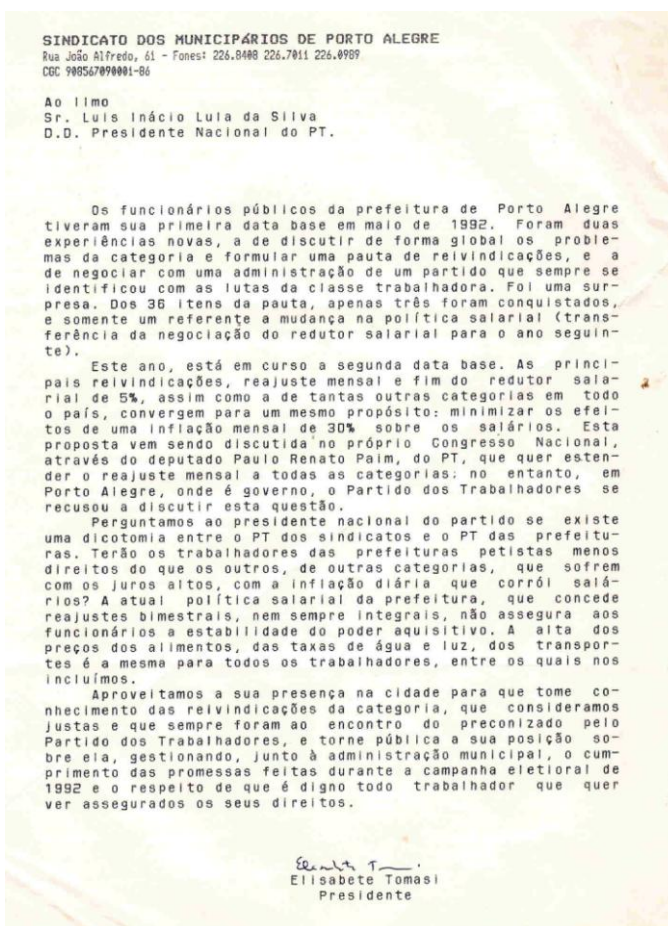
Tinham mil terceirizados no DMLU, exatamente mil. Nós começamos com uma campanha contra a terceirização, fomos à Câmara de Vereadores. Na época eu convidei o vereador Alvarenga, da Convergência Socialista, do PT. E através dele, a gente começou a fomentar esta discussão... Mas nós fomos pegos de surpresa, porque a Cootravipa organizou os trabalhadores

(e os próprios trabalhadores eram favoráveis à nossa bandeira, fazer concurso público...), mas em uma determinada audiência pública lá que eles botaram o pessoal cooperativado e o discurso era o seguinte, né? Eles querem tirar o emprego de vocês, eles querem isso e aquilo... E na hora (...) tivemos uma linha política de tirar a seguinte ideia: tem mil terceirizados na prefeitura? Nossa reivindicação é abrir concurso para mil! E foi nossa luta no DMLU, movimento e pá. Conseguimos aprovar! Abrimos Concurso para mil pessoas.

Almerindo informou que este movimento conseguiu diminuir as terceirizações naquele período e afirma que a grande maioria que entrou no DMLU, a partir deste concurso, foram os trabalhadores antes ligados à Cootravipa. Tal momento sugere que esta unidade entre estáveis e precários, pode ser um dos elementos-chave para combater a incidência negativa das terceirizações sobre a ação sindical.

No final da gestão 1991-93, o problema da independência político-sindical perpassava mais ainda a gestão do SIMPA, pressionada, por um lado pela base e seus interesses como categoria e por outro, pelo Partido dos Trabalhadores do qual faziam parte muitas das lideranças. Muitas tensões também se produziram no interior do PT, em torno da discussão da “autonomia sindical” como mencionaram os entrevistados. As dimensões regulatória e sociopolítica da ação sindical estavam, neste período, em franco conflito na atividade dos sindicalistas do SIMPA.

Ainda assim, as ações reivindicativas não diminuíram, mas aumentou a diferenciação entre os “petistas no sindicato” e os “petistas da prefeitura”, como fica evidente em carta entregue a Luiz Inácio Lula da Silva, na ocasião presidente nacional do PT (Figura 20). Conforme nos informou Almerindo, Lula teria vindo a



**Figura 20 – Carta do SIMPA a LULA, presidente do PT/1993**

Arquivo: Elisabete Tomasi

Porto Alegre, em 1993, para reuniões com empresários no Clube do Comércio. O SIMPA e cerca de 2 mil municipais foram “recepção-lo” se opondo às referidas reuniões e à negativa da Prefeitura em negociar na data-base de maio daquele ano, assim como o reajuste dos 30% referentes à inflação mensal, proposta feita no Congresso nacional pelo deputado federal à época Paulo Paim, do PT.



**Figura 21 – Panfleto denuncia a bancada do PT pelo voto contra o reajuste mensal**  
Arquivo: Elisabete Tomasi

Fica exposta a questão da independência político-sindical nas duas perguntas feitas na carta: “Perguntamos ao presidente nacional do partido se existe uma dicotomia entre o PT dos Sindicatos e o PT das Prefeituras. Terão os trabalhadores das prefeituras petistas menos direitos do que os outros de outras categorias que sofrem com os juros altos, com a inflação diária que corrói os salários?”

No período que correspondeu ao último ano da gestão “Pra Mudar”, 1993, uma grande campanha foi feita com relação ao “fim do redutor salarial de 5%”.

Assembleias, mobilizações e greves foram realizadas com

esta pauta. No entanto, a pauta foi derrotada.

O projeto que aplicava o redutor foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA), portanto, com o voto dos vereadores do PT. O SIMPA bateu forte nesta questão, com apedido no jornal ZH e produziu um panfleto que foi distribuído nos locais de trabalho e nas assembleias denunciando a bancada petista na CMPA. O governo municipal, por sua vez, foi para a disputa e elaborou um panfleto que distribuiu na Assembleia dos municipais, algo que passou a ser uma prática recorrente nos anos posteriores, como veremos na



**Figura 22 – Boletim do SIMPA de novembro de 1994**  
Arquivo: Elisabete Tomasi



gestão de 1994-96.

A diretoria que assumiu a direção do SIMPA em 1994 era composta essencialmente por militantes do PT, o que aumentava o problema aqui discutido. Observando alguns materiais do início da gestão “Construção Municipal” (nome que permaneceu como a organização dos petistas na categoria), nota-se uma abordagem distinta, praticamente sem denúncias, com peso nas exigências e dando um tom de “participação” da categoria como garantia das conquistas.

No entanto, como nos indica Cruz (2001) o governo também era muito cobrado pela sociedade, havia muita expectativa, em especial nos setores médios:

Se para os mais politizados, já era difícil lidar com as divergências que punham em lados opostos pessoas da mesma identidade política, bem como a confusa de papéis e conflitos de objetivos de várias instâncias de representatividade da sociedade, para o cidadão comum, a sensação era de confusão geral, agravada pelas conseqüências das greves no seu dia-a-dia. (CRUZ, 2001, p. 54)

A parte do arquivo danificada pelas práticas antissindicais gestão posterior



a instituição do concurso público como regra de seleção (ainda permanecem

**VITÓRIA DOS CELETISTAS**

Já chegou ao SIMPA o projeto do Executivo estendendo aos celetistas vantagens dos estatutários. Elas passam a vigorar assim que o projeto for votado na Câmara de Vereadores e sancionado pelo prefeito.

O QUE O PROJETO ASSEGURA:

- \* avanços trienais (a cada três anos de serviço, haverá 5% de acréscimo ao salário);
- \* adicionais de 15% aos 15 anos de serviço e de 25% aos 25 anos;
- \* licença prêmio;
- \* adicionais sobre o vencimento básico.

Consideramos o conteúdo do projeto um grande avanço para os colegas celetistas. Embora, neste momento, algumas questões não tenham sido contempladas, avaliamos que, com a elaboração do novo plano de carreira, novas conquistas serão possíveis.

**Figura 23 – Panfleto convida para plenária dos celetistas em 14 de outubro de 1994.**  
Arquivo: Elisabete Tomasi

**SIMPA**

segundo dados de junho de 2012, 736 trabalhadores nessa condição).

A vitória foi consolidada após a aprovação do Projeto na CMPA, em dezembro de 1994 conforme anunciava o “Simpalerta” jornal do sindicato.

O SIMPA, em 1994, foi parte da Comissão que acordou uma tabela de reajustes que tinha como base a relação entre investimento, custeio e folha salarial. Este acordo foi rompido pela AP em 1995 e foi um momento tenso na relação entre governo e sindicato. Segundo Edison Zomar, trabalhador do DMAE, presidente do SIMPA na gestão 1994-96:

Nós tivemos uma luta muito grande pela questão da isonomia que foi inclusive anterior à Constituinte de 88 e acabou até influenciando no que nós temos como plano de carreira que foi estabelecido em 1988 no qual havia um padrão de vencimentos entre o maior e o menor vencimento de cinco vezes cada teto era uma correlação. Isso começou a ser rompido pela já na Administração Popular, na segunda gestão, do prefeito Tarso Genro.



**Figura 25 – Panfleto PMPA , 1995**  
Arquivo: Elisabete Tomasi

O acordo de 1994 foi feito com vistas a não onerar de forma insustentável as receitas do município (a tabela garantia que os gastos com a folha de pagamento não ultrapassariam os 75%) e tinha sido encarado pela direção do sindicato como uma construção coletiva, na qual se coadunava os interesses da categoria e o projeto político da AP, garantindo a sustentabilidade financeira do município. A situação se modifica a partir da implantação do Plano Real nacionalmente e da tentativa da AP de correção destes valores por meio das Unidades Reais de Valor (URVs) obedecendo a determinação legal que obrigava a limitar os gastos com a folha em 65%,

no rol da reforma do Estado brasileiro a que nos referimos no capítulo anterior. Além disso, Edison agrega outros elementos da realidade local:

Nós tínhamos em 94, acordado uma política salarial em cima de um conceito: investimento, custeio e folha salarial, ligado a vários mecanismos de arrecadação, índices de inflação... Foi um trabalho feito durante muitos meses, inclusive com o acompanhamento do DIEESE, foi construído. E quando essa tabela apontava para beneficiar o conjunto da categoria, houve um recuo e havia uma pressão, hoje dá pra dizer, eu ousa dizer, [uma pressão] não só dos técnico-científicos, mas também dos CCs em ascensão

social né? Passaram a adquirir bens, carros, ter outro padrão de vida... Queriam ganhar mais e tal.

A situação ficou bastante tensa a partir da ruptura do acordo e, de sua parte, o governo municipal passou a uma ofensiva querendo dialogar diretamente com a categoria sem a intermediação do SIMPA, editaram um panfleto que foi distribuído na assembleia geral dos municipais e um tom ultimativista, como se pode ver na Figura 24, o panfleto encerra com o seguinte aviso: “o governo não fará outra proposta”. Evidentemente que isto teve repercussão no conjunto da categoria. É Edison Zomar, mais uma vez, quem nos informa:

Foi rompida a política salarial. O próprio prefeito que um ano anterior até festejava como sendo em nível nacional o maior acordo salarial que o PT tinha feito, entrou com uma Ação de Inconstitucionalidade, uma ADIN, contra a própria assinatura [risos]. E, a partir daí, houve um processo que contribuiu também para desmoralizar a própria esquerda... a maior parte do pessoal tinha referência cutista, petista com as suas mais variadas correntes, enfim. Isso levou a um baque muito grande né? Nós não aceitamos defender o rompimento de um acordo que em nosso entendimento era uma vitória... Tinha sido construído, seria uma traição. Fizemos o enfrentamento, defensivo, sabendo das dificuldades do contexto.

Este “enfrentamento defensivo” frente às dificuldades, foi utilizado como argumento da oposição à direção do SIMPA, que passou a um discurso anti-esquerda, anti-PT, em torno de estigmas como “xiitas”, como veremos a seguir, que à época traziam a ideia de radicalismo político.

A fórmula política foi simples, pois estando de um lado e do outro do conflito, ou seja, no governo e no sindicato, os petistas tinham que responder por um aparelhamento que, em grande medida sequer existia, pelo menos não na intensidade que era denunciado pela oposição. Logo, defender a independência político-sindical seria, na fórmula da oposição, “despartidarizar” o sindicato. Segundo Edison, a própria prefeitura se beneficiou de tal situação:

Isso influenciou a divisão da esquerda, o crescimento da direita, sob a acusação de que nós faríamos... entende... um conchavo ou corpo mole, quando na verdade éramos os mais combativos que havia, mas dentro da compreensão mais atrasada isso vicejou. E isso serviu também no meu entendimento pra própria gestão, porque foram 10 anos de “remanso” sem disputa política, sem organização dos trabalhadores, sem avanços (...) e toda uma pauta que estava sendo construída foi interrompida e houve um vácuo (...) uma despolitização muito grande.

Outro entrevistado, Mário Fernando, atribui à fragmentação por interesses corporativos e à divisão no terreno político a derrota e, portanto, a entrada de setores que depois se mostraram profundamente antidemocráticos, com visões conservadoras da atividade sindical e que em sua evolução burocratizaram a entidade e transitaram para práticas criminais e antissindicais:

A questão das gratificações dos procuradores se deu ainda no governo Collares e entrou governo Olívio, e isto foi um balizador das categorias lutarem por gratificação. Como não podia ser diferente a Fazenda foi a primeira a ser contemplada, Fazenda e SMA. E aí sim, se foi com essa discussão dos técnico-científicos, que na época a ASTEC foi criada para isso e, com isto, se fez uma ruptura muito grande. Técnico-científicos fizeram sua organização própria e o restante da categoria seguiu pelo SIMPA. E aliado ao fato também do “racha” das esquerdas, saíram três chapas e o [César] Pureza conseguiu (...) ganhar a eleição e foi esse estrago total.

A divisão das forças de esquerda, a fragmentação da categoria a partir das terceirizações, a crescente quebra da isonomia e o problema da independência político-sindical favoreceram ao discurso da oposição ao SIMPA, antipartidário e antiesquerda, redundando em um longo período de 10 anos de burocratização, crimes e práticas antissindicais, como veremos.

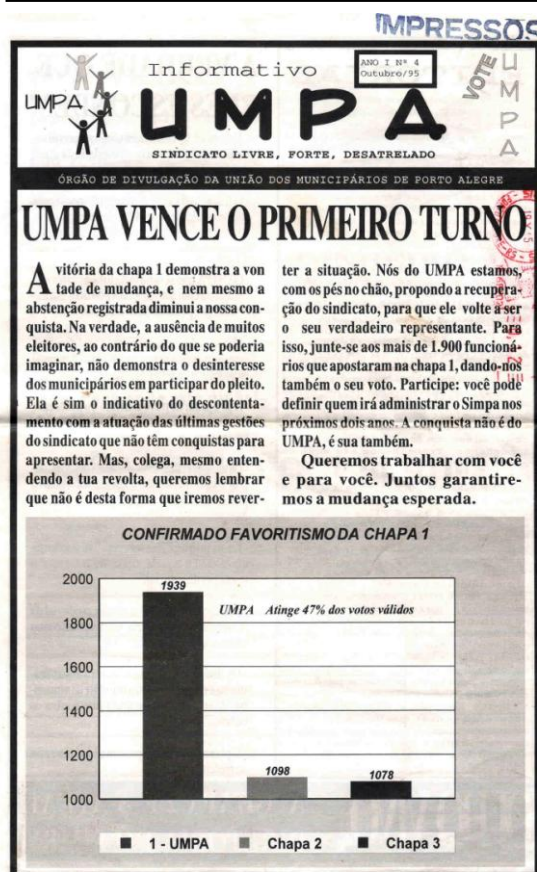
#### **5.4 Burocratização e práticas antissindicais (1996-2006)**

Para os propósitos deste trabalho, não faremos uma análise aprofundada deste período porque é marcado por práticas que contradizem o pressuposto de resgate que contribua a uma estratégia de revitalização sindical, a partir de um viés no qual estejam no centro das preocupações as relações democráticas entre base e direção sindical, assim como a construção do movimento a partir da defesa dos direitos dos trabalhadores com vistas a uma nova prática societal. Todo o contrário do que foi feito durante tal gestão.

Retratemos o cenário no qual se desenvolveram tais práticas, assim como identificaremos os conflitos provenientes de tal cenário. Apenas apontaremos as bases para o que posteriormente se apresentaria como dificuldade ou entrave endógeno à ação sindical do SIMPA, a partir da evolução de um processo de burocratização para práticas eminentemente antissindicais.



**Figura 26 - Panfleto da Oposição acusa militantes do PT de “Xiitas”, 1995**  
Arquivo: Elisabete Tomasi



**Figura 27 – Panfleto da UMPA anuncia que a chapa tinha vencido o primeiro turno das eleições para o SIMPA, outubro de 1995.**  
Arquivo: Elisabete Tomasi

Antes mesmo de vencer as eleições a oposição encabeçada por Cesar Pureza, professor do município, formou um grupo chamado União dos Municipários de Porto Alegre (UMPA) e já vinha enfrentando a direção da “Construção Municipal”, particularmente, após a ruptura do acordo salarial em 1995 (como podemos ver na Figura 26).

Apresentava-se nas eleições de outubro de 1995 com o bordão “sindicato livre, forte, desatrelado” e afirmava, frente à diminuição do comparecimento dos municipais às urnas, que este seria “o indicativo do descontentamento com a atuação das últimas gestões do sindicato que não têm conquistas para apresentar”.

Quando venceu as eleições a UMPA era um grupo com posições inclinadas à direita, mas sem vinculações partidárias ou orgânicas mais sólidas, apoiando-se no discurso antipetista e na indignação da categoria que, a partir das dificuldades nas negociações com o governo, passou a reproduzir uma identidade corporativa e desfigurada desde o ponto de vista da dimensão sociopolítica do SIMPA, inclinando-se

pragmaticamente à plataforma do “sindicalismo de resultados”.

Frente ao conflito entre as dimensões regulatória e sociopolítica da ação sindical, como nos referimos anteriormente, aparecia para o conjunto da categoria como mais efetiva para as negociações salariais, uma direção sindical que estivesse

desvinculada de qualquer uma das forças que compunham a AP, o que em seguida viria a mostrar-se com um equívoco, mesmo sob a óptica estritamente regulatória ou corporativa.

Após a vitória da UMPA nas eleições do SIMPA os conflitos entre os grupos ligados à antiga direção (com muito peso na Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre, ATEMPA, a partir da qual se organizava a “oposição municipal”) foram muito intensos e a inatividade do sindicato, cuja direção priorizava a judicialização das demandas, abriram novamente espaço para a crítica cutista, o que levou Cesar Pureza a buscar aliados no campo de oposição à CUT, personificado na Força Sindical e suas lideranças.

No ano de 1997, a direção do SIMPA convocou uma assembleia à revelia do Conselho de Representantes Sindicais (CORES) em 07 de fevereiro, às vésperas do Carnaval.

Segundo relatos que obtivemos de campo os autos do processo 001/1090077374-3, a assembleia teria sido fraudada utilizando uma lista de presença alterada, referente a um abaixo-assinado em solidariedade a um trabalhador vítima de assédio moral em função de doença grave.

A assembleia fez modificações estatutárias importantes. Conforme a ata da assembleia (Figura 28), o mandato sindical passaria de dois para três anos; fixava-se em 1,5% o desconto sobre o vencimento do servidor sindicalizado e concentrava-se mais poder na pessoa do presidente.

A concentração de poder na pessoa do presidente se deu por meio da

ATA N.º 03/97

Às 7 dias do mês de fevereiro, do ano de 1997 (quinta-feira, dia 07 de fevereiro e sete) nas dependências da sede do Sindicato do Município de Porto Alegre, reuniram-se os membros do Conselho de Representantes Sindicais (CORES) em Assembleia Geral Extraordinária, com primeira chamada às 18:00 h e em segunda chamada às 19:00 h, atendendo ao Edital de Convocação publicado na edição do Jornal do Comércio do dia 06 de fevereiro de 1997, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Aprovação do Estatuto do SIMPA para fim de registro legal; B) Alterações Estatutárias. Deu início aos trabalhos o Sr. Presidente Cesar Pureza, compondo a mesa e propondo em seguida a dinâmica dos trabalhos, quando foi lida, votada e aprovada na íntegra a ATA N.º 02/97, da Assembleia anterior. Em seguida foram abertas as inscrições para aqueles que quisessem se manifestar. O Sr. Contador (apresentado - novo), pediu esclarecimentos por parte da mesa sobre as questões da pauta que seriam votadas, especialmente aquelas que diziam respeito às alterações estatutárias. Em atenção a sua pergunta, que veio de encontro aos anseios da maioria ali presente, pronunciou-se a D. Dona Ribeiro, fazendo seguinte relato: Disse que o atual Estatuto que rege o nosso Sindicato, por falta administrativa dos diretores anteriores não havia sido, até a presente data, registrado no Cartório de Registros Especiais, o que significa que a representatividade jurídica da nossa entidade insustenta legalmente perante o Tribunal Regional do Trabalho e especialmente não era parte legítima para representar a categoria na justiça em defesa dos direitos funcionais de interesse da nossa categoria. Bem orientado sobre essa questão, constituiu a D. Dona Ribeiro informando o pênalis sobre o próximo item da pauta cujo teor versava sobre as alterações estatutárias que se faziam necessárias no sentido de adequar o nosso Estatuto com uma estrutura Executivo-Administrativa cuja composição fosse

**Figura 28 – primeira página da Ata da Assembleia de 07 de fevereiro de 1997**  
Arquivo: Elisabete Tomasi

extinção do Conselho de Representantes Sindicais (CORES), o que diminuiria a interação do SIMPA com os locais de trabalho, e impediria a fiscalização da Diretoria, visto que o CORES é o órgão investido deste poder. Na mesma assembleia aprovou-se a filiação do SIMPA à Federação dos Servidores Municipais do Rio Grande do Sul. Tal filiação significou a aproximação da direção do SIMPA da Força Sindical (em particular de seu presidente), visto que a Federação era dirigida pela FS à época.

Desta maneira, não só do ponto de vista das posições político-sindicais a direção do SIMPA dava um passo significativo, mas também com relação aos métodos e os meios para estar à frente da entidade. Os conflitos com a Oposição Municipária, a partir de tal fato, tornaram-se mais intensos. Conforme notícia do jornal Zero Hora de 25 de abril de 1997 (Figura 29), organizou-se um abaixo-assinado com mil e duzentas assinaturas, endereçado à direção do SIMPA rejeitando as decisões da assembleia qualificada como “assembleia fantasma”.

6 — SEXTA-FEIRA, 25 de abril de 1997

GERAL

## Municipários criticam seu sindicato

**Aumento de 200% na mensalidade e mudança no estatuto na véspera do Carnaval são contestados**

O aumento de 200% na mensalidade, o prolongamento da gestão da atual diretoria e outras deliberações do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre foram criticadas na manhã ontem em uma manifestação pública. Um grupo de funcionários entregou no Simpa documento com cerca de 1.200 assinaturas contestando a legitimidade das mudanças no estatuto do sindicato, aprovadas na assembléia de 7 de fevereiro. “Foi uma assembleia fantasma”, acusou um dos manifestantes ao microfone do carro de som.

A advogada Clélia Arisio Juckowsky denunciou que muitas assinaturas na lista de chamada da reunião foram falsificadas. “Diversas pessoas me perguntaram o que fazer para provar a mentira”, destacou Clélia. De posse da ata da assembleia, a advogada vai registrar na Polícia o crime de falsidade ideológica em nome daqueles que já a procuraram. A direção da entidade, acusou a ad-

vogada, falsificou a lista de presença porque precisava de quórum mínimo de 180 associados para votar as alterações no estatuto. “Como o sindicato conseguiu em plena sexta-feira de Carnaval reunir 5 vezes o número médio de presentes nas assembleias?”, indagou Clélia. “É só perguntar para qualquer sindicalista: reunião em sexta-feira, em pleno verão e véspera de Carnaval, é contraproducente”.

*J. C. RANGEL*



Municipários entregaram abaixo-assinado para o Simpa

“Faz parte do jogo deles”, ironizou o presidente do Simpa, César Pureza, referindo-se à denúncia e garantindo que todas as mudanças foram aprovadas legalmente. Pureza afirmou que tem sofrido oposição porque “não barganha com a administração petista, que explora o município através da hora extra” e assegurou que não será descontada a contribuição sindical. O manifestante e funcionário do gabinete de governo Carlos Alberto Luz garantiu que o sindicato cobrará de forma compulsória o imposto sindical, pois se filiou à Federação dos Servidores Públicos Estado, ligada à Confederação Nacional dos Servidores Públicos.

Figura 29 – Notícia de ZH em 25/04/1997. “Municipários criticam seu sindicato”

A iniciativa da oposição iniciou um processo de discussão pública através de notícias e apedidos nos jornais de Porto Alegre acerca da legitimidade ou não da assembleia realizada e das decisões tomadas. O presidente Cesar Pureza respondeu às críticas dizendo tratar-se de uma disputa partidária e convocou uma assembleia no dia 29 de abril de 1997, na qual o conflito se instalou de forma irrevogável (ver Figura 30).

Cesar Pureza então passou a publicar apedidos nos jornais de Porto Alegre em tom acusatório, alegando que juntamente com a ATEMPA, a Oposição Municipalidade “agremiação político-partidária” teria inviabilizado a assembleia de discussão da proposta salarial através de “atos de desmandamento, baderna, provocações ofensivas e difamatórias; de inconfessáveis interesses político-partidários de grupos comprometidos com a Administração Popular”.

A este conflito inicial seguiram-se muitos outros posteriormente que tiveram a adição de práticas de violência por parte de pessoas vinculadas a outros sindicatos da Força Sindical, conforme relataram os entrevistados.

Ao longo do tempo, foram suprimidas as eleições democráticas, judicializaram-se as demandas, abandonaram-se as práticas de mobilização e burocratizou-se a relação entre direção e base. Em 2001, durante as eleições a situação chegou a tal ponto que Cesar Pureza e seu grupo cometeram uma tentativa de homicídio contra André Ângelo Behle, trabalhador da saúde e candidato a presidente pela oposição naquela eleição, segundo o Ministério Público do RS (MP-RS):



Figura 30 – Notícia do CP em 30/04/1997. "Municipários não se entendem"



O fato ocorreu na madrugada de 4 de dezembro de 2001, quando o sindicalista André Ângelo Behle, ao sair para o trabalho e caminhava pela Rua da República, foi atingido por três disparos. Após investigação policial, cinco pessoas foram indiciadas e, depois, denunciadas por tentativa de homicídio duplamente qualificado, formação de quadrilha ou bando armado pelo Ministério Público. Quatro foram levadas à júri popular em março deste ano e uma impronunciada. César José Pedroso Pureza e os irmãos Carlos e Luciano Siqueira Vianna, foram condenados. (...) Ao recorrerem, tiveram as sentenças confirmadas pelo Tribunal de Justiça.

<http://www.mprs.mp.br/imprensa/noticias/id1914.htm>

Segundo o MP-RS, ainda, o crime teria sido motivado “pelo fato de César e Carlos quererem manter o status que possuíam no Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, uma vez que César era presidente há várias gestões e, Carlos era seu braço direito” (MP-RS, 2004). André Bhele havia impetrado quatro ações judiciais contra Pureza, produto de outras práticas ilícitas do grupo a frente do SIMPA. Pureza foi preso em dezembro de 2002 em seu sítio. Com ele foram encontradas armas (inclusive a usada no crime), silenciadores, processos furtados da Justiça, urnas eleitorais, cédulas.

Uma outra questão ainda pode ser analisada com relação às concepções que norteiam e diferenciam a ação sindical. Elisabete Tomasi, que foi responsável, juntamente com os três presidentes eleitos anteriores a Pureza, pela ação judicial que conseguiu afastar o grupo da direção do sindicato comenta:

Especificamente para os municípios, este período Pureza foi devastador. O sindicato foi destruído nesse meio tempo. Uma das coisas que a gente tinha assim... a gente nunca tinha colocado serviço dentário, atendimento médico pra município... atendimento jurídico sim, para as questões do trabalho. E era uma coisa que a gente achava que não era o sindicato o local para isso. Se não, tu começa a agregar não pessoas que estão querendo participar ativamente do movimento, mas uma pessoa que quer uma consulta com um dentista, então ela se associa no SIMPA. A gente não queria isso, isso foi período Pureza. E agora tirar isso é muito complicado. Além das dívidas é uma das heranças desse período.

A entrevistada traz uma questão que vai além das práticas antissindicais como fraudes, violência, supressão das relações democráticas etc. Discute a concepção de sindicalismo que embasa as atividades identificadas com o “sindicalismo de resultados” proposto pela FS. Ou seja, o sindicato como provedor de serviços que agrega valor à força de trabalho através de mecanismos de substituição daquilo que poderíamos chamar de salário indireto, relativo a serviços assistenciais e/ou de saúde, coerente com a proposta de Estado mínimo neoliberal.

O sindicato, nessa concepção, deveria prover tais serviços em detrimento da exigência mobilizada de que o Estado ou as empresas arquem com esta parte do custo de reprodução da força de trabalho.

À medida que tais práticas assistenciais se impõem, combinadas a um momento de fragilidade sindical, que marcou os anos 1990 e início dos 2000, forçam inclusive os setores que não compartilham de tal concepção a adotarem tais práticas. Podemos notar este fenômeno tanto na trajetória da CUT pós-1990, que emaranhada na concorrência de representação sindical com a FS, passou a adotar elementos da proposta de “sindicalismo de resultados”, assim como também no caso do SIMPA, no qual se mantiveram alguns destes “serviços” mesmo após a saída de César Pureza da direção do sindicato. Tal aspecto nos remete à dimensão institucional da revitalização sindical.

As práticas “assistenciais” em nosso caso passaram a ser combinadas com novas relações entre direção sindical e base da categoria, através de iniciativas de revitalização das práticas de mobilização e independência do sindicato com relação aos mecanismos de cooptação estatal. Este é o caso do imposto sindical, que a diretoria, a partir de 2006, passou a devolver à categoria, por coerência com sua posição contrária ao desconto compulsório. É possível identificar algumas permanências institucionais, dadas as fragilidades pela qual passa o movimento sindical e do imperativo de incorporação destas demandas no repertório de estratégias do sindicato para manter certa proximidade à base mais distante do movimento, com vistas à filiação sindical.

Por outro lado, ainda com referência ao “período Pureza”, fica evidente que identificação com a FS não é diretamente um engajamento de tipo ideológico ao neoliberalismo, como indica Boito Jr. (1996):

A despeito de seu programa escrito, que é coerentemente neoliberal, a grande maioria dos dirigentes de sindicatos filiados à Força Sindical não tem compromisso doutrinário conseqüente com o neoliberalismo. O que os unifica ideologicamente é um conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade na ação sindical e a atitude defensiva frente à militância cutista que ameaça sua condição de diretores de sindicatos oficiais. (BOITO Jr. 1996, p. 3)

Também em nosso caso a identidade sindical se constituiu muito mais em oposição às idéias e à prática da esquerda no movimento sindical, do que como

afirmação de um projeto político-sindical vinculado ao neoliberalismo, assim como as práticas antissindicais posteriores relacionam-se mais à defesa de interesses próprios, produto da burocratização, do que a um projeto político pensado. O problema da independência político-sindical, que perpassa a trajetória de nosso objeto empírico, foi marcante para a emergência de um setor que, respondendo de forma despolitizante ao tema, rumou a práticas burocráticas e antissindicais. De acordo com o primeiro boletim da gestão que assumiu após a saída de César Pureza do sindicato:

Nos últimos dez anos, o Sindicato transformou-se em um aparelho inútil para os municipais. O assistencialismo canalizou os recursos para seguros, assistência jurídica e de saúde, causando uma dívida de mais de 700 mil reais. A inconformidade com o que acontecia motivou a demissão em massa dos associados. (Boletim Luta Municipalidade, Jornal do SIMPA, junho de 2006)

Mais do que ao assistencialismo, que poderia ser percebido como alguma tentativa de elo com a base da categoria, fundamentado nas concepções do “sindicalismo de resultados”, a dívida era fruto de não pagamento de direitos trabalhistas aos funcionários do próprio SIMPA, o que é uma contradição em termos ao tratar-se de um sindicato. Não era repassado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o valor descontado nos salários dos funcionários, tampouco a verba do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), logo também um grande número de acordos trabalhistas compõe a dívida. De acordo com o Jornal do SIMPA, número 4, de dezembro de 2006, as dívidas com o INSS eram do montante de R\$ 602.306,80; com o IFGTS, R\$ 43.805,52 e os acordos trabalhistas eram 12, significando um valor de R\$ 579.000,00 (Luta Municipalidade, Jornal do SIMPA, nº4, dezembro de 2006).

Esta situação só foi revertida a partir de 2006 com o que os entrevistados qualificam de “refundação do SIMPA”.

### 5re.5. A “refundação do SIMPA” em 2006

A “refundação do SIMPA” foi produto de um acúmulo de forças organizativas, proveniente de lutas de três anos anteriores a 2006. A partir de 2003, organizados no “Fórum de Entidades” que congregava representantes de diversos sindicatos e movimentos sociais, além de associações e representantes de locais de trabalho da PMPA, os municipais foram parte da luta contra a Reforma da Previdência (PL-9/2003) aplicada pelo primeiro mandato de Lula da Silva como presidente da república (2002-2006). Em 2003, a administração de Verle suspende a reposição bimestral do salário sendo mantida a suspensão pelo governo Fogaça e as mobilizações pela sua retomada passaram a ser organizadas pelo Fórum de Entidades.

No ano de 2005, na tentativa de recuperar os reajustes bimestrais, suspensos desde maio de 2003, para pressionar por reposição de 18,68% e aumento do vale-alimentação de R\$ 8,00 para R\$ 10,00, os municipais entram em greve. A greve iniciou-se no dia 13 de setembro de 2005 e havia sido deliberada em assembleia no dia 07 de setembro. As assembleias no período foram bastante representativas, chegando a reunir 4 mil servidores. A greve durou três dias e teve mais força junto aos setores da saúde e educação. Pelo menos três Postos de Saúde foram paralisados, cerca de 20 mil alunos da rede de Ensino Fundamental do município não tiveram aula, segundo o jornal ZH de 14 de setembro de 2005.

De acordo com a entrevista de Carmen Padilha:

Um período imediatamente anterior à nossa entrada aqui em 2005 tinha um Fórum de Entidades. Como SIMPA não fazia lutas as associações organizaram um Fórum de Entidades. Porque quando Fogaça assumiu, retirou a bimestralidade, que já não vinha sendo cumprida, e que ele se elegeu com um discurso que iria retomar (mesma coisa que o Tarso Genro fez, enfim...), então a categoria “se enlouqueceu”, porque muita gente votou no Fogaça, inclusive na educação pela postura muito autoritária do PT(...). Se desiludiram de cara! E nós chamamos uma greve, três dias e sem o sindicato.

Por inúmeras vezes o governo municipal tentou fazer negociações paralelas ora com a direção do SIMPA, ora com o Fórum de Entidades, no entanto, a direção do sindicato estava com sua representatividade completamente abalada. O Fórum de Entidades na ocasião conseguiu ser de fato a direção da greve, sendo o principal

interlocutor da negociação e principal órgão de discussão e centralização das atividades e decisões da greve. João Ezequiel nos ilustra a dimensão da importância do Fórum de Entidades: “Em 2006, onde houve uma grande unidade entre várias associações de servidores municipais de POA que culminou na criação do “Fórum de Entidades”. Foi um movimento muito forte, tão dinâmico que venceu a máfia do Pureza, retomando o sindicato para a luta da categoria”.

Ainda segundo Carmen Padilha, “foi muito importante essa greve [em 2005], porque essa greve nos alavancou, nos colocou na ordem do dia, assim, para um segundo momento quando se retoma o sindicato. Uma unidade plural do ponto de vista de centrais e posições políticas favoreceu tanto à representatividade quanto aos meios para realizar as mobilizações e buscar reverter o quadro de desmoralização do sindicato. Ela se dá em condições distintas de quando os setores cutistas perderam o sindicato, pois já não se tratava do governo da Administração Popular. A unidade é um ponto bastante freqüente no discurso de nossos entrevistados. Conforme nos informou Veridiana Machado, trabalhadora da FASC e membro da direção do SIMPA desde 2006:

O SIMPA hoje e após seu resgate tem uma diretoria colegiada, plural e que tem pessoas de alguns partidos: PT, PCdoB e PSOL, grupos independentes de partidos (CEDS e Resistência Popular - tendência anarquista) e pessoas independentes. Acontece que na plataforma de campanha dessa direção está um acordo de independência de partidos e de governos e isso tem se mantido. A própria categoria em sua maioria reconhece. Acredito que a questão partidária pode atrapalhar sim e muito quando se mistura à questão sindical: sindicatos onde predominam os mesmos partidos que têm prevalência no governo municipal são muito mais propícios à acomodação, à burocratização, ao afastamento da base do que outros.

Cinco dos nove entrevistados ao serem perguntados sobre ao que atribuíam a capacidade convocatória do SIMPA pós-refundação tocaram no tema da unidade de forças políticas diversas e todos mencionaram a relação com a base, relativa à presença permanente nos locais de trabalho.

Quando perguntada durante a entrevista sobre se seria possível esta unidade se fosse governo do PT, Carmen Padilha responde, após um breve silêncio: “acho bem difícil, com alguns setores talvez” e completa “o grande desafio era esse: a questão da independência. Depois teria de repente eleição, e se o PT voltasse? Mas a gente pagou para ver, a gente achava que tinha condições de segurar a

independência do SIMPA”.

O tema da independência político-sindical é importante. No caso do sindicalismo no setor público, este constitui muitas vezes um entrave à ação sindical, pois além da “liberdade sindical” dos servidores ser muito restrita, tutelada ou ter sido “desfigurada”, como indica Nogueira (2005), há um processo de intersecção de interesses políticos, nem sempre conectados aos interesses corporativos, o que é raiz de uma série de conflitos. Tal contradição está mediada pela importância da atividade da direção sindical, mas extrapola a relação direção-base da categoria. Encontra impulso ou se constitui como entrave na relação com elementos exógenos ao sindicalismo *stricto sensu*, como por exemplo, a atividade partidária dos membros da direção, algo extremamente comum no movimento sindical brasileiro. É um tema importante, que precisa ser discutido mais cuidadosamente no âmbito dos estudos de revitalização sindical, particularmente no Brasil após a primeira década dos anos 2000 e com o advento da “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010), pois este parece ser um problema nacional.



**Figura 31 – Boletim Luta Municipalária nº 1, Junho de 2006**  
Arquivo: SIMPA

Estritamente do ponto de vista da relação base-direção do sindicato, vemos no apelo à construção coletiva que compõe o discurso do SIMPA em 2006, uma tentativa de sair do dilema entre um sindicato militante ou um sindicato de militantes. “Chamamos os municipários a ajudar a nova diretoria a refundar o SIMPA, transformando-o em um Sindicato com a nossa cara, representativo da mais de uma centena de profissões que constituem a categoria”, dizia a mensagem da diretoria eleita em seu primeiro boletim – Luta Municipalária, Jornal do SIMPA, nº 1, junho de 2006 (Figura 31).

Afirmando que a retomada do sindicato foi resultado ainda da mobilização e da luta dos

municipários, o discurso da então presidente do SIMPA, Carmen Padilha, na primeira assembleia após assumir a direção, realizada em 06 de junho de 2006, no Largo Zumbi em Porto Alegre, afirmava: “Juntos vamos refundar o SIMPA. Cada um

deve assumir seu papel militante. Reerguer o Sindicato é tarefa de todos nós” (Luta Municipal, Jornal do SIMPA, nº2, agosto de 2006). Neste mesmo período foi realizada a campanha de sindicalização, “Refundar o SIMPA para lutar: Eu tô nessa!” que teve muita incidência particularmente sobre aqueles servidores que haviam se desfilado, segundo nos informou Mário Fernando.

No que concerne ao centro de nosso problema de pesquisa, identificamos que nos primeiros meses da gestão já se pode observar a incidência das terceirizações sobre a ação sindical. Na própria assembleia geral a que nos referíamos anteriormente, entre as resoluções, constava: “Promover um Ato Público no dia 24 de julho (...) para defender o DMLU. Nesta data será divulgado o resultado da licitação que, segundo os municipais, maracá a entrega do DMLU para a iniciativa privada” (Luta Municipal, Jornal do SIMPA, nº2, agosto de 2006). A tentativa de um “novo sistema de limpeza urbana”, garantido quase que exclusivamente pela iniciativa privada foi interrompida devido a investigações do Ministério Público e do Tribunal de Contas, sendo embargado posteriormente por indícios de superfaturamento e editais dirigidos.

Em meio a uma grande demanda proveniente dos anos de burocratização e práticas antissindicais, o primeiro ano da “refundação do SIMPA” e a reativação do CORES deu as bases para que no ano seguinte o sindicato organizasse uma das maiores greves de sua história recente e iniciasse um processo de revitalização de sua atividade sindical muito peculiar.

## 5. 6 Experiências de revitalização sindical (2007 a 2011)



**Figura 32 – Boletim Luta Municipal nº 5, março de 2007**  
Arquivo: SIMPA

Uma das primeiras demonstrações, após a mudança de direção do SIMPA, aparece na construção da campanha salarial de 2007 que levou os municipais de Porto Alegre a uma greve de 23 dias, de 23 de maio a 12 de junho de 2007. Movimento que, de acordo com o balanço divulgado pela direção no boletim Luta Municipal nº 7 de junho de 2007, foi considerado vitorioso. A greve teve seu primeiro impulso a partir do Dia Nacional de Luta que foi convocado por movimentos e centrais sindicais e tinha como eixo de suas reivindicações o rechaço à reforma da previdência. Conforme o Luta Municipal nº 7:

Um ato público no Paço Municipal, no dia 23 de maio – Dia Nacional de Luta, deu início à nossa greve, decretada no dia 17 de maio. Cartazes, faixas, bandeiras do SIMPA e palavras de ordem tomaram contra do Centro de Porto Alegre, demonstrando nossa unidade e disposição de lutar. E foi por este motivo – nossa capacidade de luta e mobilização – que nosso movimento saiu vitorioso destes 21 dias de greve.

Durante o período da greve, foram realizados inúmeros atos públicos e grandes assembleias gerais, contanto com milhares presentes. Em uma categoria que contava em 2007 com cerca de 17 mil servidores municipais ativos, houve assembleias nas quais mais de quatro mil atenderam ao chamado do sindicato. Tais números significaram a movimentação de aproximadamente 25% do total de municipais de Porto Alegre, uma capacidade de mobilização relativamente rara no quadro geral do sindicalismo, seja no setor público ou privado. Que elementos podem nos ajudar a explicar tal capacidade?

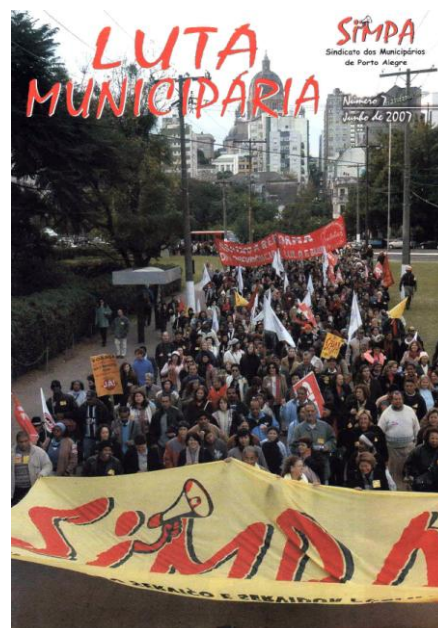


**Figura 33 – Assembleia Geral, 2007**  
Arquivo: SIMPA



Evidentemente não há explicação monocausal para tal fenômeno, mas a partir das entrevistas se podem encontrar questões freqüentes na explicação dos atores entrevistados, quais sejam: a) a demanda reprimida de atividade sindical durante dez anos de burocratização do sindicato, somada às perdas salariais que decorreram de tal situação; b) a unidade plural de diversas posições políticas no interior da direção do SIMPA; c) a indignação proveniente de promessas eleitorais não cumpridas pelo então prefeito José Fogaça, como a retomada dos reajustes bimestrais; d) a característica “militante” da direção do sindicato que inaugurou a partir de 2006 uma prática de presença permanente nos locais de trabalho, garantida por meio da reativação do CORES e principalmente pela visita tanto dos diretores quanto da assessoria jurídica de forma itinerante nestes mesmos locais; e) a independência política do sindicato frente a governo e a partidos políticos, garantida pela democracia das decisões, sempre submetidas às assembleias e ao CORES f) a memória revivificada das lutas dos anos 1980 presente em uma parte dos membros que compunham a direção e que participaram daquele momento. Provavelmente haja ainda um conjunto de causas não mencionadas, especialmente relacionadas à percepção dos sindicalizados que protagonizaram a greve de 2007 e que não figuram entre nossas fontes.

O que nos parece importante é resgatar o significado das práticas de revitalização da ação sindical presente no discurso dos que herdaram um sindicato desmoralizado frente à categoria e como estas práticas incidiram sobre a mobilização dos servidores. A movimentação de tal repertório nos permite identificar elementos estratégicos que possam contribuir à teoria do sindicalismo de movimento social, particularmente com relação ao “ativismo de seus membros” (DIAS, 2012) como uma das características centrais. A mudança na relação entre direção e base assim como a combinação dos elementos específicos que concernem à dimensão econômico-regulatória presentes na capacidade de conquistas salariais são



**Figura 34 – Boletim Luta  
Municipária nº 7, junho de 2007**  
Arquivo: SIMPA

significativas. Como também os elementos relativos à dimensão sociopolítica que engloba a independência político-sindical do governo municipal e a cooperação com pautas mais gerais, presente na pauta do Dia Nacional de Luta que marcou o início de tal movimentação.

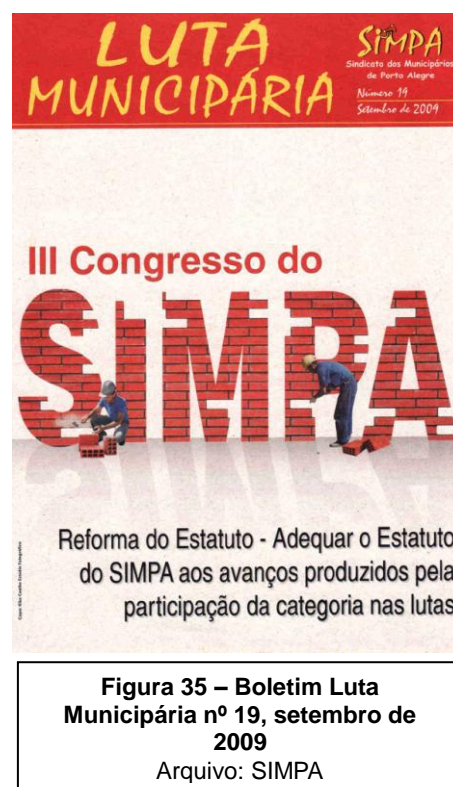
Após a greve de maio/julho de 2007 o SIMPA passa a ater-se em duas questões importantes:

1. A discussão de pautas mais gerais entre as quais podemos destacar a participação no Plebiscito Popular de 1º a 07 de setembro, organizado por inúmeros movimentos sociais, sindicais e estudantis relativo a questões estratégicas do país como a reversão de privatizações, o pagamento da dívida externa, pedágios nas estradas e a já referida Reforma da Previdência, assim como a participação na organização da Marcha a Brasília em 24 de outubro de 2007 contra as reformas sindical, trabalhista e previdenciária (Boletins Luta Municipária nº 8 e 9);

2. A sua reestruturação institucional, a partir do II Congresso do SIMPA “O resgate do Sindicato como instrumento de luta”, realizado nos dias 5 e 6 de outubro de 2007, que iniciou uma reforma estatutária que dois anos depois no O III Congresso do SIMPA, viria a endossar (2009), entre outras questões acabando com o presidencialismo, instituindo uma direção colegiada e a figura de três diretores gerais substituindo a figura do presidente. Além disso, empreendeu uma crescente campanha de

sindicalização com vistas a uma maior representatividade e o “resgate” de muitos colegas que tinham se desfilado do SIMPA. A ficha de sindicalização passou a fazer parte dos boletins frequentemente.

O significado de tais questões demonstra que as mudanças que permitem a revitalização do sindicato em questão, respondem tanto às formas institucionalizadas de representação ou, ainda, à forma como se institucionaliza a representatividade, quanto à dimensão sociopolítica de sua atividade sindical. Esta esbarra em certo



**Figura 35 – Boletim Luta  
Municipária nº 19, setembro de  
2009**  
Arquivo: SIMPA

corporativismo, tem que lidar com a composição de posições políticas distintas, preservando sua independência político-sindical e enfrenta uma realidade do trabalho marcada por crescentes formas de fragmentação e precarização do trabalho, especialmente em função das terceirizações.

Como forma de compreender como se apresentam as respostas ao desafio imposto por tal contexto, é importante resgatar as ações do sindicato referentes às terceirizações que seguiram ampliando-se. No boletim Luta Municipária nº 11 de maio de 2008, o SIMPA informa que formalizou junto ao TCE-RS denúncias de irregularidades no processo de terceirização na Divisão de Iluminação Pública, vinculada ao DMLU, qualificando-o como “caso de polícia” e privatização dos serviços públicos pela via da terceirização. Esta pauta foi ganhando peso a partir do crescimento das terceirizações nos anos de 2010 e 2011 (conforme demonstramos aqui nos gráficos 2 e 3) já sob o governo de José Fortunati, particularmente no DMLU e DMAE, sendo incorporada com mais força à pauta de reivindicações da campanha salarial de 2010.

De acordo com o Boletim Luta Municipária nº 22, de abril de 2010, como parte da pauta aprovada em assembleia geral, aprova-se lutar pelo “fim das terceirizações e contratações temporárias no serviço público municipal e contra o uso abusivo de estagiários”. Em nota publicada no Jornal ZH em 21 de abril de 2010 na qual o SIMPA se manifesta em defesa do Serviço Público, o tema aparece como ponte de ligação entre a ação sindical e problemas relacionados à “comunidade de Porto Alegre”.

Diante da morte de dois cidadãos eletrocutados por um erro da Divisão de Iluminação Pública (DIP), o prefeito em pronunciamento no mesmo jornal, lançou culpa sobre o trabalho dos funcionários. O SIMPA reagiu nos seguintes termos:

O SIMPA contesta o posicionamento do prefeito municipal, pois ele desconsidera a precariedade dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas, que exploram a mão de obra contratada com salários aviltantes, e utilizam materiais de péssima qualidade como forma de ampliar seus lucros. (...) Agora a culpa dos resultados desastrosos de uma gestão é rapidamente lançada sobre os funcionários, rechaçando o questionamento sobre as terceirizações. A comunidade de Porto Alegre precisa debater esse tema e o SIMPA é parceiro nessa luta. (ZH, 21/04/2010)

A pauta ganhou importância na luta do Sindicato sendo o Boletim Luta Municipária nº 24 de agosto de 2010, dedicado especialmente à questão das terceirizações, trazendo como manchete principal “a realidade das terceirizações em Porto Alegre”. Três fatos graves colocaram o debate no centro das preocupações do SIMPA, primeiramente a morte dos dois cidadãos supracitada. Em segundo lugar, a vinda à tona do caso de dois casos de corrupção envolvendo o desvio de R\$ 9 milhões do Programa de Saúde da Família do município por parte da empresa Sollus e indícios de envolvimento em esquemas de corrupção da empresa contratada pela prefeitura para realizar os serviços de vigilância nas Unidades Básicas de Saúde.



**Figura 36 – Boletim Luta Municipária nº 24, agosto de 2010**  
Arquivo: SIMPA



**Figura 37 – Ato público, 2009.**  
Arquivo: SIMPA

Podemos notar neste episódio a importância da mobilização de elementos exógenos à ação sindical especificamente regulatória e às demandas corporativas para a constituição de pautas que favoreçam um caminho para a revitalização sindical.

Importantes campanhas salariais foram realizadas em 2009 e 2010, com grande movimentação para atos públicos e assembleias, no entanto, a categoria não recorreu à greve. Em 2009, após inúmeros atos públicos, segundo o Boletim Luta Municipária nº 18 de julho de 2009, a categoria aprovou em assembleia geral a proposta do governo que concedia um reajuste de 5,53% parcelados em três vezes, além de outras questões importantes como o abono que equiparava o salário da Faixa 2 (setor

operacional) e dos celetistas ao salário mínimo nacional, dado que muitos trabalhadores recebiam menos que este valor.

A campanha salarial de 2010 também foi marcada por grandes assembleias e atos públicos e incorpora entre as suas pautas com força o tema das terceirizações que passa a ser frequentemente citados nos boletins e nas ações do SIMPA, particularmente pela escalada de crescimento de tais práticas na administração pública de Porto Alegre.



**Figura 38 – Assembleia Geral, 2010**  
Arquivo: ATEMPA

A greve em 2011 foi a maior desde 2007, com ampla participação da categoria e com a garantia de conquistas importantes aos cinco anos de “refundação”. Segundo o boletim Luta Municipária nº 27 de junho de 2011, “cerca de 10 mil



**Figura 39 – Boletim Luta Municipária nº 27, junho de 2011**  
Arquivo: SIMPA

municípios participaram das atividades de luta organizadas pelo SIMPA”, o que corresponde a cerca de 50% do total de servidores do município de Porto Alegre. Foram 47 dias de mobilização e oito dias de greve, seis assembleias gerais e oito atos públicos. Como resultado desta ampla mobilização da categoria nas negociações o movimento garantiu 22,08% de recuperação das perdas nos padrões iniciais (padrão 2, 3A e celetistas) referentes ao setor operário principalmente e

6,11% de recuperação nos demais padrões ou faixas de remuneração salarial, o índice geral foi de 8,16% de aumento no salário de todos os municipais. Para além dos elementos estritamente econômicos dos ganhos desta greve, é importante destacar outros aspectos que dialogam diretamente com nosso

problema de pesquisa, assim como da teoria do Sindicalismo de Movimento Social.



**Figura 40 – Ato Público Noturno, 2011**  
Arquivo: SIMPA

O primeiro aspecto refere-se à colaboração com outros sindicatos e associações na construção da greve e das mobilizações de rua. Qualificada como “solidariedade de classe” a notícia apresentada no Boletim nº 27 pela diretoria do SIMPA aponta que “durante a greve dos municipais, o SIMPA recebeu apoio de diversas entidades sindicais” e citam contribuições como a do Sindicato dos Comerciários de Passo Fundo, da Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição (ASERGHG), do Sindicato dos Previdenciários do Rio Grande do Sul (SINDISPREV/RS), do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal (SINTRAJUFE) e do Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (SINDIPPD/RS), reforçando a hipótese de que a



**Figura 41 – Assembleia Geral, 2011**  
Arquivo: SIMPA

revitalização das ações sindicais relaciona-se, em grande parte, com a possibilidade de superar as fronteiras corporativas.

O segundo aspecto relevante é a disputa pela opinião pública feita pelo SIMPA com a administração municipal, participando de debates nos órgãos de comunicação de massas, buscando permanentemente o apoio da população para a sua pauta, ou seja,

fazendo a vinculação entre o serviço público municipal e os aspectos relacionados à cidade como um todo.



**Figura 42 – Ato Público, 2011**  
Arquivo: SIMPA

Ainda como terceiro aspecto importante, relacionado mais diretamente ao discurso do SIMPA, encontra-se a vinculação com as lutas que marcaram o ano de 2011 pelo mundo. No mesmo boletim nº 27, ressalta-se em artigo que “a luta dos municipais insere-se em uma conjuntura de ascenso da classe trabalhadora” citando as “convulsões” no mundo árabe, na Europa e posicionando-se contra a criminalização dos movimentos sociais ao comentar o episódio da greve do bombeiros no Rio de Janeiro. A forte greve, amparada em um significativo apoio da população, corrida naquele ano, foi marcada por intensos conflitos, ao seu final o governo estadual manteve presos 439 bombeiros, só concedendo anistia dois anos depois, no rol das Jornadas de Junho de 2013.

Este último aspecto aponta para a hipótese de que a revitalização da ação sindical está ligada às influências exógenas ao sindicalismo *stricto sensu* sobre os agentes e seu reconhecimento enquanto classe social, inclusive ultrapassando as fronteiras nacionais, mesmo que isto se dê, em nosso caso, primordialmente enquanto discurso dos sindicalistas. Mais do que propriamente uma ação de solidariedade nacional ou internacional, o que identificamos é que processos da magnitude das revoluções árabes, dos “indignados” europeus ou mesmo dos bombeiros brasileiros naquele momento influenciaram ou incidiram sobre a ação dos sindicalizados, no mínimo enquanto exemplo. Este argumento ficará mais evidente quando discutirmos a localização do SIMPA nas mobilizações que aconteceram em Porto Alegre contra o aumento das



**Figura 43 – Ato na Câmara Municipal de Porto Alegre, 2011**

Arquivo: CMPA (foto de Mariana Fontoura)

passagens e que se converteram no Brasil, no ano de 2013, em uma ampla

mobilização nacional, que guarda inegáveis vínculos em forma e conteúdo com os processos de lutas que se iniciaram no ano de 2011 em muitas partes do mundo.

### 5.7 Novas terceirizações e conflitos pós-2010



Figura 44 – Ato Público, 2011  
Araquivo: SIMPA

Boletim Luta Municipal n° 24 de agosto de 2010, tratava pormenorizadamente das terceirizações desde o aumento das despesas da PMPA com serviços terceirizados, até dos problemas específicos das secretarias e autarquias, como a ausência de Concursos Públicos e a substituição

dos servidores por trabalhadores contratados pela via de empresas terceirizadas. Além disso, denunciava a utilização de espaços públicos por empresas contratadas pelo DMLU, a fiscalização de serviços feita por empresas terceirizadas e o déficit de 1.500 postos de trabalho no DMAE. Na área da saúde, apontava que os serviços em laboratórios e análises clínicas municipais são terceirizados, além de denunciar um episódio em maio de 2010 no qual “a empresa terceirizada não pagou corretamente seus funcionários que deixaram de trabalhar” deixando sem manutenção cerca de 130 postos de saúde. Demonstrava ainda uma previsão orçamentária para a saúde de R\$ 277.537.128,00 destinados a gastos com pessoal e R\$ 386.055.412,00 destinados à terceirização.

Do ponto de vista da discrepância entre os gastos com pessoal e os serviços terceirizados chamava à atenção a situação do DEP, onde desde 1990 a prefeitura não realiza Concurso Público para suprir vagas de pedreiros e instaladores. No ano de 2010, enquanto a prefeitura gastou R\$ 9.035.562,00 com pessoal, R\$ 22.969.014,58 foram gastos com serviços terceirizados. Em algumas Zonais os serviços terceirizados chegaram à marca de 80% do total dos serviços prestados.

Na área de Assistência Social da prefeitura coordenada pela Fundação Municipal de Assistência Social e Cidadania (FASC) a terceirização passou a englobar desde os serviços de manutenção, limpeza e cozinha a funções



administrativas e de chefia. Além disso, o boletim do SIMPA denunciava a contratação terceirizada de monitores para o atendimento em abrigos e equipes técnicas dos Centros Regionais de Assistência Social (CRAS).

Na SMED, em 2010, além da presença das terceirizações nos serviços de merenda e limpeza (que mostramos no Quadro 1) o Sindicato identificou que havia situações de miserabilidade e vulnerabilidade intensas dentre os trabalhadores terceirizados levando as escolas a formar “grupos de ajuda” para que os trabalhadores terceirizados pudessem manter-se trabalhando. Este quadro se agravou com o atraso dos pagamentos por parte das empresas e a conversão da direção de escola em “central de contratação” à medida que passava a ser responsável pela indicação de funcionários, informação sobre os contratos de trabalho e recebimento dos termos de adesão. Ainda de acordo com o boletim nº 24, no caso dos contratos envolvendo cooperativas, “a maioria dos cooperados iniciam o trabalho sem ao menos conhecer onde é a sede da cooperativa, sabendo muito pouco ou quase nada sobre as condições de trabalho e salário, pois quem cobra o uso dos uniforme e de proteção individual é a própria escola.”

Também na Empresa de Processamento de Dados do município (PROCEMPA), segundo denúncia do Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (*apud* MUZEL, 2010), “a empresa tem um efetivo de 580 pessoas, apenas 256 são do quadro (...). Os demais, em número superior a 300 são Cargos em Comissão, os CCs, estagiários ou pessoal terceirizado”. O SIMPA realizou Seminário sobre terceirização no dia 16 de setembro de 2010 para aprofundar o debate acerca dos “efeitos da política de desmonte do serviço público”.

Um fato – utilizado como parte do discurso do SIMPA na afirmação de sua posição contrária às terceirizações – chama à atenção como contraponto ao discurso dos apologistas das terceirizações. Corresponde à agilidade ou eficácia que a iniciativa privada teria, supostamente oferecendo melhores condições de realizar o serviço público. O caso nos mostra exatamente o contrário. No ano de 2011, a PMPA necessitava realizar uma obra<sup>12</sup> e para tal, havia realizado cinco licitações no valor

---

<sup>12</sup> A obra referida foi a modificação da Rótula da Avenida Nilo Peçanha na cidade de Porto Alegre, participaram servidores da Secretaria de Obras e Viação (SMOV), Secretaria do Meio Ambiente (SMAM), Empresa Pública de Transportes e Circulação (EPTC), e Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) em colaboração com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

superior a R\$ 1 milhão. No entanto, nenhuma empresa se dispôs a ser responsável.

Através de um trabalho conjunto dos servidores de algumas secretarias municipais, os servidores públicos realizaram a obra, sem nenhum tipo de contrato de terceirização, sendo concluída antes do prazo previsto para sua execução pelas empresas privadas. Em seu Boletim Luta Municipal nº 26 de março de 2011, o SIMPA apresentou o fato como “um bom exemplo contra as terceirizações”. O discurso da eficácia e agilidade tem muita importância, pois é apresentado pelos defensores das terceirizações no âmbito da administração pública como ponto fulcral, assim como o custo-benefício do ponto de vista dos gastos da administração pública. Esta justificativa, em grande parte incorporada no discurso dos governantes, tem alavancado o crescimento dos processos de terceirização em todo o país,.

Os números da terceirização na PMPA foram, ainda, incrementados em 2011 com a criação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF). Segundo dados do próprio IMESF e da PMPA, contratou-se mais de 1.145 funcionários, por meio de processo seletivo público para contrato em regime celetista, para o atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o atendimento às famílias. A posição do SIMPA é que os trabalhadores deveriam ser contratados por meio de Concurso Público para regime estatutário. As vagas compreendiam médicos, auxiliar de gabinete odontológico, técnico em contabilidade, técnico em saúde bucal, técnico em segurança do trabalho, assistente administrativo, administrador, assessor para assuntos jurídicos, cirurgião-dentista, contador, enfermeiro, e técnico de enfermagem.

Em função da posição de exigir o aumento do quadro estatutário para dar conta do propósito da saúde da família, comum à grande maioria dos sindicatos dos servidores públicos um conflito jurídico se instaurou (para além das diferenciações nos locais de trabalho já mencionadas anteriormente). Inúmeras entidades sindicais entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº 70046726287) contra o IMESF:

Com efeito, o fato de se tratar de entidade constituída com a finalidade de prestar serviço público básico e essencial remete à necessidade de formação de um quadro de servidores estáveis, no intuito de assegurar a correta prestação e de evitar que mudanças políticas influenciem o bom desenvolvimento de atividade de tamanho relevo.

A ação sustenta-se na necessidade de “formação de um quadro de servidores estáveis” para garantir a prestação deste que tem caráter de “serviço público básico e essencial” que é o acompanhamento da saúde das famílias. Como primeira medida o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) expediu decisão liminar que suspendia a vigência da legislação que instituiu o IMESF.

Segundo o TJRS:

O Desembargador Março Aurélio dos Santos Caminha, do Órgão Especial do TJRS, suspendeu liminarmente a vigência da Lei nº 11.062/11, do Município de Porto Alegre, que autorizou a instituição do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde e Família (IMESF). A decisão foi divulgada na noite dessa segunda-feira (26/12) em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Brasileira em Defesa dos Usuários de Sistemas de Saúde (ABRASUS) e outros. (Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br>, acesso em 05 de dezembro de 2013)

Mesmo tendo suspenso-se a liminar posteriormente, mediante os prejuízos à população que utiliza os serviços básicos de saúde, a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelas entidades sindicais será remetida ao Ministério Público para parecer e, após, irá a julgamento final pelo Órgão Especial, integrado por 25 Desembargadores do TJRS. O fato indica uma contradição e um desafio. A contradição é que o ganho de causa significa, na prática, que os trabalhadores que foram contratados pelo IMESF serão demitidos, perderão seus empregos, sem que haja necessariamente um compromisso por parte da PMPA em reabrir as vagas. O desafio é que se coloca a necessidade de organização por parte do SIMPA também dos terceirizados para evitar que uma saída descompromissada da contratante para com os trabalhadores do IMESF.

Este é um tema importantíssimo do ponto de vista da ação sindical e do problema que aqui estamos abordando, pois os conflitos provenientes de uma posição firme em defesa do serviço público e da contratação estável se não for acompanhada de uma política sindical para com os terceirizados, acaba por aprofundar o “abismo entre estáveis e não estáveis” a que se refere Antunes (2003) e responde de forma parcial ao desafio sindical imposto pelas terceirizações enquanto “modo de cooperação complexa do capital” sem buscar com isso os novos elos associativos provenientes de tal contexto.

Almerindo Cunha, por ser trabalhador do DMLU, reflete muito a incidência das terceirizações sobre a ação sindical. Quando perguntado de “*como sentes as*

*terceirizações afetarem tua atividade sindical?*”, ele nos responde em tom autocrítico:

Afeta muito. Primeiro pela debilidade dos sindicatos... todos inclusive o nosso, não tem uma discussão séria sobre terceirizações. Nossa bandeira é contra a terceirização, mas também esquece o trabalhador terceirizado, que é um trabalhador também, e é explorado. Eu acho que a gente tem que ter uma política em relação aos trabalhadores terceirizados. São nossa base, tão trabalhando com a gente! Então nós temos que ter uma política com relação a isso, colocá-los pra dentro do sindicato, organizá-los.

Sobre este aspecto é fundamental a iniciativa do SIMPA de sindicalizar (e disputar juridicamente a representação) dos trabalhadores do IMESF. A primeira experiência realizada nesse sentido foi a sindicalização, em 2012, de 80 dos 130 agentes de endemias contratados pelo IMESF, conforme informou João Ezequiel, um dos responsáveis pela iniciativa:

O sindicato tem que dar conta do conjunto dos trabalhadores (...). Este é um debate que a gente já está fazendo. Na saúde nós já temos uma posição, porque a saúde é outro lugar onde a terceirização está acontecendo. E também com a criação da Estratégia de Saúde da Família, com essa contratação via [contrato] celetista, nós tiramos que nós queremos que eles sejam nossos sócios. E estamos na disputa, tem um sindicato da FS que poderia representar pelo menos os agentes de endemias... Mas nós fizemos uma filiação política, pois entendemos que são todos trabalhadores da prefeitura. Nossa linha é de trazê-los para dentro.

A posição foi construída no IV Congresso dos Municípios realizado nos dias 7 e 8 de dezembro de 2012. De acordo com o Boletim Luta Municipal nº 33 de novembro de 2012, além do painel a “conjuntura e a luta dos trabalhadores”, a partir de um grupo de discussão no segundo dia do Congresso debateu-se o tema no grupo intitulado “terceirizações no serviço público”, no qual se tirou o indicativo de começar a sindicalizar e organizar os terceirizados (em especial na saúde). Os trabalhadores agentes de endemias, após sua “filiação política”, realizaram assembleias no sindicato que encaminharam diversas demandas e inclusive, em 2013, os mesmos trabalhadores participaram da eleição da direção do SIMPA.

Pela condição bastante precária do trabalho realizado pelos agentes e pela alta rotatividade no trabalho proveniente de tal condição, a organização sindical não é tarefa fácil, mas no curto espaço de tempo que pudemos acompanhar a situação, são significativos os graus de mobilização a respeito de suas pautas específicas. A área onde se encontram vem acumulando conflitos e propicia um ambiente que

favorece necessidade da ação sindical. No ano de 2012, a saúde foi palco de intensos conflitos a partir da decisão da administração da PMPA em modificar o regime de 30 horas semanais para 40 horas de trabalho, o que inclusive motivou uma greve de 11 dias unificada com os servidores do estado do Rio Grande do Sul e servidores federais, no início do ano. A greve não obteve conquista, apesar de ter conseguido expressivos momentos de mobilização e de estar amparada em resolução da Organização Mundial da Saúde (OMS) que recomenda 30 horas de trabalho para os profissionais da área. Contudo, parece primar para o governo municipal a concepção de que é preciso ampliar os processos de terceirização na área da saúde e aumentar a intensidade do trabalho.

Neste ínterim, outro problema deve ser observado: a conexão entre os processos de terceirização e a prática do assédio moral no trabalho. De acordo com o Boletim Especial de maio de 2012 do SIMPA, “o avanço das terceirizações resulta no aumento do assédio moral. Para facilitar esse processo gestores precarizam as condições de trabalho para justificar a cedência para a iniciativa privada de serviços que antes eram executados por servidores de carreira”, uma dimensão dos efeitos das terceirizações que necessita ser debatida de forma mais profunda em estudos posteriores.

Para contribuir a uma estratégia de revitalização sindical, parece necessário organizar sindicalmente setores que legalmente extrapolam a condição de estáveis ou estatutários, mas também se faz necessária a articulação com novos movimentos sociais que emergem em diversos países. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil colocaram este tema de forma prática na ação sindical do SIMPA.

## **5.8 As Jornadas de Junho de 2013 e a participação do SIMPA**

Muitos analistas, políticos e cientistas sociais foram surpreendidos pelas jornadas de luta que movimentaram e comoveram o Brasil na primeira metade do ano de 2013. Por isso, o tema exige cautela e o devido tratamento metodológico para ser analisado, obviamente, não está entre nossas pretensões neste trabalho tirar conclusões acerca das que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. Enquanto processo é muito recente e ainda segue em curso.

Como parte deste momento ímpar da história brasileira, Porto Alegre esteve no centro dos protestos que se nacionalizaram em junho de 2013. Os movimentos impulsionados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, (uma frente de movimentos como “Juntos! Por Outro Futuro”, Federação Anarquista Gaúcha (FAG), Assentamento urbano Utopia e Luta, militantes do PSTU, do PSOL, do PT, entre outros grupos de orientação anarquista, autonomista ou socialista), começaram em janeiro com manifestações ainda pequenas contra o aumento das passagens.

Somaram-se aos esforços dos militantes que compunham as organizações do Bloco, a movimentação dos trabalhadores rodoviários que, à revelia de seu sindicato, formaram uma comissão de negociação própria. A Comissão se formou a partir de assembleias de base e não teve acordo com o índice de reajuste salarial apresentado pelos empresários do transporte público. Com o não fechamento do dissídio e até seu vencimento, ficava impossível reajustar as passagens, dado que o valor do salário dos rodoviários compõe a planilha que deve ser apresentada pelos empresários ao Conselho Municipal de Transportes Urbanos (COMTU) que aprova ou não a planilha e, conseqüentemente, o aumento. Junto a isso, inúmeras denúncias apresentadas por auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) indicavam que as passagens em Porto Alegre estavam operando acima de seu preço de mercado e uma Ação Popular de 2011 impetrada pelos vereadores Pedro Ruas (PSOL) e Fernanda Melchionna (PSOL) pleiteava a redução do preço das tarifas do transporte e a realização de licitação para o oferecimento do serviço, algo que segundo a Ação encontrava-se há 22 anos por realizar.

Incrementaram o cenário ainda, o aumento da repressão policial aos protestos que seguiam crescendo e o preço da passagem que aumentou de R\$ 2,85 para R\$ 3,05 no dia 25 de março de 2013. Tais condições levaram ao crescimento significativo do número de manifestantes, chegando no dia 1º de abril a dezenas de milhares, segundo o jornal eletrônico Sul21:

Milhares de pessoas lotaram as ruas do centro de Porto Alegre na noite desta segunda-feira (1º de abril) para protestar contra o aumento da passagem de ônibus. Foi o sétimo protesto realizado desde janeiro, quando começaram as mobilizações contrárias ao reajuste da tarifa – que foi sancionado pela prefeitura no dia 21 de março e entrou em vigor no dia 25 de março, elevando o valor de R\$ 2,85 para R\$ 3,05.

O ato desta segunda-feira foi o que contou com maior número de manifestantes. A Brigada Militar estima que foram mais de quatro mil pessoas nas ruas, enquanto integrantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público falam em cerca de dez mil participantes.

(<<http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/milhares-de-pessoas-lotam-as-ruas-do-centro-de-porto-alegre-contr-aumento-da-passagem/>>)

O movimento na rua, em conjunto com uma vitória judicial de uma Ação Cautelar movida pelos vereadores do PSOL, em 04 de abril de 2013, revogou o aumento das passagens em Porto Alegre.

Tal vitória incrementou movimentos em outras capitais em torno do tema pelo qual já faziam pequenas mobilizações. O Jornal ZH de 07 de junho de 2013 destacava este papel exemplar da vitória do movimento em Porto Alegre:

“Vamos repetir Porto Alegre”. A faixa erguida durante os protestos que tomaram as ruas de São Paulo, na noite de quinta-feira, destacou a mobilização contra o aumento da tarifa de ônibus na capital gaúcha como exemplo de que a luta popular tem força.

Porto Alegre é o caso mais recente entre cidades em que protestos conseguiram modificar o cenário — no caso, barrar o reajuste da tarifa de ônibus. (ZH, 07/06/2013)

Com relação ao envolvimento do SIMPA, são importantes dois processos temporal e qualitativamente distintos. O primeiro deles é a participação do SIMPA como forma de “socialização dos meios de resistência” relacionando-se à organização dos protestos através de membros de sua direção tanto nas

**A juventude mostrou o caminho da vitória**

As entidades do movimento sindical que assinam esta nota parabenizam a juventude que está na luta contra o aumento da tarifa de transporte coletivo em Porto Alegre. São milhares de jovens que saem para as ruas em inúmeras e massivas jornadas de luta, dando uma grande demonstração de que é possível conquistar vitórias através da unidade e da mobilização.

Mesmo que esta conquista possa ainda ser revertida, foi a força da ação direta nas ruas, que garante a vitória parcial representada pela revogação do aumento, e que, ao mesmo tempo, também tem o mérito de colocar esse tema em pauta na população de Porto Alegre e dos municípios da região metropolitana.

Foi o Tribunal de Contas do Estado que abriu para a população a falcatrua que vinha sendo praticada pelas empresas no cálculo da tarifa, para justificar a manutenção do valor, uma atitude decisiva para potencializar a mobilização. Mas, a partir daí quem falou mais alto foi o movimento estudantil e popular, e foi a sua força que determinou a decisão judicial favorável ao retorno do preço da passagem de R\$3,00 para R\$2,80.

A mobilização dos jovens ampliou a luta por um transporte público e de qualidade, e logrou conquistar a credibilidade da maioria da população, que resultou com a redução da tarifa. É significativo que vários sindicatos e movimentos sindicais, tenham aderido às manifestações, contribuindo em alguma medida para ampliar a luta, o caráter popular que precisamos ter.

Estamos vivendo um novo momento onde se fortalece a indignação popular e a resistência contra as políticas autoritárias do Governo Municipal, um adversário ferrenho dos trabalhadores e da população. São exemplos desta mudança as lutas contra a privatização das empresas públicas da cidade e a defesa do meio ambiente, particularmente contra o corte das árvores do Parque Gaúcho.

Garanti a ampliação e unidade do movimento, com a incorporação de mais sindicatos e associações comunitárias é fundamental para manter a continuidade das mobilizações e, principalmente, a revogação permanente do aumento da tarifa do transporte coletivo. As entidades que assinam esta nota são parceiras dessa luta.

**Propomos:**

- Continuar a luta em defesa da alteração da fórmula de cálculo da passagem, garantindo a redução da tarifa para R\$2,80, conforme medição do Tribunal de Contas do Estado.
- Defender a meia passagem para os estudantes e a passagem gratuita para os idosos, conquistas que estão sendo seriamente ameaçadas pelos interesses patronais.
- Passar livre para os desempregados.
- Direito ao uso da meia passagem aos domingos.
- Desoneração do cobrador e mais pontos empresas (TPE), do dia 6 de abril para cá. Para aumentar o preço das passagens foram rápidos, de um dia para o outro.
- Transporte urbano 100% público.
- Pela participação do movimento judicial e popular na luta em defesa do transporte público.
- Ampliação da luta em defesa do interesse popular em todos os campos da administração da Prefeitura Municipal.

Porto Alegre, 16 de abril de 2013

SIMPA - ATENPA - 39ª Núcleo do CPERS - Oposição Rodoviária - Sind.Prof. Municipais de N.Hamburgo  
SINCA - SINDET - Magistros/Agricultores do CPERS - Alerta Saúde/Oposição Sindical - ASSURBOS  
ASERGHIC - UGERM - Assoc. de Moradores do Humaitá - CSP-Conlutas/CEDS - Intersindical

manifestações quanto nas reuniões do movimento. Em um segundo momento, em sua negociação salarial, quando a situação defensiva da prefeitura frente à vitória dos recentes protestos e a crescente instabilidade provocada na cidade a cada manifestação favoreceram a vitória da negociação salarial.

O SIMPA, que sediava as assembleias populares do Bloco de Luta, capitaneou uma carta com apoio de diversos sindicatos do setor público aos movimentos

que a juventude protagonizava. A carta parabenizava a luta contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, afirmando que as “massivas jornadas de luta” estavam

“dando uma grande demonstração de que é possível conquistar vitórias através da

**Figura 45 – Sindicatos apoiam a luta da juventude, 16/04/2013.**

unidade e da mobilização” (SIMPA e outros<sup>13</sup>, 16 de abril de 2013). Ademais, fazia um chamado ao restante do movimento sindical e comunitário:

Garantir e ampliar a unidade do movimento, com a incorporação de mais sindicatos e associações comunitárias é fundamental para manter a continuidade das mobilizações e, principalmente, a revogação permanente do aumento da tarifa do transporte coletivo. A entidades que assinam esta nota são parceiras dessa luta. (SIMPA e outros, 16 de abril de 2013)

A campanha salarial iniciou-se em maio de 2013, após assembleia com ampla participação da categoria e seu chamado ao primeiro ato no dia 07 de maio fazia clara referência às mobilizações contra o aumento das passagens. O panfleto de convocação do “grande ato dos municipais” afirmava que “a mobilização dos estudantes contra o aumento do transporte coletivo mostrou que, quando estamos na pressão pelas conquistas é possível conquistar vitórias”.

A principal questão que estava em negociação com o governo municipal era se o reajuste salarial teria caráter bianual, 2013 e 2014, ou se o índice objeto de discussão seria somente o de 2013, sobre o qual já havia sido negociada a reposição integral da inflação.



**Figura 46 – Chamado para grande ato dos municipais**  
07/05/2013  
Arquivo: SIMPA

<sup>13</sup> Assinam a nota: ATEMPA, 39º Núcleo do CPERS/Sindicato, Oposição Rodoviária, Sindicato dos Prof. Municipais de Novo Hamburgo, Sindicato dos Municipários de Cachoeirinha (SIMCA), SINDET, ASSUFRGS, ASERGHG, UGEIRM, Associação dos Moradores do Humaitá, CSP Conlutas/CEDS, Intersindical.



Após alguns atos públicos e uma paralisação de 48 horas, a mobilização foi vitoriosa, o que reforça nossa hipótese de que a colaboração e o aprendizado mútuo entre os novos movimentos sociais e o sindicalismo produzem resultados positivos para ambos. Se bem observado, veremos nas práticas do SIMPA, a influência das Jornadas de Junho em sua campanha



**Figura 47 – Manifestação SIMPA 2013**  
Arquivo: SIMPA

salarial de 2013. A estética dos cartazes (como o que diz “Fortunati, isso não é só por salário! Temos mais de 20 motivos” aludindo à frase que ficou conhecida nas Jornadas de Junho “não é só por 20 centavos”), as referências à Copa do Mundo de 2014 e o ato unificado de lançamento da campanha salarial conjunto com os movimentos que impulsionavam as mobilizações contra o aumento das tarifas do transporte público no Palácio Piratini, demonstram esta influência.



**Figura 48 – Boletim Luta Municipalária nº 35, agosto de 2013**  
Arquivo: SIMPA

transporem as Jornadas de Junho e da disposição de luta da categoria que realizou uma paralisação de 48 horas rejeitando a negociação bianual. O balanço escrito no Boletim Luta Municipalária nº 35 de agosto de 2013 reforça esta conclusão. Neste momento, as dimensões regulatórias e sócio-políticas da ação sindical se encontraram.

Outro aspecto que chama atenção e relaciona-se à utilização das redes

sociais de comunicação. Até as Jornadas, o SIMPA utilizava de maneira precária tais meios de comunicação. Tinha um site, mas não utilizava de forma sistemática o facebook, twitter, etc., algo que mudou após sua relação com os movimentos surgidos em 2013.

Figura 49 – Boletim Luta Municipária nº 35, agosto de 2013 (página central)

Luta Municipária | Agosto | 2013

**CONJUNTURA**  
**Que os ricos paguem a conta**

As mobilizações que ocorreram no mês de junho foram protagonizadas pela juventude brasileira, mas expressaram o sentimento geral de indignação da população com o uso de dinheiro público nas obras da Copa do Mundo. O SIMPA, através da campanha que denunciou as prioridades do governo Fortunati, realizada no mês de junho, resumiu este sentimento mostrando para a população que sobram recursos para os empresários, eventos esportivos e a corrupção, através de doações, isenções de impostos e superfaturamento das obras. Por outro lado, faltam recursos para saúde, educação e outros serviços públicos.

As principais reivindicações das mobilizações foram a redução das tarifas do transporte e o passe livre. Mas, em um segundo momento, vários setores populares incorporaram as suas reivindicações.

A mobilização foi importante e mudou a conjuntura nacional, colocando as forças progressistas na ofensiva política. Antes dos protestos, os trabalhadores lutavam contra a retirada de direitos, agora a luta é para ampliar as conquistas.

O movimento conquistou vitórias parciais. A redução do preço das passagens ocorreu em muitas cidades no país. Em Porto Alegre, a redução da tarifa foi de R\$ 3,05 para R\$ 2,80. Além disso, o governo do Estado encaminhou o projeto do passe livre intermunicipal para a Assembleia Legislativa. Outras pausas, como a PEC 37 e o projeto denominado como "cura gay", foram derrotados no Congresso Nacional.

A grande conquista, no entanto, é a consciência adquirida de que lutar vale a pena e é possível conquistar vitórias! Também, ampliou-se o conceito de fazer política, esta não é feita apenas pelos partidos políticos institucionais, nos governos e nos parlamentos. Os trabalhadores e jovens também fazem política nas ruas, nas manifestações e assembleias populares. Esta consciência é resultado do maior processo de mobilização que a história da luta popular no Brasil e teve a juventude como protagonista.

Em Porto Alegre, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público organizou manifestantes de forma unitária e impulsionou os maiores atos estudantis que ocorreram na história da cidade. Os atos de março e abril, na capital, que motivaram as primeiras vitórias, serviram de exemplo para o restante do país.

O SIMPA participou ativamente do Bloco de Lutas, nas suas assembleias e manifestações de rua. Durante a ocupação da Câmara Municipal, que reivindicava o passe livre municipal para estudantes e desempregados e a abertura das planilhas do transporte público, o sindicato prestou apoio político e material.

Agora, para ampliar as conquistas das manifestações de junho e da ocupação da Câmara, exigimos do prefeito José Fortunati que encaminhe imediatamente ao Legislativo o projeto do Passe Livre elaborado pelo Bloco de Lutas e que não ceda à pressão da ATP.

**GREVE GERAL**  
**11 DE JULHO: OS TRABALHADORES OCUPAM AS RUAS**

A ampla unidade política entre todas as centrais sindicais possibilitou aproveitar o clima de mobilizações no país para apresentar uma pauta de reivindicações da classe trabalhadora. No dia 11 de julho, os trabalhadores construíram um dia nacional de greves, paralisações e mobilizações de rua em nível nacional. Mais de 100 mil trabalhadores participaram das mobilizações convocadas pelas centrais sindicais e inúmeras greves e paralisações ocorreram em todo o país.

Em Porto Alegre, após quase duas décadas, presenciamos uma greve geral. Categorias inteiras cruzaram os braços ou não foram trabalhar, impedindo que a maior parte dos serviços oferecidos na cidade funcionasse.

Em assembleia geral, os municípios aprovaram, por ampla maioria, a participação na greve geral. A categoria aderiu a paralisação e participou da passeata que iniciou no Largo Zumbi dos Palmares, passou pelo centro e culminou na Câmara Municipal, onde realizou-se uma assembleia do Bloco de Lutas.

**EXPERIENTE**

O informativo Luta Municipária é uma publicação do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - SIMPA  
Rua João Alfredo, 61 - Cidade Baixa - Porto Alegre/RS  
CEP 91040-020 - Fone: (51) 3224.2325

Jornalista responsável: Governi Henzley (M6 1567)  
Ilustração da capa: Semano Nutrativ Digital e Designer Gráfico  
Exemplares: 1.000  
Impressão: Gráfica Expansão  
Data de fechamento da edição: 01/08/2013

**GESTÃO 2010-2013**  
Diretor Geral: Corneio Pinheiro; Diretor Administrativo: João Ezequiel Mendonça da Silva; Diretora Administrativa Adjunta: Monique Robson Monteiro; Diretor Financeiro: Raul Frederico Casabon; Diretor Financeiro Adjunto: Anderson Cez; Diretor Geral de Comunicação: Maria José da Silva; Diretor de Comunicação Adjunto: Leudir Machado de Figueiredo; Diretor de Formação Sindical: Eric Mânica; Diretor de Formação Sindical Adjunto: José Francisco Soares; Diretor de Assessoria Jurídica: Maria Regina Honorato; Diretor de Saúde do Trabalhador: Hamilton Fernando Passos; Diretora de Cultura, Esportes e Lazer: Helene Hahn; Diretora de Apoio de Combate à Pressão: Letícia Aparecida Thomaz; Diretor Adjunto de Apoio de Combate à Pressão: Jorge Xavier

**Informações: 3228-2325**

**Justiça considera ilegal o remanejamento de servidores**

Em 2012, com a justificativa de garantir a inauguração e funcionamento de uma Unidade Básica de Saúde, durante o período eleitoral, o governo remanejou de seus locais de trabalho os servidores Abel Flores da Silva e Heráldo dos Santos Rimoli. O Sindicato, com o objetivo de defender os interesses dos servidores, ingressou com o pedido de Mandado de Segurança e pressionou o governo para recuar da decisão.

Através da negociação política com o Executivo a decisão foi revogada e os servidores retornaram aos seus antigos locais de trabalho. Agora, no dia 05 de julho, a 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre concedeu decisão favorável aos servidores e considerou o remanejamento ilegal.

**Servidores com deficiência podem solicitar aposentadoria especial**

Com o objetivo de garantir aos servidores públicos municipais o direito de aposentadoria especial para portadores de deficiência, o Sindicato ingressou na Justiça com um Mandado de Injunção e obteve decisão favorável. Desta forma, os servidores portadores de deficiência, com no mínimo 25 anos de contribuição, que desejam ingressar com o pedido de a aposentadoria, devem protocolar a solicitação no Previmpa.

Mesmo posteriormente à campanha salarial e ao ápice das Jornadas de Junho o SIMPA permaneceu solidário e participante dos movimentos que seguiram. A Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) foi ocupada por sete dias, com a pauta de Passe Livre para estudantes e a transparência nas planilhas do transporte público e teve o apoio do sindicato que participou de assembleias e campanhas de solidariedade, arrecadando alimentos juntamente com outros sindicatos, para doar aos ocupantes da CMPA.

**LUTAR NÃO É CRIME**

**Contra a criminalização dos movimentos sociais**

Nos últimos dias, professores e estudantes foram presos e vítimas de inquérito policial que busca condenar lideranças dos movimentos sociais por formação de quadrilha. O Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) e Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA) manifestam seu repúdio às ações da Brigada Militar e da Polícia Civil que têm como objetivo criminalizar os movimentos sociais e perseguir militantes políticos.

Exigimos que o governador Tarso Genro inicie imediatamente uma investigação sobre os abusos cometidos pelos integrantes da Brigada Militar nos protestos. A repressão policial às manifestações populares e a perseguição política não combinam com o Estado Democrático de Direito.

O SIMPA e a ATEMPA se solidarizam à companheira e professora Tzuyu Estivalet de Mello. Estamos acompanhando desde o início os acontecimentos e reafirmamos o nosso compromisso de lutar contra qualquer arbitrariedade e injustiça contra os militantes dos movimentos sociais.

Porto Alegre, 02 de outubro de 2013

SIMPA - Sindicato dos Municipários de Porto Alegre  
ATEMPA - Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre

Figura 50 – “Lutar não é crime” 02/10/2013  
Arquivo: SIMPA

A criminalização do movimento veio posteriormente. Em outubro, ocorreram operações da polícia civil entrando na casa de manifestantes, recolhendo computadores, livros e materiais com vistas à detenção de ativistas, por formação de quadrilha, depredação, entre outros crimes. Também neste momento o SIMPA, juntamente com a ATEMPA, se posicionou publicamente denunciando as detenções de professores estaduais que foram realizadas após um dos atos públicos e afirmando que “lutar não é crime” conforme o panfleto (que foi também eletrônico, divulgado nas redes sociais) da figura 49.

As repercussões da articulação entre o SIMPA e os movimentos que construíram as manifestações de 2013 ainda são inconclusas, mas indicam que esta pode ser uma das práticas que contribuam a uma estratégia de revitalização sindical desde um ponto de vista geral, seja em sua dimensão de adesão, econômica, institucional ou política.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS FUTUROS POSSÍVEIS INSCREVEM-SE NO PRESENTE

As mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo, com a passagem do regime de acumulação fordista à acumulação flexível, reconfiguraram as forças do trabalho e os movimentos sociais que lhes correspondem. A partir da hipermobilidade do capital e dos processos de terceirização, formas de cooperação complexa passaram a organizar o coletivo do trabalho, trazendo mudanças também na morfologia da classe que vive de seu labor e abrindo novas possibilidades associativas em escala internacional.

Frente a tal situação, o sindicalismo em geral e o brasileiro em particular, tiveram dificuldades em responder às dificuldades e aos desafios que se impunham. Observou-se uma queda nas taxas de sindicalização em especial durante os anos 1990, uma fragmentação da representação sindical e das categorias, uma judicialização das demandas e uma burocratização das direções. Tais elementos combinados trouxeram ao debate acadêmico e político a hipótese de que o sindicalismo estaria passando por uma crise ou por um declínio irreversível.

Entretanto a partir de 2004, o Brasil entrou em um ciclo ascendente de greves chegando, em 2012, a um número comparável àqueles dos anos de 1980, “época de ouro” do sindicalismo brasileiro. As taxas de sindicalização tiveram três fases no período de 1992 a 2011: i) uma fase de declínio (de 1992 a 1999) na qual a taxa de sindicalização sofreu um recuo de 16,7% para 16,1%. Durante esses anos, o número de filiados aumentou apenas em 574,6 mil pessoas; ii) a segunda fase de recuperação (de 1999 a 2006), quando a taxa de sindicalização aumentou 2,5 pontos percentuais, passando de 16,1% para 18,6% e iii) a fase de desaceleração e queda, na qual houve um recuo, em relação a 2006, tanto no número de associados (queda de 547,7 mil pessoas), quanto na taxa de sindicalização, queda de 1,4 ponto percentual ficando em 17,2%, o que equivale a cerca de 2,7 milhões de sindicalizados/as no país, um número significativo.

Além disso, a partir de 2008, o capitalismo mundializado entrou em uma crise econômica que se iniciou nos mercados financeiros e imobiliários norte-americanos e logo contagiou outros países capitalistas avançados, contaminando o conjunto da economia mundial nos anos seguintes. Neste cenário, irromperam novos

movimentos sociais inclusive, em 2011, produzindo revoluções políticas como na Tunísia e no Egito. Os protestos também contagiaram inúmeros países da Europa e chegaram aos EUA com o *Occupy Wall Street*. Questionaram a legitimidade da representação política e do regime de acumulação vigente. Mesmo nos países dependentes considerados “emergentes”, que foram menos afetados em suas economias pela crise de 2008, os protestos se fizeram presentes. Este foi o caso do Brasil que em 2013 protagonizou um dos momentos mais importantes de sua história recente, com as Jornadas de Junho e os protestos e greves que lhe seguiram. Mundialmente aumentou a polarização social entre os que querem mais exploração para sair da crise e os que sabem que a finança mundializada “não nos representa”.

Neste cenário, é central a discussão acerca do futuro do sindicalismo. Será capaz de revitalizar-se e ter um papel protagonista nos rumos da história? A hipótese aberta no presente trabalho, desde um ponto de vista geral, é que para buscar sua revitalização o sindicalismo tem de se entender (e ser analisado) como um movimento social. Um movimento que conjure suas duas dimensões de atuação, tanto a regulação da relação salarial, quanto a defesa dos interesses do conjunto dos trabalhadores. Tal hipótese não leva em conta apenas o novo momento do mundo do trabalho desde ponto de vista do capital e sua tentativa de precarização estrutural do trabalho, mas também das possibilidades latentes de reorganização da classe trabalhadora presentes nessa nova configuração.

A partir da imersão no caso em questão, procuramos estabelecer os nexos entre as experiências vivenciadas pela organização sindical dos municípios de Porto Alegre e a teoria do Sindicalismo de Movimento Social, buscando a permanente reconstrução da teoria existente. Pudemos notar que a revitalização sindical do SIMPA se deu articulando as quatro dimensões abordadas no capítulo 2 e assim como em seu nascimento no final dos anos de 1980, a relação com as lutas de outras categorias e a conexão com outros movimentos sociais “externos” foram fundamentais para o ativismo de seus membros.

Primeiramente em sua dimensão de adesão, o sindicato após dez anos de burocratização e práticas antissindicais, conseguiu ampliar seu número de membros e a densidade de tal filiação é marcada por uma grande participação da categoria em momentos-chave de negociação salarial, dando grande legitimidade e

representatividade à direção sindical. Nota-se que ela é composta por aqueles trabalhadores que outrora não estavam sindicalizados ou haviam de afastado e outros que ainda não tem representação sindical, como no caso de setores dos trabalhadores terceirizados. Em momentos de lutas menos corporativas ou políticas não identifica-se os mesmos índices de participação, problema recorrente na história dos municipais.

Na dimensão econômica da revitalização sindical observa-se que o SIMPA conseguiu avançar na defesa dos direitos dos municipais assim como obter conquistas salariais nas negociações, conjurado a altos níveis de participação da categoria em seus movimentos, ou seja, diretamente ligado à dimensão anteriormente analisada.

Em sua dimensão política também notamos uma revitalização do SIMPA. Sua história é marcada pela busca de independência político-sindical e de unidade entre os diversos posicionamentos políticos presentes na categoria. Nem sempre estes objetivos foram alcançados. No entanto, a construção de um sindicalismo de movimento social pressupõe a conexão entre a ação sindical e um projeto político societário, algo que vem sendo permanentemente discutido e testado na experiência sindical dos municipais de Porto Alegre.

Para que pudesse revitalizar-se nas três dimensões supracitadas, evidentemente o sindicato também passou por um processo de revitalização institucional. Observou-se, particularmente após 2006, uma mudança profunda na relação entre direção e base, com a presença constante dos diretores nos locais de trabalho, na tentativa permanente de novas soluções organizativas e políticas para alcançar públicos mais amplos, assim como debates mais profundos com vistas à formação de novos ativistas.

O caso estudado articula um conjunto de exemplos de práticas sindicais que precisam ser sistematizadas e observadas no interior dos Estudos de Revitalização Sindical, levando em conta o novo momento pelo qual passam os movimentos sociais. No Brasil, com sua "hegemonia às avessas", a direção política construída pelo "novo sindicalismo" no governo não tem uma orientação de confronto aos interesses dos grandes capitalistas, pois tornaram-se parte do bloco hegemônico de poder sem que este tenha essencialmente mudado. A situação econômica de uma grande parte dos que vivem do trabalho se deslocou da informalidade para a

precarização do trabalho, concentrando sua maioria em uma faixa do mercado de trabalho de baixa remuneração (até 2 salários mínimos) e alta rotatividade, à qual Ruy Braga chamou de "precariado". Sua formalização favorece à sindicalização, mas sua condição não combina com um sindicalismo apenas defensivo, negociador, judicializado.

Por isso, este mesmo setor, tem grandes potencialidades de revitalização da ação sindical. Foi ele quem esteve nas ruas do Brasil nos levantes de junho. É ele quem sente o problema do transporte e da mobilidade urbana como motoboy, vendedor ou quando pega ônibus lotado saindo do Callcenter onde trabalha. É de alguns destes setores urbanos a bandeira do direito à cidade, pois ela é seu local de trabalho, ela é o "chão de fábrica" do setor de serviços, enorme em nosso país. É o precariado a principal vítima das terceirizações.

Conforme inúmeras pesquisas e um olhar mais atento, pode-se notar que o precariado é jovem e com intensa presença feminina e negra. Logo, o déficit da atividade sindical combativa não pode ser uma retomada do passado, mas sim uma síntese de novos agentes e seus novos métodos de luta com antigos combatentes e velhas bandeiras que infelizmente, apesar de desbotadas seguem atuais. As ruas e as redes que os mais jovens estão aprendendo a tomar conta, não poderão substituir a produção inicial de mercadorias e a mais-valia que os sustenta. As redes informacionais não substituirão as greves e um sindicato combativo na luta por uma sociedade justa. Apenas terão de encontrar seus propósitos comuns.

A desigualdade social sob o capitalismo é autorreprodutiva e, enquanto ela existir renascerá a luta dos de baixo. Estes encontraram na história sua forma autoproduzida de institucionalização que, até então, foi o sindicato. E assim como ele só se tornou marcante nas democracias modernas porque formava parte de um projeto de solidariedade entre os trabalhadores, de luta contra a exploração do trabalho, de luta pela igualdade, só poderá voltar a ser protagonista mais direto da história se puder fortalecer um projeto político com tal propósito.

O sindicalismo como movimento não está em crise, está desacreditado. Da mesma forma, que aqueles que transfiguraram o projeto político da esquerda brasileira estão, são menos piores que a direita, mas já não são antagônicos. Têm tantos vasos comunicantes que alimentam o mesmo sistema.

No momento em que escrevemos estas linhas, às vésperas da Copa do

Mundo no Brasil em 2014, inúmeras greves são realizadas no país: servidores públicos, policiais, bombeiros, trabalhadores da indústria de material bélico. Muitas delas contra os sindicatos oficiais, entregues aos interesses patronais, como a greve dos rodoviários em Porto Alegre e dos Garis no Rio de Janeiro, ambas no início do ano do presente ano. Para combater os inimigos da construção da sociedade justa, os trabalhadores precisarão reencontrar-se com sua ação sindical revitalizada pelos novos tempos. Ao que parece, já começaram.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. **Estudos de Sociologia**, v. 16, n. 31, 2011.

AMARAL, Anemar Pereira. Cooperativa de trabalho: o parágrafo único do art. 442 da CLT e a Lei n. 5.764/71. **Revista LTr**, v. 61, n. 3, pp. 341-345, mar. 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUK, Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho**: Terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

BEHRENS, M., HAMANN, K., HURD, R. Conceptualizing Labour Union Revitalization. In: FREGE, C., KELLY, J. **Varieties of Unionism**: strategies for union revitalization in a globalizing economy. Oxford, Inglaterra: Oxford University: 2004.

BIANCHI, A.; BRAGA, R. **A Financeirização da Burocracia Sindical no Brasil**. Disponível em <<http://5dias.net/2011/04/30/a-financeirizacao-da-burocracia-sindical-no-brasil>>. Acesso em 12 de outubro de 2011.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOITO JR, Armando et al. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, 2010.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BORBA, Joselita Nepomuceno. Cooperativa de trabalho e relação de emprego. **Revista LTr**, São Paulo, v. 68, n. 2, pp. 173-177, fev. 2004.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação**: política de base e democracia no Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro; Vértice; Iuperj, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **El ofício de sociólogo**. Siglo XXI, 2008.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo, Boitempo. 2012

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, 2009.

BRASIL. Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, 04 de maio de 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Revista do serviço Público**. Ano 50, n. 4, Brasília, 1999.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

BURAWOY, Michael. The extended case method. **Sociological theory**, Berkley, v. 16, n. 1, p. 4-33, 1998.

\_\_\_\_\_. For public sociology. **American Sociological Review**, , Chicago, v. 70, fev., p. 4-28, 2005a

\_\_\_\_\_. The third wave sociology and the end of pure science. **The American Sociologist**. American Sociological Association (ASA), n. 36, p.151-165, 2005b

CAMPOS, Liduína Araújo. **Terceirização de serviços públicos**. Disponível em <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1470>>. Acesso em 4 out. 2011

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignación y esperanza**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CATTANI, Antonio David; ARAÚJO, Sílvia Maria de. Sindicato-Sindicalismo, p.255-259. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

CORRÊA, Bernardo. **Um cravo rebenta o asfalto: Portugal contra a Troika e por um novo futuro**. Disponível em <<http://laurocampos.org.br/2012/11/um-cravo-rebenta-o-asfalto-portugal-contra-a-troika-e-por-um-novo-futuro/>> Acesso 19 de nov. de 2012.

CARRION, Valentin. Cooperativas de trabalho: autenticidade e falsidade. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, nº 2, pp. 167-169, fev. 1999.

COTANDA, Fernando Coutinho. Trabalho, sociedade e sociologia, p. 41-57. In: HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho (Org.). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo**: ensaios multidisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

CRUZ, Eliane. **Saudações a quem tem coragem**: Dez experiências de negociação sindical no setor público. São Paulo: ISP Brasil, 2001.

DE JESUS, Selma Cristina Silva. **Da “cidadania regulada” à cidadania regressiva**: um estudo de caso do projeto de cooperativismo urbano da CUT, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9869/1/Tese%20Selma%20Jesusseg.pdf> Acesso 27 de julho de 2013.

DE LEON, Alice Backes. A terceirização sob a perspectiva forense. In: HORN, Carlos Henrique; COTANDA, Fernando Coutinho (Org.). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2011.

DIAS, Antonio Carlos. **A história das organizações sindicais**, s.d.: disponível em <<http://www.arcos.org.br/publicacoes/>>. Acesso em: 18 maio 2013.

DIAS, Hugo. Sindicalismo de Movimento Social: Gênese e revisão de um conceito. In: **Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/ FLUC.** N° 4, 2010. Disponível em: <<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>> Acesso em: 13 abr. 2013

\_\_\_\_\_. **Sindicalismo de movimento social**: experiências de renovação da prática sindical num contexto de transição de paradigma produtivo. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2011.

DIEESE. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil**. São Paulo: 2007.

DURAND, Claude. **Conscience ouvrière et action syndicale**. Mouton [1971], 1971.

DURAND, Michelle. La grève, conflit structurel, système de relations industrielles au facteur de changement social. **Sociologie du travail**, Paris, n. 3, 1979.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESTANQUE, Elisio. Recomposições no mundo laboral e desafios para a ação sindical. **Ariús - Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v. 13, nº 1, 2007.

**EUROPA: greves e manifestações marcam jornada de luta em vários países.** Disponível em <<http://www.esquerda.net/topics/14N>>. Acesso em 19 de julho de 2012.

FERREIRA, Rafael Almeida Jatahy. **Terceirização e seus impactos na organização sindical: o caso da Caixa Econômica Federal**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FRANCO, Tânia; SILVA, Selma Cristina. Flexibilização do trabalho: vulnerabilidade da prevenção e fragilização sindical. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.) **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração sindical nos governos Lula, p.187- 221. In: BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000**. São Paulo, Alameda, 2012.

GIANNOTTI, Vito. **Força Sindical: a central neoliberal, de Medeiros a Paulinho**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

\_\_\_\_\_. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GORZ, André. **Adiós al proletariado: Más allá del socialismo**. Barcelona: El Viejo Topo, 1982.

GROPPO, Luís Antonio. Das Origens ao colapso do Estado de Bem-estar uma recapitulação desmistificadora. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.20, 2005. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/20/art07\\_20.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/20/art07_20.pdf). Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

GRACIOLLI, Edilson José. O ideário neoliberal e a força sindical. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 11, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. v. 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

LAPIS, Naira. Acumulação flexível, p. 22-26. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

LEVENHAGEN, Antônio José de Barros; MARTINS FILHO, SILVA, Ives Gandra da. 90ª Conferência Internacional do Trabalho: relatório de participação: cooperativas de trabalho. **Revista LTr**, São Paulo, v. 66, nº 8, pp. 922-930, ago. 2002.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. Afinal, o que é terceirização: em busca de ferramentas de análise e de ação política. **Pegada**, São Paulo, nº2, v.8, p. 55-71, 2007

\_\_\_\_\_. **Terceirização e ação sindical**: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2008.

MARTINS, Nei Frederico Cano. Sociedade cooperativa: vínculo empregatício entre ela e seus associados: o parágrafo único do art. 442 da CLT. **Revista LTr**, São Paulo, v. 59, nº 7, pp. 890-893, jul. 1995.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. Ad Feuerbach (1845). In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉDA, Dominique. **El trabajo**: un valor en vías de extinción. Editorial Gedisa, Barcelona: 1995.

NOGUEIRA, Arnaldo José F. M. **A liberdade desfigurada**: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NORONHA, Eduardo Garutti. **As greves na transição brasileira**. Campinas: Unicamp: 1992.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em 12 nov. 2013.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 5-20, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

OSORIO, Jaime. **Explotación redoblada y actualidad de La revorlución**: refundación societal, rearticulación popular y nuevo autoritarismo. Méxio, D.F.: Editorial Itaca.

PASTORE, José Eduardo Gibelo. **Cooperativas de trabalho**: o fenômeno da terceirização. **Revista LTr**, São Paulo, v. 63, nº 10, pp. 1334-1337, out. 1999.

PAULANI, Leda. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção: uma análise dos dilemas contemporâneos. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. v.31, nº4, 2001.

PEREIRA, Adilson Bassalho. Fraudoperativa. **Revista LTr**, São Paulo, v. 59, nº 11, pp. 1459- 1462, nov. 1995.

PERIUS, Vergílio. As cooperativas de trabalho: alternativas de trabalho e renda. **Revista LTr**, v. 60, nº 3, pp. 339-346, mar. 1996.

PICCININI, Valmiria Carolina, Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 12, p. 68-105, jul/dez 2004.

\_\_\_\_\_. Driblando o desemprego: o caso da Cootravipa em Porto Alegre. **RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v.2 n.2, pp. 193-204 mai/ago, 2013.

PIMENTEL, Marcelo. Cooperativas de trabalho e relação de emprego. **Revista LTr**, São Paulo, v. 61, nº 5, pp. 586-588, maio de 1997.

POLANYI, Karl. **The great transformation**: the political and economic origins of our time. Boston: Beacon Press, 1944.

PORTO ALEGRE: Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), Lei Complementar Municipal nº 478 de setembro de 2002. Disponível em <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/previmpa/usu\\_doc/l\\_comp\\_478-2002.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/previmpa/usu_doc/l_comp_478-2002.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2011.

POCHMANN, Marcio. SINDEEPRES 15 anos: a superterceirização dos contratos de trabalho. **Campinas: SINDEEPRES, abr, 2007.**

PRECÁRIOS INFLEXÍVEIS. **Manifesto de fundação:** a combater a precariedade, rebeldes nos terão. Disponível em < [http://www.precarios.net/?page\\_id=3977](http://www.precarios.net/?page_id=3977)> Acesso em 2 de julho de 2012.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**, v. 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia.** São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SANDSTROM, Gregory. **McLuhan, Burawoy, McLuhan:** A Extensão das Comunicações Antrópicas. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, E-compós, Brasília, Vol. 14, n.3, setembro-dezembro de 2011. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/708/552>> Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

SANTOS, Arioaldo de Oliveira. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, Érika Cristina Aranha dos. A fraude nas cooperativas de trabalho. **Revista LTr**, São Paulo, v. 69, nº 10, pp. 1246-1254, out. 2005.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho:** movimento de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA, Paulo Renato Fernandes da. A teoria trabalhista da sucessão de empregadores e as sociedades cooperativas de trabalho. **Revista LTr**, São Paulo, v. 67, nº 9, pp. 1059-1071, set. 2003.

SIMPA. Disponível em <[www.simpa.com.br](http://www.simpa.com.br)>. Acesso em: 2 nov. 2011.

SOTTO MAIOR, Jorge Luiz. **Cooperativas de trabalho.** **Revista LTr**, São Paulo, v. 60, nº 8, pp. 1060-1063, ago. 1996.

VIANA, Maria Julieta Mendonça. Cooperativas de trabalho: terceirização de empregados ou terceirização de serviços? **Revista LTr**, São Paulo, v. 61, nº 11, pp. 1473-1478, nov. 1997.

THOMPSON, Edward E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. Syndicalisme et mouvement ouvrier. s.d. Disponível em: <<http://www.u-picardie.fr/labo/curapp/revues/root/20/touraine.pdf>> . Acesso em: 10 out. 2013.

TURNER, L.; HURD, R. W. (2001). Building social movement unionism: the transformation of the American labor movement [Electronic version]. In \_\_\_\_\_ (Org.), **Rekindling the movement: Labor's quest for relevance in the twenty-first century** (p.9-26). Ithaca, NY: Cornell University Press, 2001 Disponível em: <<http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/articles/313/>> Acesso em: 12 nov. 2013

VON HOLDT, Karl. **Traision of below**. Portland, EUA: INTL SPECIALIZED, 2012.

WATERMAN, Peter. Social-Movement Unionism: A New Union Model for a New World Order?. **Review (Fernand Braudel Center)**, p. 245-278, 1991.

WATERMAN, Peter. O internacionalismo sindical na era de Seattle. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online] v. 62, 2002, disponível em: <<http://rccs.revues.org/1298>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Adventures of emancipatory labour strategy as the new global movement challenges international unionism. **Journal of World-Systems Research: X**, vol.1, University of California, p. 217-253, 2004.

WACQUANT, Loïc. Following Pierre Bourdieu into the field. **Ethnography**, v. 5, n. 4, p. 387-414, 2004.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo, 2003.

XAVIER, Bruno de Aquino Parreira. A terceirização por intermédio de cooperativa de trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 61, 1 jan. 2003. Disponível Em: <<http://jus.com.br/artigos/3636>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2013.